

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

LUCILIA FIRMINO SILVA

**O TRABALHO RURAL EM GUAÍRA/SP E A POLÍTICA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**FRANCA
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUCILIA FIRMINO SILVA

**O TRABALHO RURAL EM GUAÍRA/SP E A POLÍTICA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA

2009

Silva, Lucília Firmino

O trabalho rural em Guará/SP e a política Municipal de Assistência Social. / Lucília Firmino Silva. – Franca : UNESP, 2009.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Reforma agrária – Brasil. 2. Trabalhadores rurais – Política social – Guará (SP). 3. Questão social.

CDD – 333.00981

LUCILIA FIRMINO SILVA

**O TRABALHO RURAL EM GUAÍRA/SP E A POLÍTICA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____

Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2009.

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores rurais assalariados de Guáira/SP, mulheres e homens, que com o suor de seus corpos, dia após dia, constroem a riqueza deste município literalmente.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos com forte emoção a minha mãe, mulher forte, de coragem que lutou sempre com grande dignidade por sua família. Companheira fiel, mãe generosa e firme. A você “Maria” meu eterno obrigada.

Maria, Maria é um dom, uma certa magia.

Mas é preciso ter força é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre... (Milton Nascimento e Fernando Brant)

Meu pai, que hoje já não está entre nós, agradeço profundamente, seu exemplo de fé, de luta e em meio a tantas adversidades aos 40 anos de idade teve força e acreditou que era possível conhecer o mundo por meio da leitura, aprendeu a ler e a escrever, demonstrando que sempre é tempo de recomeçar e sempre, com muita dignidade.

Minhas irmãs Nununha, Tatinha e Neião que sempre, mesmo distantes, com muito carinho cuidaram de mim. “Amo vocês”...

Ao Francisco, meu esposo, meu companheiro de vida, amor verdadeiro que agüentou firme comigo, acredite: estaremos juntos para sempre...

À minha filha Vitória, linda, corajosa, decidida e que torcia para que eu terminasse para brincarmos juntas.

As minhas companheiras de profissão, amigas verdadeiras Miriam Monezi e Luciana Menino que juntas aprendemos, trabalhamos, sonhamos e lutamos por uma política de assistência de qualidade.

Ao Márcio e Francisco amigos de verdade, que acreditam em uma sociedade que respeita as pessoas e suas diferenças.

A todos os funcionários que trabalham na Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento social de Guaíra/SP.

À Elaine da Alar, Delza do CRAS, Milena da Alar, Deise do Asilo, Maurília do Bolsa, Érica do plantão, Maira do plantão, Eliana do Fundo, Miata e Rafael que acreditam na política de assistência como direito.

À Rita Virgínia Carvalho, à Gracia Casado Lima e a Márcia Angélica Vieira que, cada uma a sua maneira fez fortalecer em mim, a crença e a minha luta pelo serviço social e pela assistência social.

As minhas cunhadas Maria Regi e Cristiane pela contribuição, disponibilidade e paciência que tiveram comigo.

À Professora Israild Giacometi, que não mediu esforços para encorajar-me nesta caminhada.

À Professora Raquel SantAna, meu eterno carinho e admiração, agradeço o estimulou, a paciência e a firmeza que me olhava nos olhos e exigia sempre o melhor, mostrando-me que eu era capaz de aperfeiçoar.

“Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa”
Rosa (1995, p.16)

SILVA, Lucília Firmino. **O trabalho rural em Guaíra/SP e a política Municipal de Assistência Social**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

O presente trabalho analisa a questão agrária no país e seus reflexos no mundo do trabalho rural. Estudamos as mudanças ocorridas no trabalho rural no município de Guaíra/SP, que se localiza na região de Barretos/SP, e sua relação com o desenvolvimento da política municipal de assistência social. A pesquisa foi realizada na Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social – órgão responsável pela política de assistência social no município – onde se investiga as condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados atendidos por este órgão. Investigamos a formação histórica de Guaira, o desenvolvimento agrícola e o trabalho rural tanto no município quanto no país. Pesquisamos o modelo do desenvolvimento agrário “Agronegócio”, seu surgimento na formação histórica do país, seus efeitos na economia e na política, seu resultado para o trabalho rural e a sua relação com a questão agrária. Relacionamos, ainda, a estrutura fundiária do país com a grande propriedade e o Agronegócio. Outros assuntos abordados foram a regência das leis do país sobre o uso e acesso a terra, além, da implantação do Plano Nacional da Reforma Agrária /2004. Prosseguimos analisando a Política de Assistência Social no país, seu marco legal, as decorrências de sua implantação e a sua transformação em “centralidade”. Por fim, relata-se a função da política de assistência nas condições de vida do trabalhador rural atendido no município e sua invisibilidade nos programas sociais.

Palavras-chaves: questão agrária. trabalho rural. política de assistência. condições de vida.

SILVA, Lucília Firmino. **O trabalho rural em Guaíra/SP e a política Municipal de Assistência Social**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMEN

El actual trabajo analiza la pregunta agraria en el país y sus consecuencias en el mundo del trabajo agrícola. Estudiamos los cambios ocurridos en el trabajo agrícola en la ciudad de Guaíra/SP, de ése si localiza en la región de Barretos/SP, y de su relación con el desarrollo de la política municipal de la ayuda social. La investigación fue llevada a través en el Coordenadoria de Assistência y Desenvolvimento social - agencia responsable para la política de la ayuda social en la ciudad - donde si investiga las condiciones de la vida de los trabajadores agrícolas de salario-ganancia tomados cuidado por de esta agencia. Investigamos la formación histórica de Guaira, el desarrollo agrícola y el trabajo agrícola de tal manera en la ciudad cuánto en el país. Buscamos el modelo del desarrollo agrario “Agronegócio”, su brote en la formación histórica del país, su efecto en la economía y la política, su resultado para el trabajo agrícola y su relación con la pregunta agraria. Nos relacionamos, alambique, la estructura agraria del país con la gran característica y el Agronegócio. Otros temas subidos habían sido la regencia de los leyes del país en el uso y el acceso la tierra, más allá, de la implantación del plan nacional de la reforma agraria /2004. Continuamos analizando la política de la ayuda social en el país, su señal legal, los resultados de su implantación y su transformación en “centralidade”. Finalmente, la función de la política de la ayuda en las condiciones de la vida del trabajador agrícola tomado cuidado en de la ciudad y su invisibilidad en los programas sociales.

Palabras clave: cuestión agrária. trabajo rural. política de asistencia. condiciones de vida.

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Estrutura Fundiária ano 2003 – PNRA-2004	26
Tabela 2 - Síntese da Estrutura Fundiária – 2003	27
Tabela 3: Situação da Renda Familiar por sexo	99

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Situação de moradia das famílias atendidas pela Política de Assistência Social	100
Gráfico 2: Percentual de renda familiar investido em moradia das famílias atendidas pela Política de Assistência Social	101
Gráfico 3: Renda familiar das famílias atendidas pela Política de Assistência Social	102
Gráfico 4: Porcentagem da renda familiar destinada à alimentação	103
Gráfico 5: Percentual dos Programas Sociais na renda das famílias atendidas pela Política de Assistência Social.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E SEUS REBATIMENTOS NO TRABALHO RURAL	18
1.1 Estrutura Fundiária Brasileira	85
1.1.1 As legislações.....	26
1.1.2 A evolução da estrutura fundiária brasileira /Plano Nacional de Reforma Agrária/produção agrícola.....	22
1.2 Atual modelo de desenvolvimento agrário: agronegócio.....	35
CAPÍTULO 2	
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA	46
2.1 Marco legal e os desafios de sua implantação	46
2.2 Questão agrária como interface da questão social: um estudo sobre os trabalhadores rurais de Guaíra/SP, usuários da política de assistência social	61
2.2.1 História da Política de Assistência Social de Guaíra/SP.....	61
2.2.2 O surgimento da Política de Assistência Social no Município de Guaíra	61
2.2.3 A rede de serviço socioassistencial de Proteção Especial existente.....	88
CAPÍTULO 3	
AS CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR RURAL DE GUAÍRA, USUÁRIO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 94	94
3.1 Descrição do universo de pesquisa.....	94
3.2 Metodologia	95
3.3 Caracterização das famílias de trabalhadores rurais do município de Guaíra/SP cadastradas na Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social usuárias da Política Mundial de Assistência Social	98
3.4 Os dados das entrevistas realizadas junto aos trabalhadores rurais assalariados de Guaíra/SP	105
3.4.1 Trabalho rural como sofrimento.....	107

3.4.2 O trabalho única forma de reprodução social e única forma de sobrevivência da população que vive do trabalho.....	109
3.4.3 As conseqüências do trabalho refletido na saúde do trabalhador Rural e nas suas condições de vida.....	110
3.5 Os pesquisados disseram sobre o que esperavam para o futuro.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE	
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA	136
ANEXOS	
ANEXO A - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO MIGRANTE	138
ANEXO B - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO GUAIRENSE	143

INTRODUÇÃO

A escolha pelo tema se deu pelo fato da pesquisadora ser assistente social da Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social há 16 anos, atuando diretamente com a questão agrária.

Optou-se em pesquisar o trabalhador rural e a política de assistência social no município de Guaíra/SP, devido à relevância que o trabalho rural teve e ainda tem na constituição e desenvolvimento do município.

Na segunda metade do último século a agricultura teve grande reviravolta, influenciando o mundo do trabalho rural e urbano e a população que vive no município.

A pesquisa foi realizada no município de Guaíra/SP, localizado ao norte do Estado de São Paulo, distante por via rodoviária a 460 km da capital. Guaíra está localizada na região administrativa de governo com sede em Barretos. Esta região administrativa é composta pelos municípios de Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colômbia, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severínea, Taiapu, Embaúba, Taiúva, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto e Taquaral, totalizando 19 cidades. Esta região possui 8.298 Km² de extensão territorial do Estado de São Paulo, e Guaíra compõe 1.241 Km² desta área.

A investigação foi desenvolvida no Órgão executor da Política Municipal de Assistência Social, o Serviço de Promoção Humana, que a partir do ano de 2009 o nome foi alterado para Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social (CADS).

Utilizamos os dados contidos em leis municipais, Planos Municipais e Planos Plurianuais da Assistência Social.

Para a coleta de dados preliminares lançamos mão da pesquisa bibliográfica e documental existentes na biblioteca pública municipal, casa da agricultura, contatos telefônicos com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Barretos e sites na internet.

Em um segundo momento, utilizamos pesquisa documental junto aos Programas desenvolvidos pelo Órgão Gestor de Assistência Social, partindo dos seguintes cadastros:

- Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e o Cadastro Pró-Social do Governo do Estado de São Paulo. Estes possibilitaram o conhecimento da origem do usuário, idade, composição familiar, profissão, escolaridade etc.

- Cadastro do Programa Plantão Social: forneceu dados sobre as famílias que necessitavam recorrer frequentemente à Política de Assistência Social (endereços, variação de renda, profissão, etc). Dentre as famílias cadastradas foi feita a amostra dos sujeitos que participaram da pesquisa.¹

Os sujeitos pesquisados foram os trabalhadores (as) rurais assalariados oriundos do município e, trabalhadores (as) rurais mensalistas ou não, oriundo de outras regiões do estado e país que, estavam residindo temporariamente no município.

Escolhemos trabalhadores que estavam sendo atendidos pela Política de assistência Social do Município, nos últimos cinco anos.

Em seguida partimos para a pesquisa de campo, que nos permitiu o contato com o cotidiano dos sujeitos pesquisados, o conhecimento de sua história de vida, sua condição de moradia e o desempenho da política de Assistência Social na vida desse trabalhador.

Optamos pelas entrevistas semiestruturadas com questões abertas envolvendo trabalho, assistência social e as condições de vida. Estas foram realizadas “in loco”.

Finalizamos com a análise dos dados documentais, interpretação das informações obtidas nas entrevistas e a reflexão teórica.

Nosso grande objetivo foi analisar a relação entre o trabalho rural e a política de assistência social no município, para coletar dados sobre o trabalho rural no município e também, identificar a situação vivida pelo trabalhador rural assalariado, que é usuário desta política.

Temos como propósito oferecer elementos para a análise da assistência municipal e identificar a contribuição desta, no processo de reprodução social do trabalhador rural assalariado.

No Capítulo 1 analisamos O Modelo de Desenvolvimento Agrário e seus rebatimentos no trabalho rural que envolve a análise da Estrutura Fundiária do país

¹Era intenção de a pesquisadora coletar dados junto às usinas sobre o trabalho rural assalariado, mas estas informações já foram negadas em outra tentativa realizada pela autora no ano de 2007.

e o Agronegócio como opção de política econômica e seus efeitos na vida dos trabalhadores rurais.

O Capítulo 2 trás a análise da Política de Assistência Social por meio de seus marcos legais, os desafios para sua implantação e os profissionais de serviço social e possibilita a avaliação da Questão agrária como interface da Questão social, através do estudo realizado sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados do município de Guaíra/SP, usuários da política de assistência. Este estudo possibilita o conhecimento da história da assistência social pública em Guaíra/SP, simultaneamente as mudanças no mundo do trabalho ocorridas em nível rural e as condições de vida destes trabalhadores.

No Capítulo 3 realizamos a análise quantitativa e qualitativa da pesquisa e os resultados demonstram a realidade vivida pelos cidadãos usuários desta política pública.

As considerações finais contemplam uma avaliação geral do trabalho e tenta realizar uma interlocução com as questões apresentadas.

CAPÍTULO 1

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E SEUS REBATIMENTOS NO TRABALHO RURAL

1.1 A Estrutura Fundiária brasileira

1.1.1 As legislações

A história nos revela os pontos cruciais que contribuíram para formação da estrutura fundiária brasileira. Acreditamos que a estrutura fundiária contemporânea é o reflexo do processo da colonização do Brasil, que teve início com a exploração, a ocupação e o povoamento do território brasileiro pelos portugueses. Processo que foi permeado pelo estímulo à grande propriedade, à monocultura, à exportação, e a desvalorização do homem que trabalha na terra. A exploração das riquezas naturais da terra, visando o abastecimento da metrópole portuguesa e mais tarde a produção para outros países, deu início a uma prática econômica vigente até aos dias atuais em que se privilegia o mercado externo em detrimento do mercado interno. Sobre as origens da formação do Brasil, Caio Prado Júnior (1977, p. 23) descreve de forma realista este período:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

Baseado neste modelo de sociedade e de economia, as legislações agrárias deste país, foram sendo instituídas sucessivamente de forma a privilegiar os interesses da elite. Inicialmente a legislação atendia os interesses da Coroa portuguesa, com a implantação do regime da Sesmaria no século XVI que se constituía em doações de grandes parcelas de terra realizadas pela Coroa

Portuguesa a “[...] senhores dotados de poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas.” (GUIMARÃES, 1977, p. 59). O regime da Sesmaria perdurou por três séculos, sendo extinto em julho de 1822, e revelou a preocupação do Império com a perda do monopólio sobre as terras brasileiras. Escritos de Guimarães (1977, p. 59) certificam:

[...] o reconhecimento de uma situação insuportável, cujas conseqüências poderiam de tal modo agravar-se a ponto de constituírem uma ameaça à propriedade latifundiária. [...] a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas, por grandes contingentes da população rural.

Com a proclamação da Independência o panorama Legal não se alterou substancialmente, prosseguiu atendendo as expectativas, agora do Império brasileiro que com a aprovação da Constituição em 1824 prevê a desapropriação, mas, somente para o interesse do Império garantindo no “Art. 179 alínea XXII [...] o Direito à propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela.” (BRASIL, 1824, online).

A Lei de nº. 601 em 1850 (apud SILVA, 1999), que acabou por tornar cativa às terras nas mãos da Coroa e de poucos beneficiados pelo regime de Sesmaria, esse fato possibilitou que a propriedade da terra permanecesse como privilégio de alguns. Sobre essa questão Silva (1999, p. 30) assevera que “[...] a Lei das Terras põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio de compra.”, dessa forma, permitindo que o Império obtivesse direito irrestrito sobre as terras livres e também sobre as devolutas.

Galeano (1981) ratifica que esta Lei “[...] criava um sistema cartorial de registro que tornava quase impraticável que um lavrador pudesse legalizar sua posse [...].”

José Martins (1988, p. 34) coloca que a Lei de Terras “[...] legalizou a conversão da terra em equivalente de mercadoria, estabelecendo preços até mesmo para terras devolutas.”

As legislações agrárias no Brasil foram sendo instituídas constantemente subordinadas aos proprietários dos meios de produção agrícola e sob a égide do poder do Estado. A implacável pressão econômica internacional sobre o Brasil, desmontou o engodo sobre o ato heróico do império em relação a libertação dos

escravos no ano de 1888. A instituição de uma lei que atingiu frontalmente a grande propriedade no tocante a mão-de-obra, garantiu em contrapartida a isenção dos escravocratas e do Império de qualquer responsabilidade sobre o ex-trabalhador servil, induzindo-os à miséria.

Contudo expôs a toda sociedade a ferida disfarçada há séculos, ocultada no domínio privilegiado da terra, destinado apenas para alguns. Sobre esta questão José Martins (1995, p. 62) infere que “O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, [...]”

Entretanto, a primeira Constituição Republicana em 1891 declara que: “Art. 72 parágrafo 2º [...] A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza [...]” e posteriormente discorre o mesmo texto sobre o direito a propriedade citado na Carta Constitucional. (BRASIL, 1824, online).

Essa Constituição não foge a regra das legislações brasileiras que sempre possibilitam uma situação de virtualidade para alguns cidadãos fato que se comprova conforme citação de José Martins (1995, p. 43),

[...] já com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou principalmente os estados do sul e do sudeste.

A instituição do primeiro Código Civil brasileiro no ano de 1916 que permitia a usucapião, que de acordo com o Ordenamento Jurídico Brasileiro “é a aquisição de um direito real sobre a propriedade alheia devido ao decurso de tempo”, mas, sendo impedido de ser realizado em terras públicas, evitando assim, sua aplicabilidade.

Já, no ano de 1934, a nova Carta Magna inferia o direito à propriedade, entretanto, com uma ressalva, de não ser exercido contra o interesse social ou coletivo. Nesta, se garantiu ainda no artigo 129 “[...] direito a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las [...]” Propunha também que seriam “[...] reduzidos de cinqüenta por cento os impostos que recaiam sobre imóvel rural, de área não superior a cinqüenta hectares e de valor até dez contos de réis, instituído em bem de família.” (BRASIL, 1934, online).

De acordo com Guimarães (1977, p. 159) neste período “[...] a invasão das terras pelos ocupantes sem títulos não pode mais ser contida, constitui a abertura de uma brecha no antes intangível direito latifundiário de propriedade.”

As Constituições aprovadas no Brasil foram constantemente alteradas de acordo com o interesse do Estado e da elite. Outras mudanças constitucionais foram realizadas, por temer pressões da população e evitar perdas maiores, dessa forma no ano de 1937 incluiu-se no artigo 148 da Constituição de 1936 a seguinte parte,

Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (BRASIL, 1937, online).

A reflexão de Guimarães (1977, p. 151) é oportuna, diante da citação Constitucional. O autor discorre sobre as transformações que podem ocorrer na sociedade mediante pressão popular.,

Para nós, portanto, a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdades de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, que aparece no Brasil, como dissemos antes, em forma inversa, com a grande propriedade implantada primeiro e a pequena propriedade surgida depois, o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores.

A Carta Magna de 1946 continha em seu artigo 147 – “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.” (BRASIL, 1946, online).

José de Souza Martins (1995, p. 89, destaque do autor) afirmar que na Constituição de 1946 em seu artigo 141 permitia a desapropriação somente por interesse social, mas, condicionada a indenização justa, prévia e em dinheiro,

[...] que tornava a reforma inexecutável”. “Nesse documento, há uma reformulação da concepção de bem comum, [...]. Até então, o respeito pelo bem comum significava evitar pressão pela reforma agrária se constituísse num atentado contra a propriedade privada. Agora, o bem comum é constituído pela função social que deve desempenhar a propriedade rural.

A saída de Jânio Quadros da presidência da República possibilitou a entrada de João Goulart em 1963, que oportunizou espaço para o debate sobre a questão agrária no país conforme afirma Stédile (apud OLIVEIRA; STÈDILE, 2004, p. 92).

Jango passa a advogar a necessidade de realizarmos reformas estruturais para tirar o país da crise. [...]. E para desenvolver o mercado interno era necessário realizar a reforma agrária. [...] com uma reforma agrária ampla, que transformasse os milhões de camponeses pobres em produtores e consumidores. Dessa tese surgiu uma proposta concreta de reforma agrária: desapropriar todas as grandes propriedades acima de 1.000 hectares localizadas a cem quilômetros das margens de todas as rodovias federais, as BRs.

O golpe de Estado em 1964 coloca o povo brasileiro diante de um regime de ditadura que pôs fim não somente a discussão, mas também a execução dos planos de reforma agrária no país.

O regime militar marcou o país com a Ditadura e a perda da Democracia por 20 longos anos. Durante esse período o campo brasileiro foi alvo de críticas, em que o rural era sinônimo de atraso e a cidade significava o moderno. O pensamento militar condenava o campo pelo atraso na economia brasileira e acreditavam na modernização como meio de melhorar a economia, exigindo que o campo fosse fornecedor de mão-de-obra e matéria prima para a indústria.

Na opinião de Emir Sader (1995, p. 35):

A ditadura militar não se caracterizou – como se sabe – por políticas econômicas liberais, ao contrário, incentivando fortemente, no entanto, a acumulação privada, nacional e estrangeira, apoiada num capitalismo de Estado a serviço desses setores do mercado.

A Lei n. 4. 504 de 1964 (apud SILVA, 1999), instituído nesse período, definia em seu texto condições para desapropriação de terras por interesse social, determinava a função social da terra e assegurava o direito dos povos indígenas. Por outro lado Silva (1999, p. 35) afirma que “[...] , por intermédio da qual visava-se, prioritariamente, à modernização do campo por meio do aumento da produção e produtividade.”

Com esse Estatuto “[...] descartou-se a existência da necessidade da Reforma Agrária, escapando-se pelo argumento da negação da Questão Agrária.” (ABRA, 2007, p. 12) desta forma, prevaleceu a proposta da “modernização conservadora” desenvolvida pelo governo militar que consistia em modernização

técnica sem reforma. O pensamento conservador de o Governo Militar identificou que, os problemas no campo centravam-se no anacronismo da produção e a estrutura agrária do país na época, não era problema, dessa forma não haveria necessidade de reforma agrária.

Nesse cenário a função básica da agricultura era de atender as necessidades da indústria interna (mão-de-obra e gerar matéria prima), do setor urbano (oferta de alimentos e transferência de renda) e atender as demandas do mercado externo. Essa época fora marcada pelo surgimento de vários órgãos, responsáveis por regulamentar a produção de Café-IBC² Açúcar-IAA³, trigo-CTRIN⁴ e cacau-CEPLAC⁵ com proposta de reorientar as políticas agrícolas da época.

Segundo Guilherme Delgado (2005) o pensamento de o Governo Militar da época sobre a modernização no campo, era que, esta, deveria ocorrer a partir: do nível técnico da mão-de-obra, da mecanização, utilização de adubos e de uma estrutura agrária eficiente, Esta eficácia só era concebida por meio das grandes propriedades, descartando a reforma agrária.

A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 reproduzem nos artigos 157, III, da CF/67 e no art. 160, III, da CF/69 a função social da propriedade concebida como princípio de ordem econômica e social. (BRASIL, 1967, online).

No final da década de 1970 o Governo criou incentivos fiscais e projeto de colonização através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), desta forma possibilitou o acúmulo de terras aos grandes grupos, econômicos, a expropriação de terras indígenas e, de pequenos posseiros.

Sobre esta questão recorremos a reflexão de lamamoto (2001c, p.155):

[...] a decisiva intervenção que o estado efetuou na agricultura, nos últimos vinte anos, submetendo-a aos interesses do grande capital. Tal intervenção deu-se seja pela por meio do estímulo aos grandes projetos agropecuários, financiados, nos anos 1970, a juros negativos; seja via incentivos técnicos, políticos e creditícios que alteraram as relações agricultura/indústria, mediante a formação do complexo agroindustrial. Acelerou-se não só a industrialização de produtos, equipamentos e insumos para a agricultura, mas a industrialização da agricultura, isto é, o processamento industrial dos produtos dela derivados. O apoio estatal à grande agricultura de exportação foi também estimulado, em detrimento da pequena produção de alimentos.

² Instituto Brasileiro do Café (IBC) criado em 1952.

³ Instituto de Açúcar e Alcool (IAA) criado início dos anos 30.

⁴ Comissão do Trigo Nacional do Banco do Brasil (CTRIN) e Departamento do Trigo da Superintendência Nacional de Abastecimento.

⁵ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC-).

Stédile (apud OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 92-93) coloca que na década de 1980 ocorreu uma grande concentração de terras, que foi resultado do período de “[...] desnacionalização de nossa agricultura para as empresas estrangeiras.” O autor afirma ainda que “[...] as fazendas maiores de 2 mil hectares, que detinham um patrimônio de 120 milhões de hectares, passaram para 150 milhões de hectares.” Coloca ainda que as propriedades, “[...] com menos de 100 hectares, diminuíram seu número em 920 mil propriedades.” Completa afirmando que, nesse período desapareceram 1 milhão de pequenas propriedades abaixo de 10 hectares.

Com a Constituição Federal aprovada em 1988 o povo brasileiro vislumbrou mudanças para a realidade do país, com a criação do capítulo III, inteiramente voltado para definição da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Esta define em seus sete artigos: a desapropriação por interesse social, protege a propriedade produtiva, define questões sobre a política agrícola, e trás também, o usucapião desta feita, com a exigência de cinco anos para comprovação de utilização da terra, e com a extensão de até cinqüenta hectares.

Sobre o texto constitucional Guilherme Delgado (2005, p. 55) entende que “[...] houve avanços de direitos sociais, incluindo direitos agrários, que afirmam compromissos com a igualdade [...]” Embora o autor faça ressalvas sobre o princípio constitucional no tocante à função social da propriedade asseverando que “[...] é estabelecida como fonte legitimadora do direito da propriedade. Este conceito é herdado em parte do Estatuto da Terra de 1964, mas também atende às pressões políticas do processo constituinte.” (DELGADO, 2005, 57).

Em contra-ponto desta questão a ABRA considera “[...] a Constituição Federal um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra de 1964.” (ABRA, 2007, p. 12)

O novo ordenamento Constitucional de 1988 em seu artigo 186 define que:

A função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus estabelecidos em lei, os seguintes critérios:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos materiais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988, online)

Segundo a Associação Brasileira de Reforma Agrária as alíneas citadas acima “[...] são até hoje consideradas pelo judiciário como insuscetíveis de justificar desapropriações.” (ABRA, 2007, p. 11). Mesmo diante de situações que comprovem o descumprimento de todas as alíneas (I, II, III, IV) do artigo 186 de acordo com a ABRA (2007, p. 11) “[...] este não pode ser desapropriado ou expropriado [...], alegadamente porque não há lei que o autorize.”

O artigo 243 da Constituição de 1988 recebeu regulamentação a partir de 26 novembro de 1991, através da Lei federal de nº. 8.257, que autoriza a expropriação de terras utilizadas para cultivo de culturas psicotrópicas. Observa-se, no entanto, uma procrastinação propositada da União em evitar regulamentar leis que possam provocar perdas ao grande capital. Nota-se a Lei nº. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que “[...] dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.”

Delgado fiança que as alíneas XXII e XXIII do artigo 5º da Constituição está “[...] formalmente definido nos artigos 184 e 186. Estes, regulamentados pela Lei Federal de n. 8.629/93, são a base normativa para o Poder Executivo regular o sistema fundiário brasileiro” (DELGADO, 2005, p. 56).

A referida Lei trás a definição de imóvel rural como sendo o “Imóvel Rural o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial.” (BRASIL, 1993, online). Conceitua a média propriedade como aquela que possui acima de 4 até 15 módulos fiscal e a pequena aquela que compreende e 1 a 4 módulos. O tamanho do módulo fiscal pode ter variações por regiões, como também por estados, atualmente um módulo fiscal considerado pequeno pode chegar a 5 hectares.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental responsável por “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, online) define que à pequena propriedade pode chegar até 200 hectares, a média vai de 200 até menos de 2000 hectares e a grande de 2000 hectares ou mais. (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004).

Na década de 90 do século XX o Brasil e conseqüentemente toda política social experimenta uma fase

Percebe-se que o Estado brasileiro sucessivamente privilegia a grande propriedade como a única fonte rentável e, exclui de políticas protetivas as pequenas propriedades O Estado brasileiro persiste no conceito de “terra mercadoria” criada pelo pensamento liberal e recuperada pelo neoliberalismo (ABRA, 2007).

1.1.2 A evolução da estrutura fundiária brasileira /Plano Nacional de Reforma Agrária/produção agrícola

O Brasil possui uma estrutura fundiária constituída por 850 milhões de hectares, equivalendo 8.514.876,6 Km², desses, as Unidades de Conservação ocupavam, em 2003, 102 milhões de hectares, as terras indígenas 129 milhões de hectares, e em 30 milhões de hectares encontram-se as águas territoriais, as áreas urbana e as rodovias (ABRA, 2007).

Conforme o quadro abaixo observa-se a evolução da estrutura fundiária no país.

Tabela 1- Estrutura Fundiária ano 2003 – PNRA-2004

Estrato área total em há	Imóveis	% dos imóveis	Área total em há	% área	Área média em há
de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
de 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
de 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
de 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
de 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
500 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100,0%	420.345.382	100,0%	99,2

Fonte: INCRA, situação agosto de 2003 (apud BRASIL, 2004, p. 11).

O quadro acima demonstra que no ano de 2003 o número de estabelecimentos rurais no país era de 4.238.421 e localizavam-se em uma área de 420.345.382 milhões de hectares de terra. Analisando a tabela acima e embasado na Lei n. 8.629/93 referente ao tamanho da pequena propriedade rural, como também levando em consideração a variação do tamanho do módulo fiscal. Tínhamos no país em 2003 a quantia de 3.125.947 imóveis com até 250 hectares, que poderiam ser definidos como pequena propriedade, e equivaliam por 73,7% dos imóveis. A área ocupada por esses imóveis eram somente 50.743.620 hectares e correspondiam por apenas 12% da área total.

A média propriedade equivalia a 968.159 imóveis, com imóveis de 50 a 500 ha e correspondiam a 22,9% de todos os estabelecimentos rurais. A extensão desta, compreendia 133.630.240 hectares de terras e tomavam 31,8% da área total.

Na medida em que aumenta o tamanho dos imóveis, diminui a quantidade de estabelecimentos, delineando-se claramente o quadro de concentração de terras, onde o menos significa mais. As propriedades com 500 a 2000 ha, somavam 112.017 unidades, equivalendo a 2,7% do total de imóveis, mas, continham uma área de 103.123.793 hectares de terras que correspondiam a 24,5% de área geral.

Oliveira e Stédile (2004) organizou uma síntese da Estrutura Fundiária a partir da grande propriedade, dividindo-as dois grupos de grandes propriedades.

Tabela 2 - Síntese da Estrutura Fundiária - 2003

Grupos área total	Nº de Imóveis	%	Área em Há	%	Área média (há)
2000 a 5000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5000 e mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	32.264	0,7%	132.631.509	31,7%	

Fonte: INCRA - Plano Nacional de Reforma Agrária situação em agosto de 2003 (apud OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 12).

Nesta tabela pode observar-se as 25.417 propriedades que possuem de 2000 a 5000 ha e representam 0.6% dos imóveis, tomando uma área de 76.466.668 há, este valor significa 18,2% da área total. Finalizando com os estabelecimentos que mediam acima de 5000 ha, em 2003 eram apenas 6.847 unidades no país e correspondiam a 0,1% dos imóveis, continham 56.164.841 há e tomavam 13,5% da área total.

Os resultados preliminares do Censo agropecuário de 2006 apontavam para o aumento do número dos estabelecimentos rurais, que foram para a casa de 5.204.130 unidades, em apenas 3 anos ocorreu um aumento de 22,78% que equivaliam a de 965.709.

Os números demonstram a extrema monopolização de terras em mãos de poucos. Ademais, a certeza de que muitas dessas terras não estão servindo para produzir e para gerar empregos, mas, servem para a especulação e para aumento de patrimônio. Dados do INCRA - 2003 confirmavam que “[...] apenas 30% da área das grandes propriedades foram classificadas como produtivas, enquanto que, 70% foram classificadas como não produtivas”. (INCRA, 2003 apud OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p.13, grifo do autor).

Será realizada uma análise da estrutura fundiária do país por meio de suas 5 grandes regiões, de forma, que será possível verificar a localização das disparidades do país. O Censo agropecuário 2006 aponta uma expansão da área da fronteira agrícola de com o crescimento das áreas de lavoura.

A região Norte é composta por seis estados (Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins, Amapá e o Acre) constituindo 3.853.327,2 km² e totalizam 45,3% do território do país. (DIEESE, 2008, p. 29, online).

Nesta região predomina a grande propriedade, em consonância com os dados do INCRA/1998 70,3% dos imóveis rurais mantinham área superior a 15 módulos fiscais. Contrastando com 15,4% das propriedades que estavam classificadas entre pequenas e minifúndio, ou seja, possuíam área abaixo de 4 módulos fiscais. (DIEESE, 2006, p. 31, online). Esta região não difere do restante do país, onde o êxodo rural é uma realidade amiúde tendo o IBGE no ano de 2006 afirmando que a população urbana estava em 11.404 milhões compreendendo 75,6% do total da população. Os 24,4% da população que correspondiam a 3.679 milhões dos nortistas, estavam vivendo na área rural. (IBGE, 2006 apud Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008, p. 61-62, online). Mas, nem toda a população da área rural é absorvida pelo trabalho, pois, em 2006 o pessoal ocupado nesta agropecuária era de apenas 1.663.346 milhões de pessoas, em uma década a região deixou de ocupar 214.451 mil pessoas. Isso ocorreu em uma área em que o IBGE 2006 apontou para o crescimento de 8.243.911 hectares de áreas pastagens. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

O norte também corrobora com a indigna taxa de 44,5% das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo, realizadas no país no ano de 2005, de onde também pertenciam 36,5% dos trabalhadores que foram libertados no país. (DIEESE, 2006, p. 252, online) e no ano de 2007 nos estados do Pará e Tocantins estavam localizados os focos de maiores ocorrências de trabalho escravo do país. (SILVA, 2008). Nesta região foram resgatados 32,4% dos trabalhadores em situação de trabalho escravo. (DIEESE, 2008, p. 258, online).

A região Centro-Oeste composta por três Estados e um Distrito Federal (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás) compõem uma área de 1.606.371,5 km² que equivale a 18,9% do território nacional. (DIEESE, 2008, p. 29, online).

Nesta área, destacava-se o maior índice da grande propriedade 73% dos imóveis rurais estavam com área superior a 15 módulos fiscais, mesmo sendo uma região menor em área, no entanto, há uma grande concentração de terras em contrapartida a pequena propriedade ocupava apenas 8,7,% dos imóveis. (DIEESE, 2006, p. 31, online).

Nesta região o número de estabelecimentos em 2006 era de 319.954 ocupavam uma área de 100.071.723 hectares. O Ibge mostra que as áreas de lavouras em uma década pulou de 6.576.653 para 12.865.974 hectares em 2006, em contra-ponto as áreas de pastagens decresceram em 5.927.010 hectares.

O índice de pessoas que residiam na área rural em 2006 era de 1.822.000 que equivalem a 13,7% da população. (IBGE; PNAD apud DIEESE, 2008, p. 61-62, online). Nesta região fica evidente que a existência da grande propriedade não é sinônimo de mais produção e mais emprego, mesmo com o grande crescimento das áreas de lavouras nesta região o número de pessoal ocupado era de 988.332, o setor agrícola teve uma queda de 29.869 mil empregos em uma década. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

Esta região mantém uma área pequena no tocante ao território do país, mas aponta para 30,1% das ocorrências realizadas no ano 2005, para fiscalização do trabalho escravo em que, 44% dos trabalhadores libertos pertenciam aos estados de Mato Grosso e Goiás, tendo caído para 38,6% no ano de 2007. A região é responsável por 18% dos conflitos ocorridos no país para a defesa da preservação dos recursos hídricos ocorridos no ano de 2004. Os conflitos pelo uso da água incluem: resistência coletivas para garantir o uso e a preservação da água, a luta

contra a construção de barragens, açudes, luta contra a apropriação particular da água e cobrança do uso de água no campo por ribeirinhas, atingidos por barragens e pescadores (Comissão Pastoral da Terra, 2006 apud DIEESE, 2008, p. 254-255, online).

O Nordeste constituído pelos estados de Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba e o Maranhão com 1.554.257,0 km² compondo 18,3% do território brasileiro (IBGE, 2006 apud DIEESE, 2008, p. 29, online). Os nordestinos convivem com uma acentuada situação de pobreza agravada pela escassez de água. Nota-se uma disparidade menor que nas outras regiões, no que tange a distribuição de terra, onde 41,9% da área pertencem a grande propriedade, 35,4% a pequena e 22,5% a média. Os números podem explicar esta diferença, pois, esta região tem sido palco de grandes lutas pelo direito a terra. A população rural nesta região é um pouco maior em relação às outras regiões do país, pois, encontrava-se no ano de 2006, era de 14.765 milhões – 28,6% era o maior índice por região na área rural e 36.949 milhões - 71,5% residindo na zona urbana. (IBGE; PNAD 2006 apud DIEESE, 2008, p. 61-62, online). Nesta área o Ibge constatou 2.469.070 estabelecimentos rurais, em uma década esta região teve um aumento de 142.657 novos estabelecimentos, foi a região que o número de imóveis rurais mais cresceu. O número de pessoas ocupadas na área agrícola era de 7.686.806 pessoas no ano de 2006, embora, tenha ocorrido um decréscimo de 524.003 mil pessoas em uma década, ainda é a região, que mantém, o maior número de trabalhadores na agropecuária.

O nordeste também é detentor de 27,6% dos conflitos no campo ocorridos no país, pelo uso da água e registrou no ano de 2005 o número de 11.426 famílias envolvidas em conflitos pela posse da terra, sendo o maior número do país nesse ano. No tocante a violência contra a ocupação da posse da terra 59,9% das roças destruídas no país estava nesta região. (Comissão Pastoral da Terra. 2005 apud DIEESE, 2006, p. 247, online).

A Região Sudeste mantinha área territorial de 924.511,3, Km² com os estados do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com 10,9% de área do Brasil (IBGE, 2006, apud DIEESE, 2008, p. 29, online). Sua população urbana estava em 73.411.000 milhões caracterizando 90,5% e a rural 6.343 milhões, equivalendo a 8,0% da população. (IBGE; PNAD 2006 apud DIEESE, 2008, p. 61-62, online). No ano de 2006 apenas 3.191.770 estavam desenvolvendo trabalho

na agropecuária, em uma década ficaram desempregados 248.965 pessoas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online). Neste território se encontra cadastrados como grande propriedade 39,7% dos imóveis, 28,4% consideradas média e 30,7% pequena. Em uma década a região perdeu 5.705.520 hectares de áreas de pastagens e em contra-partida aumento em 5.302.192 hectares em áreas de lavouras. No sudeste ocorreram 26,4% dos conflitos no campo pelo uso da água, envolvendo famílias. A região convive com grandes contrastes que evidenciam o descaso e a exploração excessiva da mão-de-obra pela grande mecanização no setor agrícola e, em contrapartida, a produção de grandes ganhos econômicos. Dados do Dieese/2004 comprovam esses contrastes onde, 54,1% da população dessa região que desenvolvia atividade no setor agrícola, não possuíam registro em carteira, em contrapartida, o sudeste, no ano de 2005 esteve na segunda posição no saldo da balança comercial do agronegócio, com US\$16.373 milhões (INCRA, 2008 apud DIEESE, 2008, p. 227, online).

A região Sul é a menor de todas as outras e se constitui pelos os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com área de 576.409,6 km² e totalizam 6,8% do território do país. O IBGE 2006 indicava que 22.679 milhões da população estava residindo na área urbana, compreendendo 82,9% e 4.689 - 17,1%, na zona rural. Esta região é totalmente atípica do restante do país, onde 40,5% dos imóveis cadastrados estão com área inferior a 4 módulos fiscais e 37,3% com área acima de 15 módulos fiscais, restando à média propriedade uma área de 21,35. (INCRA, 2006 apud DIEESE, 2006, p. 62, online). A existência da pequena propriedade demonstra a participação da agricultura familiar, mas, no entanto, 498.874 mil pessoas perderam trabalho no campo. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

A grande estrutura fundiária do país e a diversidade das regiões brasileiras, aliadas a ausência de uma política fundiária efetiva desvinculada dos interesses do grande capital e sem contar o desinteresse dos poderes executivos e legislativos em dar concretude às legislações vigentes, acirram a questão agrária no país.

Concordamos com a ABRA (2007, p. 11) no tocante,

A falta de política distributiva efetiva alimenta a violência no campo e contribui para o agravamento da questão social. Além da macabra rotina das mortes e dos desmandos do latifúndio e (ou) “agronegócio”,

acontecimentos em Unai, Felisburgo, Ribeirão Preto e Anapú, tornaram-se representativos do clima e das formas de violência vigentes no meio rural. Como bem expressa Oliveira: Qual a diferença entre proprietário de terra que comandou friamente os assassinatos de Sem-terras de Felisbugo-MG e aqueles que mandaram matar os funcionários de Ministério do Trabalho, em Unai-MG? Qual a diferença entre os usineiros paulistas que, através de seus administradores, levam à morte por excesso de trabalho, trabalhadores rurais bóias-frias cortadores de cana no interior paulista e aqueles do “consócio” que pagaram assassinar Dorothy Stang? Ou seja, qual a diferença entre o chamado “agronegócio” e o velho latifúndio? São faces da mesma moeda. A guerra civil de fato que acontece na Amazônia Legal – essencialmente no Pará – entre posseiros sem terra e grileiros com seus jagunços e pistoleiros é exemplo dessa dupla face.

No ano de 2003 o Governo lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prometendo “vida digna do campo” e admitindo para toda sociedade que a pobreza e a exclusão da população rural são reproduzidas pela dificuldade de acesso à terra que o povo brasileiro convive. (BRASIL, 2004a, online).

O PNRA demonstra que o índice de concentração de terra no Brasil é maior que o índice de concentração de renda que chega a 0,6. O índice de Gini mede o grau de concentração de terra indicando que zero determina igualdade absoluta; e 1, a concentração absoluta, no Brasil a concentração fundiária está acima de 0,8. O PNRA-2004 valoriza e quantifica a capacidade produtiva da pequena propriedade, assume um compromisso com a reforma agrária e elege como público prioritário: os remanescentes dos quilombos, a população ribeirinha, os atingidos por barragens e por infra-estrutura, estabelece o princípio da igualdade de gênero no momento da titulação.

Os trabalhadores rurais sem terras são nomeados no Plano, mas, de forma ambígua:

[...] total de trabalhadores rurais sem terra pode ser identificado pelo conjunto formado pelas famílias rurais de trabalhadores agrícolas pluriativos e desocupados, bem como as famílias agrícolas e pluriativas residentes em áreas urbanas, que em 1997 correspondia a um montante de 3,1 milhões famílias. Essa estimativa circunscreve-se aos trabalhadores rurais sem acesso à terra, não incorpora os pequenos produtores agrícolas – proprietários, parceiros ou arrendatários. Nesta abordagem, família agrícola é aquela em que a totalidade de seus membros tinha a atividade agrícola como ocupação principal e família pluriativa é aquela onde ocorria a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas entre os componentes do mesmo domicílio. (BRASIL, 2004a, p. 17).

No Plano consta a proposta do Governo em criar políticas de créditos, de educação, eletrificação, cultura, assistência e seguridade social, objetivando assim, a permanência no campo, das famílias demandatárias pela reforma agrária.

O Plano Nacional da Reforma Agrária aparenta ser um documento de certa forma púbere e audacioso, que expõe a toda a sociedade questões até então dissimuladas, por uma elite detentora do poder econômico e ramificada no Estado. Alguns pesquisadores refutam o conceito de audaz e impinge a idéia de “frouxidão da política fundiária” (DELGADO, 2005), já, Oliveira e Stédile (2004) atribui o termo “Folclórico” para algumas questões proposta na política fundiária brasileira.

Neste documento uma das metas era assentar 520 mil famílias, com uma média anual de 130 mil. Os dados do INCRA afirmam que nos quatro primeiros anos de mandato do Governo Lula foram assentadas 381 mil famílias e que este resultado é o melhor desempenho da história do INCRA.

No entanto, Oliveira (2007, online) contesta estes dados, afirmando que “[...] nos primeiros quatro anos de mandato do Governo Lula, deveriam ter sido assentadas 900.000 famílias, entretanto, alcançou-se apenas 42% da meta proposta.” Já, em termos de formação de assentamentos resultado de desapropriações de grandes propriedades improdutivas, foram assentadas 79.298 famílias.

Outra questão é a regularização fundiária é a regularização fundiária, que difere das questões acima, onde o trabalhador já reside na terra, mas, não possui o título de propriedade, necessitando da regularização governamental. A Meta para o PNRA/ 2004 era de regularização de 500 mil posses de boa fé até 100 há em 4 anos. Pesquisa de Oliveira (2007) aponta para regularização de 39.221 famílias.

O PNRA/2004 ratificou o compromisso da esfera pública com os remanescentes de quilombos, por meio do artigo 68 ADCT de 2001, que garante o usocapião aos descendentes de escravos, que residiam até 5 de outubro de 1988 em terras, que anteriormente eram conhecidas por “quilombos”. Os dados expostos pelo Plano criticavam que em 15 anos apenas 71 comunidades foram tituladas, e previa-se que existiam mais de duas mil comunidades, quilombolas.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo, “[...] expõe que a instrução normativa do INCRA, faz com que a titulação das comunidades torne-se burocrática, lenta e pode inviabilizar o processo.” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, online).

A Fundação Palmares afirma que foram mapeadas 3.524 comunidades e que podem chegar a 5 mil comunidades no Brasil. Mas, de acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo de 1995 a 2008 o Governo Federal Titulou 26 comunidades,

sendo 20 no Governo FHC e 6 no Governo Lula. (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, online).

Outra questão importante foi a constatação do trabalho infantil pelo IBGE no ano de 2004, ainda é uma constante, na faixa etária de 5 a 14 anos onde, 1.202.233, ou seja, 20% das crianças residentes na área rural do país desenvolviam algum tipo de atividade agrícola. (DIEESE, 2008, p. 118, online). Já, no ano de 2006 esta mesma fonte ratifica que este número baixou para 16,1%, mas, esses dados são insuficientes pois, a medida que tenha apenas uma criança trabalhando, essa certamente terá todo seu futuro comprometido.

O PNRA reconhece oficialmente o papel da agricultura familiar no contexto da economia do país, afirma que “[...] na década de 1990 a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal [...]”. (BRASIL, 2003, p. 9). No entanto, há uma diferença no acesso a créditos a “[...] agricultura familiar responde por 37,8% da produção, consome apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, responde por 61% da produção, consome 73,8% do crédito.” (BRASIL, 2003, p. 9).

Pesquisadores do Instituto Pesquisas Aplicadas (IPEA) afirmam que “Os agricultores mais pobres são discriminados no acesso ao crédito. [...] O Pronaf, ao invés de contribuir para diminuição das desigualdades regionais e sociais, pode estar levando a um acirramento destas.” O IPEA explica que no Brasil os financiamentos para a área rural são “vinculados’ ao dinamismo econômico”, desta forma, regiões com maior atividade agrícola e maior mercado tendem a ter mais créditos. (ANDRADE, 2007, online)

Quanto a meta do PNRA/2004 de aumentar a igualdade de gênero na reforma agrária através do acesso ao Programa Nacional Agricultura Familiar (Pronaf), no ano de seu lançamento estes números estavam em 12%, e no ano de 2007 foi para 29,6% (DIEESE, 2006, p. 204, online).

Outra questão que merece ser mencionada é o Imposto Territorial Rural (ITR), tributo pago por proprietário de imóvel rural, que de acordo com o Ministério da Fazenda e Secretaria de Receita Federal no ano de 2004 a União arrecadou R\$292.000.000. e em 2007 a arrecadação foi R\$ 379 milhões. (DIEESE, 2008, p. 226, online). Guilherme Delgado (2005, p. 58-59) afirma que “[...] na prática não é cobrado ou fiscalizado, gerando uma arrecadação insignificante e cadente.”

A este respeito a ABRA (2007, p. 10-11) menciona que:

O Poder Executivo, que detém competência para cumprir e fazer cumprir as leis que regulamentam o art. 186 da Constituição Federal, pouco esforço dedica à fiscalização fundiária, tendo no governo atual se eximido completamente da função da tributação do ITR (Imposto Territorial Rural), passando-o aos municípios.

O Plano não nega o compromisso do país com o modelo de produção do agronegócio e, embora realize crítica a concentração de terra, não tem objetivo de desconcentrar as terras da grande propriedade. A concentração de terras é responsável por grande parte dos conflitos ocorridos no campo em todas as épocas da história deste país. Conflitos contendo pistolagens, torturas, ameaças, tentativas de homicídios e homicídios, agressões e prisões contra o homem do campo, que continua “vitima de uma orquestrada obstrução dos poderes de Estado, das mídias e dos formadores de opinião em geral, que continuam a operar e disseminar o princípio da “Terra Mercadoria”, oriunda da ultraconservadora Lei de Terras de 1850.” (ABRA, 2007, p. 12).

1.2 O atual modelo de desenvolvimento agrário: o agronegócio

Do ponto de vista da economia Neoliberal, o Brasil tem na agricultura a sua fonte de “riqueza”, [para um grupo seletivo] e para a grande maioria o resultado de para outros seu símbolo de desenvolvimento, fonte que regula a balança comercial e transformando o país neste século XXI em credor internacional. O atual modelo de produzir, de comercializar, e de organizar a produção é conhecido por Agronegócio, que é apresentado pela mídia como moderno, mas, que é praticado desde o século XV por Portugal. Caio Prado Júnior (1977, p. 102-103) relata com clareza sobre este período e sobre o caráter geral da economia brasileira, desde os primórdios da colonização. Cita sobre a produção das “[...] grandes lavouras tropicais, a cana-de-açúcar, o tabaco, o arroz, o algodão [...] e sobretudo o cacau [...] a pecuária [...] e que vem a ser exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu.” O autor completa afirmando que,

Este é o traço, que sintetiza a economia brasileira no momento em que o país alcança a sua autonomia política e administrativa. Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos [...] de alto valor mercantil [...]. (PRADO JUNIOR, 1977, p. 102-103).

Os fatos acima permeavam a questão econômica do país há quase 7 séculos atrás e que continuam sendo premente nos dias atuais. Com o passar do tempo foram obtendo novos arranjos e novas simbologias, mas a base continua sendo a mesma a economia brasileira tem como base o modelo agroexportador, monocultor, subalterno e dependente das necessidades internacionais, expropriador de terras e explorador da mão-de-obra e agora totalmente vinculado ao capital financeiro. Atualmente a economia do país estrutura-se no Agronegócio, festeja-se o Status de ser “o mais competitivo internacionalmente”.

Dos produtos brasileiros que se destacam no agronegócio pela agricultura está a cana-de-açúcar com seus derivados de etanol e açúcar, a soja, milho, algodão, suco de laranja, café; e a pecuária com suínos, bovinos e aves.

O termo agronegócio segundo Silva (2008, p. 4) surge em 1957 nos Estados Unidos, utilizado por dois economistas da Havard, definido como sendo o:

[...] agribusiness a integração das atividades agrícolas, ou seja, a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas. Assim sendo, o agribusiness engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores e transformadores e distribuidores envolvidos na geração e fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final.

Este modelo agrícola se embasa no pensamento Neoliberal que vem permeando toda economia do país, e possibilita a união do grande capital nacional/internacional e latifundiários, este, privilegia o cultivo da monocultura e volta-se para o comércio exterior e permite a formação de monopólios da produção.

Sobre esta questão Delgado (2005, p. 47) afirma que o Brasil efetuou uma “remontagem” do agronegócio que está baseado na: “[...] associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado.”

Segundo Megido e Xavier (1998, p. 303 apud SILVA, 2008, p. 2) atualmente apenas 100 multinacionais controlam um terço do investimento global e 40 mil empresas controlam dois terços da economia do mundo, tendo apresentado na agricultura e pecuária seus maiores ganhos e produtividade no século XX. No Brasil o agronegócio possibilita a internacionalização das terras, principalmente as grandes

propriedades. Silva (2008, p. 5) aponta que “[...] das 500 maiores empresas que atuam no agronegócio do Brasil somente 06 (seis) são estatais, 388 brasileiras e 106 são estrangeiras, justamente as mais importantes.”

As empresas estrangeiras dominam partes de montagem de instalações de usinas, controle de armazenamento de alimentos, distribuição de produtos, produção de sementes, agrotóxicos e, a aquisição de grandes extensões de terras. Nas universidades brasileiras tem crescido a abertura de curso para formação de mão de obra especializada, para atuar no agronegócio.

Outro fator acelerador dessa internacionalização e que garante o monopólio desse setor, é a fusão de empresas que ampliam suas atividades e diminuem o número de produtores, um caso ilustrativo é o da Noble Group, empresa de nacionalidade coreana, com sede em Hon Kong, investindo no setor sucroalcooleiro e na mineração, suas pretensões são de que até 2011 estarem entre as 5 ou 10 maiores empresas produtoras nacionais de etanol. Dados de Silva (2008) confirmam que a participação de empresas estrangeiras na produção de açúcar e álcool passou de 5,7% em 2006 para 12% no ano de 2007. (PIEROSI, online).

Como se fosse pouco, ademais, essas empresas contam também com investimentos de recursos público brasileiro no financiamento de pesquisas para melhoria da produção.

A participação e contribuição do Estado neste processo são predominantes, não só na facilitação da implantação destas empresas, mas, na amenização dos custos da produção.

Sobre esta questão lamamoto (2001b, p. 127) realiza seguinte reflexão:

[...] um Estado que investe no setor produtivo, produtor de mercadorias e de serviços e que socializa os custos da industrialização, favorecendo o capital internacional e, secundariamente, a burguesia nacional. O tripé em que se apóia a base produtiva é formado por empresas estatais, burguesia nacional e capital estrangeiro no comando de importantes setores da estrutura produtiva. Nesse período, desenvolve-se um no estágio do processo de internacionalização da economia nacional. Passa o país a figurar como um dos núcleos dinâmicos do circuito monopolista na periferia dos centros econômicos mundiais.

O resultado é o predomínio do mercado da produção agropecuária pelos estrangeiros, que já estão na produção de café, soja, milho, algodão, laranja e principalmente o açúcar e o álcool.

Os resultados para o Brasil tem sido além da internacionalização das terras, a expropriação de inúmeras famílias que vivem da terra e aumentando o índice de violência no campo. Como podemos acompanhar os dados do IBGE no ano de 2007 foram 54.179 famílias envolvidas em conflitos no campo contra a ocupação de terras, entre despejos, ameaças de despejos e expulsões (Comissão Pastoral da Terra, 2007 apud DIEESE, 2008, p. 253, online). Outros agravantes estão na concentração de terras, no desrespeito ao meio ambiente como o desmatamento e o uso de forma indevida de recursos hídricos. Estas denúncias se comprovam pelos dados fornecidos pelo INCRA em que 32,747 famílias no país em 2007, estiveram envolvidas em conflitos pela posse da terra. (Comissão Pastoral da Terra, 2007 apud DIEESE, 2008, p. 255, online).

A exploração de mão-de-obra barata é outro fator relevante para as escolhas dos destinos das empresas estrangeiras, que agora estão investindo em capacitação de mão-de-obra feminina, como ocorreu recentemente na multinacional Adecoagro de propriedade de George Soros. Pierossi (online) afirma que este grupo está treinando mulheres para operarem tratores e colhedora de cana, máquinas que chegam a custar R\$800 mil reais cada uma e a empresa paga às operadoras um salário ínfimo de até “R\$ 1000 mil reais”. (PIEROSSI, online).

O processo de produção do agronegócio, embora seja diversificado, desenvolve padrões de produção similares como os contratos de trabalho flexíveis, a terceirização da mão-de-obra, a alternância de turnos de trabalho, trabalho aos domingos e feriados “[...] assentados na articulação da mais-valia absoluta e relativa, ou seja, na máxima ampliação da jornada de trabalho aliada à intensificação da produtividade do trabalho.” (IAMAMOTO, 2001a, p. 138).

Enquanto alguns comemoram o sucesso do agronegócio outros, não possuem muito ou quase nada, para se comemorar, é o caso de muitos trabalhadores rurais, que foram convertidos a exercito de reserva e muitos não serão se quer convertidos em trabalhadores, pois já suprimidos pelo mercado capitalista; favorecendo assim, o sucesso do agronegócio no mundo. Este fato tem provocado o aumento da pobreza para o trabalhador do campo, a expulsão do pequeno produtor e, a exclusão e miséria para o trabalhador residente na cidade e dependente do trabalho rural.

Além disso, acompanha-se o desrespeito total aos direitos da pessoa humana, através da precarização das relações de trabalho, e a sujeição do trabalhador à condição análoga ao trabalho escravo.

Outras contradições envolvem a produção do biocombustível “limpo” como os prejuízos à fauna e flora e, a diminuição das reservas florestais.

No cenário atual não se tem previsões de melhoras, pois, com o investimento do país na política dos Biocombustíveis a tendência é o aumento de investimentos nos principais produtos que compõem o agronegócio e que estão sendo utilizados na produção de combustíveis.

O Ministério da Agricultura em seu Programa de Desenvolvimento de Agroenergia através do Plano Plurianual 2006/2011, afirma que “[...] o Brasil possui posição de vanguarda e liderança no campo de Agroenergia”. (BRASIL, 2005, online)

De acordo com o Ministério de Minas e Energia “[...] o Programa de Desenvolvimento da Agroenergia tem o intuito de promover a coordenação das diferentes áreas do governo com foco no fortalecimento da pesquisa, transferência de tecnologia, apoio à organização produtiva, e cooperação internacional” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, online). As diretrizes da agroenergia abrangem:

[...] quatro vertentes principais: (a) álcool; (b) biodiesel; (c) florestas energéticas cultivadas; e (d) resíduos agroflorestais. É bom notar que existem inter-relações entre esses segmentos, como o uso do etanol para a produção do biodiesel, como a co-geração para a produção de energia elétrica com resíduos de produção de álcool, ou o aproveitamento de resíduos de biomassa florestal. (MARRECO, 2007, p. 103).

Dentre os produtos do agronegócio os responsáveis pela agroenergia se destacam a soja e a cana-de-açúcar (etanol). As outras matérias prima utilizadas para a confecção do biocombustíveis são: girassol, mamona, nabo forrageiro, pinhão-manso, algodão, dendê, babaçu, amendoim, óleos e gorduras residuais.

O biodiesel é biocombustível que :

[...] derivado de biomassa renovável para uso em motores de combustão de ignição interna por compressão ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia que possa substituir parcial ou totalmente, combustíveis de origem fóssil. Assim, há amplas possibilidades do uso do biodiesel em transportes urbanos, rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros e cargas, geradores de energia, motores estacionários etc. (PROGRAMA..., online).

O Programa Nacional de Produção Biodiesel (PNPB) 2005 é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. O programa tinha como meta para janeiro e julho de 2008 misturar 2% biodiesel em 98% de diesel de petróleo e em 2013 mistura de 5%. (PROGRAMA..., online).

As previsões do Brasil para a agroenergia são que para 2017/2018 dobrarão e as exportações de soja que passarão de 25,6 milhões de toneladas atuais, para 50,5 milhões de toneladas.

De todos os produtos que compõem a agroenergia a cana, certamente é o estimulador de grandes debates, devido aos impactos sociais e ambientais. De acordo com as Diretrizes de Política de Agroenergia 2006/2011 a previsão é que até 2023 mais 50 novas destilarias devem ser construídas e 3,5 milhões de ha de área plantada com cana-de-açúcar, prevendo um investimento de US\$ 3,5 bilhões.. (BRASIL, [2008], online).

Outras contradições envolvem a produção do biocombustível “limpo” como a das Diretrizes da Política de Agroenergia (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, online) vislumbra piora da questão do meio ambiente,

[...] faz-se necessário a estruturação de um plano diretor que contemple o equacionamento dos gargalos que dificultam a migração da atividade (produção de cana) para novas fronteiras, como a Região Centro-Oeste (Estados de Tocantins, e sul dos Estados do Maranhão e Piauí). (BRASIL, [2008?], online).

Sobre as previsões de avanço na produção de cana-de-açúcar no país a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um estudo que demonstra que nos estados de Goiás, Maranhão, Para, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins a cana tem avançado ferozmente. Seu avanço tem destruído matas nativas, cerrado e áreas de pastagens, ademais, pressiona a fronteira agrícola para a Amazônia. As denúncias sobre os prejuízos do etanol pairam sobre o todo o país, no Estado de Minas Gerais, a população sofre além da queimada, o veneno que é passado de avião, alcança a população da cidade, o

desrespeito as nascentes de rios, desmatam madeira de Lei e desrespeitam estudos de impacto ambiental. (CTP, [2008], online).

Tais questões nos remete a reflexão de Yamamoto (2001a, p.169), “O Estado é capturados historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou da cooptação de interesses. Perfila-se em consequência, um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas, [...]”

Mesmo diante de tantas denúncias os governos estaduais estão oferecendo grandes incentivos fiscais para a implantação de novas usinas, como é o caso de Roraima que oferece isenção de ICMS até o ano de 2018.

A Diretriz da Política de Agroenergia (BRASIL, 2005, p. 4) enfatiza que a

[...] a expansão da agroenergia não afetará a produção de alimentos para o consumo interno, principalmente da cesta básica. Pelo contrário, co-produtos do biodiesel, por exemplo, torta de soja e de girassol, tendem a implementar produtos para alimentação humana e animal (BRASIL, [2008?], online).

No caso do biodiesel os incentivos fiscais são através do “selo combustível social”, cedido às empresas que comercializarem a compra da matéria-prima para produção do biodiesel de agricultores familiares. A partir daí poderão obter redução parcial ou total de tributos federais.

Todos os privilégios obtidos pelo setor sucroalcooleiro não tem produzido retorno ao trabalhador rural, pois, além de oferecerem péssimas condições de trabalho, contribuem para reduzir a oferta de postos de trabalho. Dados do IBGE/2008 afirmam que de “[...] 2005 para 2006 a atividade agrícola perdeu mais de meio milhão de trabalhadores”. Em 2005 o número era de 17, 8 milhões, equivalendo a 20,5% dos trabalhadores do país, em 2007 caiu para 19,3% reduzindo para 17,2 milhões. Os números demonstram a redução ano após ano, de empregos na agricultura, como ocorreu em 2004, onde os trabalhadores do campo representavam 21,0%. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

Mas, de acordo com dados do IBGE /2008 a somatória das safras 2008 e a de participação dos produtos, como milho e soja que integram a cadeia do agro negócio ocupam 40,3% e 41,1% respectivamente. O arroz ocupa 8,3%, feijão 2,4% e o trigo com 4,0% no total da produção de grãos no país. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online). Em termos de área plantada

o arroz de 1990 a 2007 perdeu 1.236 mil ha área, quase que 25%. O feijão nesse mesmo período perdeu 12% de área, equivalente a 1.174 mil ha. (CPT, [2008b], online)

Segundo o Ministério de Minas e Energia a cana-de-açúcar responde atualmente por 18% da matriz energética brasileira. (BRASIL, [2008], online).

[...] uma das mais limpas e renováveis do mundo, atrás apenas do petróleo e derivados (37%). Da planta aproveitam-se o caldo, o bagaço e a palha da cana para produção de açúcar, etanol, adubo e bioeletricidade, com vantagem de reduzir impactos ambientais e gerar créditos de carbono. (BRASIL, [2008], online)⁶

O discurso que coloca o etanol como energia “limpa” tem sido questionado, pois de acordo com as pesquisas de Andrew George Allen e Arnaldo Alves Cardoso (apud SILVA, 2008, p. 9, grifo da autora).

Sob o aspecto ambiental, podemos dizer que o uso do biocombustível pouco interfere no balanço de carbono da atmosfera porque o dióxido de carbono emitido durante a queima do biocombustível é consumido pelo processo de fotossíntese para refazer o vegetal. Isto resulta em balanço de carbono igual a zero na atmosfera; assim o seu uso não minimiza, mas apenas não interfere no efeito estufa.

Outras questões que envolvem a produção do etanol estão à poluição dos “cursos de água e dos lençóis freáticos”, a “salinização do solo” em razão do uso do vinhoto que é um subproduto resultante dos processos de fermentação e destilação do álcool. A produção de cada litro de álcool produz 10 litros de vinhoto e segundo Andrade e Dinis (apud SILVA, 2008, p. 15) o uso das queimadas que produzem as cinzas e fuligens e outros materiais que quando inalado penetram nos pulmões e provoca a diminuição da capacidade respiratória da população e principalmente do trabalhador do corte, que fica exposto a intensa exploração e precariedades das condições de trabalho no corte da cana.

As condições de trabalho do cortador de cana tem sido objeto de pesquisas e denúncias de pesquisadores que comprovam que a “vida útil de um cortador de cana não ultrapassa 15 anos”, devido a “intensa atividade física”, aonde muitos trabalhadores chegam a “desferir quase 10 mil golpes com o facão”, chegando a “perder 8 litros de água por dia.” (SILVA, 2008, p. 19).

⁶Balanço energético, 2008.

Através da mídia não tem sido poucas as denúncias onde se acompanha as precárias condições de transportes, de alojamentos, o descaso de muitas usinas no cumprimento da legislação que as obriga a fornecer equipamentos de segurança, abrigo, banheiro, água. De outro os relatos de trabalhadores que adoececem vítimas de Ler/Dort, acidentes com o facão que lhes causam lesões ou perdas de membros que resultam em deficiência física. Sem contar, o agravo da condição de vulnerabilidade social, com a dificuldade em obter seguridade social.

Ademais, dessa intensa atividade física que provoca no cortador, câibras, vômitos, tonturas, feridas no corpo, provocadas pelo suor mesclado à fuligem, convulsões tremedeiras, muitos trabalhadores fazem uso de drogas (crack) para suportarem o trabalho estafante. Há várias denúncias de casos em “[...] que, jovens após a jornada de trabalho, sentiram muitas câibras e dores no peito, vindo a falecer em seguida.” (SILVA, 2003, p. 41).

O “mito do Agronegócio” no país se espalhou pela sociedade como a única saída, com grande ajuda da mídia insuflando diariamente frase que condicionam toda população do país, como por exemplo; “e se não fosse à cana?” Afirmativas, criadas por grupos capitalistas que além de manter grande poder na economia, possuem também o poder político e, não aceitam perdas, pois, recorrem ao governo em cada pequena crise e, são prontamente atendidos, afinal “Agronegócio, sua vida depende dele”.

Sobre estas questões, Delgado (2005, p. 74) assinala em sua fala os motivos que entravam no Congresso brasileiro os avanços nas questões com terra, afirmando a formação de um arranjo conservador,

Atualmente esse arranjo conservador se apóia no poder econômico do agronegócio, que os militares ajudaram a construir. Detém também uma forte representação política – Bancada Ruralista – que se estrutura em vários partidos e detém entre 1/4 e 1/3 de deputados e senadores, votando no Congresso segundo sua orientação.

O agronegócio também, não tem oferecido oportunidades similares a todos os que produzem. Se analisarmos a situação de um pequeno produtor que produz um produto com a mesma importância no país, observa-se que as diferenças são grandes; toma-se como referência os pequenos e grandes produtores dos principais produtos do agronegócio.

Oliveira e Stédile (2004) trás em seus estudos resultados que desmontam os mitos sobre a pequena e a grande propriedade. E, baseados em suas pesquisas é, que vamos realizar a análise a seguir.

O autor afirma que a soja “[...] é atualmente a vedete do agronegócio, inclusive muitos intelectuais progressistas, atribuem apenas a ela o grande furor das transformações na agricultura brasileira em todo canto e lugar do país” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 45). Esta cultura absorve cada vez menos o uso de mão-de-obra, utilizando cada vez mais tecnologia. Sua expansão, no entanto, não atribui ganhos para o trabalhador rural residente na cidade, que segundo o PNRA/2004 no ano de 1996 estes trabalhadores estavam em mais de 3 milhões e para poucos envolvidos residentes na área rural. Dados do IBGE /2006 afirmam que a produção da soja prevista para 2008 é de 59,8 milhões de toneladas, com uma área plantada de 21,3 milhões de há.

O autor supracitado realiza ainda uma análise de extrema importância envolvendo a pequena propriedade e grande propriedade, onde conclui que havia mais de 225 mil camponeses envolvidos na produção deste produto, mas, revela que “[...] eles têm inserção diferenciada neste setor. Vivem contradições e a imensa teia das relações de sujeição a que estão submetidos.” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 47). Oliveira e Stédile (2004, p. 47) citam as principais sujeições do capitalismo mundial em que os pequenos produtores submetiam-se: “[...] as cooperativas, para onde 50% deles, enviavam 37% do produto, outros 35% de produtores entregavam 30% da soja a intermediários e 10% dos produtores entregavam 31% da produção para a indústria. A diferença restante teve outro destino.”

Outra questão ocorrida no processo de produção da soja foi a distribuição da parcela média do valor da produção, de acordo com Oliveira e Stédile (2004) as pequenas propriedade obtém parcelas muito aquém das parcelas, obtidas pelas grandes. As diferenças não param de acordo com IBGE/1996 o volume de produção da soja nesse período pela pequena propriedade foi de 34,4%, enquanto que a grande foi 21,9%.

A produção de milho segue também o mesmo roteiro os pequenos produtores produzem 54,4% e a grande propriedade 10,8%. O cultivo do milho no país é antigo, devido aos hábitos indígenas, mas com o agronegócio sua produção aumentou tanto na produção de ração para avicultura e suinocultura. (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 34). No ano de 2008 a produção de milho prevista pelo Ibge foi de 58.698.451 de

toneladas, com uma área plantada de 14,4 milhões de há, do ano de 2007 para 2008 com um prognóstico de 7 milhões de toneladas a mais. Outro dado relevante nesta análise entre o grande e pequeno produtor é o acesso à obtenção de créditos/financiamentos que exacerba ainda mais as disparidades “Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. Aquelas unidades com mais de 10.000 hectares, obtiveram parcelas médias de mais de um milhão de reais para cada uma. As unidades menores [...]” dividiram entre si “R\$2.900,00 e R\$20.000,00” (IBGE/1995/1996 apud OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 24).

O IBGE mostra que a cana-de-açúcar vai ocupar 8.192.841 há de área em todo o território brasileiro, A produção será de 651.504.000 toneladas, parte desta produção vai para o açúcar, álcool etanol e etílico, e, um pequeno percentual, destinado a outros produtos como aguardente, rapadura e forragem animal. Oliveira e Stédile (2004, p. 49) afirma que “[...] esta cultura ocupa os melhores solos existentes no país, construindo-se em verdadeiros monopólios territorializados.” Nesta cultura, as grandes unidades tiveram participação superior às pequenas, As grandes unidades tiveram participação de 31,6% das terras plantadas, 33% do volume de produção e 31,1 do valor da produção gerado. O autor assevera que “Esta é uma cultura onde a diferença na distribuição da renda é mais desigual.” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 51).

Diante de tantas provas concordamos com Oliveira e Stédile (2004, p. 79, destaque do autor) no que tange a necessidade de eliminar o “espetáculo do agronegócio” e que,

Os recursos do fundo público devem ser destinados aos pequenos camponeses e, sobretudo à Reforma Agrária. Os capitalistas mundializados devem arcar com sua condição de capitalista e fazer os investimentos com recursos próprios. Afinal o provérbio é deles mesmo: “quem não tem competência não se estabelece”.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

2.1 Marco legal e os desafios de sua implantação

Se com relação à Questão Agrária há controvérsias sobre as conquistas na Constituição Federal de 1988, na Política de Assistência constitui um divisor de águas para a Assistência Social neste país, definindo-a como direito social e compondo o sistema de Seguridade Social brasileiro.

A Seguridade social no Brasil compreende “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, online).

Sposati (1997, p. 22) refletia que:

Pela primeira vez uma Constituição brasileira indica a organização de um sistema governamental de assistência social. Ante o reconhecimento, mesmo que frágil, da necessidade dos segmentos mais espoliados, cabe ao estado organizar-se para respondê-los.

A partir desse momento a política de Assistência social ganha status de política pública, sendo assumida pelo Estado. Desta forma passa a ser financiada por meio do orçamento da Seguridade Social, constituído por recursos provenientes da União, Estados e Municípios através de arrecadação: de empregadores, empresas e entidades; folha de salários; receita ou faturamento; do lucro; do trabalhador; receita de concursos e prognósticos; importador de bens ou serviços do exterior; receitas dos Estados, Município e Distrito Federal destinada à seguridade social. (BRASIL, 1988, online).

Conforme os dados acima se constatam que, o orçamento da Política de Assistência Social no Brasil é formado com tributos de toda a sociedade. O Plano Plurianual do Governo Federal 2008/2011 propõe um percentual de 3,8% a ser gasto pela Política de Assistência Social, em relação ao orçamento total da União.

Já, no orçamento da total da Seguridade Social a assistência social ocupa um percentual 8,8%. (BRASIL, 2008, p. 11).

Ferreira (1999, p.148) sustenta a afirmativa que,

O financiamento para a área de assistência social no Brasil foi, tradicionalmente, insuficiente e perverso. Insuficiente, porque sempre esteve muito aquém do necessário para garantir bens e serviços destinados à população reconhecidamente pobre. E perverso, porque os recursos disponibilizados sempre foram provenientes da contribuição direta ou indireta dos próprios trabalhadores, Não tendo assumido uma função, fundada em bases mais progressivas, de redistribuição de renda entre capital e trabalho.

A Assistência Social torna-se política pública não contributiva que vem garantir os mínimos sociais e suas ações devem ser integradas com as outras políticas setoriais. Esta política traz como objetivo: amparar a criança e adolescente, a infância, a velhice, a família e a maternidade, desenvolver a promoção da integração ao mercado de trabalho, e a habilitação/reabilitação à pessoa com deficiência, a garantia de um salário mínimo para idosos e pessoas com deficiências que não possuem meios de prover o seu sustento. (BRASIL, 1988, online).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) aprovada pela Lei Federal n. 8.742 em 12 de dezembro de 1993, veio regulamentar a execução desta Política, definindo como princípios: a universalização dos direitos sociais, a equiparação dos direitos de atendimento da população urbana com a rural, o respeito à dignidade do cidadão, garantia do acesso gratuito e, sem comprovação vexatória de necessidade.

Suas diretrizes se baseiam na descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de governo, propõe a participação da população por meio da sociedade civil organizada, controle das ações em todas as instâncias de governo e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência. (CRESS, 2006, p. 85-99).

Stein (1997, online) aprofunda a definição sobre o processo de descentralização que a seu ver,

[...] pressupõe a existência da democracia, da autonomia e da participação, pois estas categorias são entendidas aqui como medidas políticas que passam pela redefinição das relações de poder, que implica a existência de um pluralismo, entendido como a ação compartilhada do Estado [...] e da sociedade.[...].

A Lei nº. 8.742 define também as competências dos Municípios, Estados e União na condução da Política de Assistência Social. Estabelecendo a co-responsabilidade e uma “[...] hierarquia de competências entre cada ente federativo” (FERREIRA, 1999, p. 147).

Esta Lei determina critérios para repasses de recursos financeiros oriundos das três esferas de governos, desta forma no artigo 30, determina que se institua Conselho de assistência social⁷, Plano e Fundo no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Os Conselhos de Assistência Social: conforme artigo 16 da LOAS, conselhos são “As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, [...]” (GRESS, 2006, p. 89).

A instituição de conselhos permitiu que a gestão da assistência social fosse compartilhada de forma permanente e paritária entre governos e sociedade civil; que propõem, aprovam, fiscalizam, acompanham e deliberam sobre a execução da política nas três instâncias governamentais. Os dados do IBGE sobre o perfil dos municípios brasileiros no ano de 2005, demonstram a existência de 5.497 conselhos de assistência social no país, totalizando 98,8% dos municípios. A expansão do número de conselhos no país, não tem significação o crescimento de espaços de controle social, fiscalização e participação, pois, os dados demonstram que, em 20,2% dos conselhos, os membros representantes da sociedade civil, são indicados pelo poder público. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

Campos e Maciel (1997, p.154) consideram “[...] os conselhos, instâncias por excelência do fazer político, não podem ser confundidos como confraria de amigos, com um palco de conciliações, como desejam muitos governantes.” Por outro lado, também não deve ser entendido como fórum da discórdia e da oposição sistemática, como desejam alguns esquerdistas.

O Plano Municipal da Assistência Social é outra exigência legal para os Municípios, Estados e União e se constituem em “[...] um instrumento de planejamento estratégico para a consolidação da assistência social, ademais,

⁷ Conselhos de Direitos na Política de Assistência Social São: Conselho de Assistência Social e Conselho de Defesa de Direito da Criança e do Adolescente, atuando nas três esferas de governos.

expressa a política e as suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial.” (BRASIL, 2004, p. 34).

No ano de 2005, 91,4% dos municípios brasileiros possuíam Planos municipais, mas, na análise que se referem por classe de tamanho da população, os municípios com até 10 mil habitantes, foram os que apresentaram o menor percentual, apenas 89,1% deles possuíam planos. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

A Lei Orgânica de Assistência Social propõe que todos os repasses financeiros destinados à operacionalização da política de assistência social, seja da União, Estados e recursos dos municípios sejam alocados nos Fundos de Assistência Social, que constituem o orçamento da assistência social.

Marcelo Sitcovsky (2006, p.102) realiza uma crítica sobre o desrespeito na execução da Lei 7.842/93, onde o Fundo do Programa Comunidade Solidária no Governo do FHC e o Programa Fome Zero do Governo Lula, afirmando que;

[...] a assistência social foi tratada com fortes influências dos pressupostos da solidariedade, do trabalho voluntário e das parcerias. Cabe lembrar que os recursos financeiros do PCS superavam os recursos destinado ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Isso demonstra o lugar que o PCS ocupava em relação aos serviços assistenciais do governo FHC. O mesmo pode ser dito para o Programa Fome Zero do governo Lula [...].

Os dados do IBGE mostram quem em 2005, 91,2% dos municípios brasileiros possuíam Fundos municipais e eram regulamentados por instrumentos legais. Já, na análise realizada por região as que apresentavam baixos percentuais de planos, eram a Norte e Centro-Oeste, com 84,0% e 82,2% respectivamente. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

O Controle Social é a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos. Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos.

Outras formas de participação e controle da sociedade são as Conferências e os Fóruns. As conferências avaliam a situação da assistência social nas três instâncias de governos e são realizadas de dois em dois anos. Os Fóruns são espaços de debates em que a sociedade civil pode acompanhar a implementação e a organização da política de assistência. Sobre os Fóruns e conferências municipais

um Presidente da Associação de Moradores de Guará pronuncia Senhor M S. F (2008) pronuncia:

[...] a sua participação na Conferência de Assistência Social realizada em 2006 no município de Guará “foi uma experiência muito boa, porque eu senti que lá eu podia falar dos problemas do meu bairro, inclusive sobre a dificuldade que as pessoas do meu bairro sofrem”.

A Norma Operacional Básica (NOB) de 1998⁸ definiu outros espaços de participação e pactuação denominados Comissões Intergestoras Tripartite (CIT) e Comissões Intergestoras Bipartite (CIB).

A CIT se constitui por representantes das três instâncias de governos, três representantes da união, três representantes dos estados e três representantes dos municípios. É organizada no âmbito federal, por onde se negociam e pactuam as questões como critérios de partilha de recurso federal, e questões pertinentes a política de assistência social e implantação do SUAS , posteriormente submete as questões pactuadas ao CNAS (Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, 2005, online).

A Comissão Intergestora Bipartite (CIB); constituída de representantes dos estados e municípios atua no âmbito estadual e é composta por três representantes dos estados e seis gestores municipais. Dentre as suas várias funções está a de pactuar a distribuição de recursos estaduais e acordar sobre questões encaminhadas pelos municípios sobre a operacionalização de programas projetos e serviços. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online). No entanto, Sposati (2006, p. 108) faz ressalvas sobre a forma de distribuição dos recursos pelas CIBs “[...] a aplicação desses critérios pelas CIBs não vem sendo homogênea, embora cada uma das responsabilidades tenha sido detalhada em requisitos pela NOB-SUAS.”

A assistência como política de seguridade social propõe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), dirigido à pessoa com deficiência e a pessoa idosa a partir de 65 anos, no valor de um salário mínimo tendo como critério de concessão a renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo. (CRESS, 2006).

O BPC foi regulamentado no ano de 1995 pelo Decreto de nº. 1.744, de 8 de dezembro. No ano de 2003 a Lei Federal nº. 10.741⁹ criou o Estatuto do Idoso, que

⁸ As Normas Operacionais Básicas são instrumentos que explicam e Normatizam a implantação de políticas públicas.

determina que o BPC possa ser concedido a duas pessoas idosas casadas ou em união estável, fato não permitido anteriormente. (CRESS, 2006).

Conforme dados do PPA/2004/2007 da União, o Benefício de Prestação Continuada no ano de 2007 atingia 11,57% do orçamento da Assistência social. Marcelo Sitcovsky (2006, p.75) considera o BPC “[...] como o maior programa assistencial de transferência de renda do país [...].”

Ferreira (1999, p. 140) contesta os critérios do BPC afirmando que; “Tais características assim restritivas, tornam esses benefícios uma espécie de renda social minimalista e reforçam aquela histórica clivagem entre aptos e inaptos ao trabalho.”

Outro benefício garantido na Lei orgânica é o de natureza eventual, que visa o auxílio natalidade e de funeral, tendo como condição para acesso a renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O auxílio natalidade foi regulamentado no ano de 2007, por meio de Lei Federal estabelecendo que os municípios devessem definir a forma de atendimento deste benefício. Quanto ao auxílio funeral os municípios já vinham custeando os gastos, antes mesmo da regulamentação legal.

Sobre esta questão Ferreira (1999, p. 144) afirma que “Aos municípios e ao distrito federal coube a carga mais pesada: garantir o custeio e a implementação dos benefícios eventuais (auxílio - natalidade e morte) [...].”

A Lei Orgânica de Assistência Social prevê a execução da assistência por meio do desenvolvimento de serviços, programas e projetos, definidos da seguinte maneira:

Entende-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípio e diretrizes estabelecidas nesta lei. [...] Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais. [...] Os projetos [...] compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, [...]. (CRESS, 2006, p. 95-96).

Dados do PPA/2008/2011 sobre os valores investidos pela União com os programas, projetos e serviços prestados pela assistência social, revelam que dentro

⁹ Lei Federal de nº. 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

do orçamento da seguridade social estes ocupam um percentual de 0,9%. (BRASIL, [2008], online).

Em relação ao desenvolvimento de serviços, programas e projetos Ferreira (1999, p.145) considera que estes proporcionam maior alcance à população usuária, pois são operacionalizados de forma descentralizada, levando-se em consideração as necessidades locais, como também “[...] reforça o dever do Estado para com os cidadãos, [...]” Considera ainda, que os usuários destes não precisem provar sua capacidade ou incapacidade para o trabalho.

No decorrer da implantação da LOAS, no ano de 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a nova Política Nacional, que delineou as linhas gerais da assistência social e propôs o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

E, para implantação desta nova Política, no ano de 2005 é publicada a terceira NOB/2005 que objetiva materializar o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social, além de definir, organizar e padronizar a operacionalização da assistência social em todo país. Ou seja, instituiu um novo modelo de organização das ações, serviços, programas, projetos e benefícios, ademais, unifica conceitos e procedimentos em todo território brasileiro. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME, online).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS segundo Lopes (2006, p.80) é implantado no país a partir do “paradigma da universalização do direito à proteção social fundado na cidadania e abandonando as idéias tutelares e subalternas que (sub) identificam brasileiros como carentes, necessitados, miseráveis, discriminando-os do reconhecimento de ser de direitos”.

Por outro lado Carvalho (2006, p.125) pontua que “O SUAS representa um avanço, mas introduz enormes tensões na sua operacionalização.”

As linhas que se estruturam o Sistema Único de Assistência Social são:

- a- “Precedência da gestão Pública da Política”;
- b- “Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários”
- c- “Matricialidade sócio familiar”;
- d- “Territorialização”;
- e- “Descentralização político-administrativa”;
- f- “Financiamento partilhado entre os entes federados”;

- g- “Fortalecimento da relação democrática entre o Estado e sociedade civil”;
- h- “Valorização da presença do controle social”;
- i- “Participação popular/cidadão usuário”;
- j- “Qualificação de recursos humanos”;
- k- “Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados”. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online).

A Política assistência social possui três funções básicas: 1º-a Proteção Social, 2º- a Vigilância social e 3º a defesa social e institucional (PNAS-2004). Cabe aqui analisar cada um destes conceitos.

A Proteção Social de acordo com Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 23) tem como função “[...] garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) que é [...] a garantia de que todos tenham forma monetária de garantir sua sobrevivência, independente de suas limitações para o trabalho do desemprego” ; de acolhida que implica no atendimento de necessidades básicas até a autonomia; e, “[...] convívio ou vivência familiar” se baseia na garantia de articulação por meio da política de assistência de prover meios para possibilitar o direito ao convívio do usuário.

A proteção Social para Sposati (1997, p. 28) é a garantia “[...] a cobertura de vulnerabilidade a redução de riscos sociais e defende um padrão básico de vida.” A autora ratifica que “É preciso entender que proteção social não é assistencialismo ou assistencialização, no sentido pejorativo de tutela.”

A este respeito Pochmann, (2004, p. 9) contribui com a análise sobre o histórico da proteção social no Brasil e a forte influência do pensamento neoliberal e afirma que “um sistema amplo e adequado de proteção social não parece ter viabilidade possível no Brasil. [...] o Brasil ainda precisa avançar na construção do seu Estado de Bem-Estar Social.”

A primeira: Proteção Social divide-se em Proteção Básica e Proteção Especial.

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo a prevenção e atendimento ao indivíduo ou à família, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A PSB será executada por meio de serviços, programas e projetos desenvolvidos por entidades sociais e pelo poder público municipal, que juntos

formaram a rede de serviços socioassistenciais. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online).

O poder público executará a proteção básica por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que devem estar instalados em território de grande vulnerabilidade social e, como unidade pública estatal, é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção básica às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é;

[...] uma unidade pública da política de assistência social, de base, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco sócio, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. (BRASIL, [2008], online).

Os CRAS são espaços públicos e espaços de execução de Programas de Transferência de Renda, Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), Projeto de Capacitação, Geração de Renda, Atendimento a Benefícios de Prestação Continuada e os Benefícios Eventuais. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online).

Os Centros de Referência de Assistência possuem a responsabilidade de organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais de seus territórios. São identificados como “Casa da Família”.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social no ano de 2008 foram instalados 3.487 Centros de Referência distribuídos em todo território nacional. A região nordeste lidera em 1.637 unidades, a sudeste em segundo com 931, o norte com 339, o sul com 325 e a Centro-Oeste com apenas 255. (BRASIL, [2008], online).

Concorda-se com alguns estudiosos da política de assistência, que são tímidos os números de CRAS implantados, perante os 5.564 municípios existentes no país. Fato que demonstra dificuldades dos municípios em implantar a estrutura chave para o desenvolvimento da proteção básica.

Nessa linha de pensamento Marcelo Sitcovsky (2006, p. 105), contribui com a afirmativa de que essa dificuldade em organizar a estrutura para executar as ações de assistência se deve a:

[...] longos anos nos quais a assistência social brasileira permaneceu aprisionada à filantropia e à caridade bloqueando a capacidade de criação e organização de uma estrutura pública estatal adequada às exigências para a implementação do SUAS.

Outra modalidade de Proteção Social é a Especial:

[...] destinada à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, [...]. Os serviços de proteção social especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com Poder Judiciário, Ministério Público e com outros órgãos e ações do executivo (BRASIL, [2008], online).

Esta se subdivide em média e alta complexidade e se efetiva por meio de serviços, programas e projetos, sendo executados pelo poder público ou pela sociedade civil organizada.

A proteção de média complexidade se destina “[...] ao atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos”. (BRASIL, 2004b, p. 30)

A proteção de alta complexidade oferece “[...] proteção integral, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário [...]” (BRASIL, 2004b, p. 30)

Na execução da proteção especial se propõe a criação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), “[...] que se constitui numa unidade pública estatal responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou de violação de direitos” (BRASIL, [2008], online).

A segunda função da política é o de Vigilância social que;

[...] refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida [...]. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos. (BRASIL, 2004b, p. 31).

A terceira função diz respeito à Defesa Social e Institucional “[...] a proteção básica e especial devem ser organizados de forma a garantir aos seus usuários o

acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa”. (BRASIL, 2004b, p. 32).

Sposati (2006, p.101) ressalta que a vigilância e a defesa socioassistencial “[...] permanecem sem regulação unificada, isto é, sob iniciativas isoladas. Os dez direitos socioassistenciais deliberados na V Conferência de Assistência Social/2005 não tiveram tratamento para além de texto dos anais da Conferência ainda não publicados.”

A NOB/SUAS 2005 estabelece ainda, três níveis de gestão do SUAS para os municípios e Distrito federal, que são: Inicial, Básica e Plena. A mudança do nível de gestão dependerá da capacidade operacional do município ou distrito federal em atender o disposto no artigo 30¹⁰ da LOAS e em estruturar e desenvolver a ofertas de serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Gestão Inicial: “atender aos requisitos previstos no artigo 30, da LOAS; Alocar e executar recursos financeiros próprios no Fundo de Assistência Social para as ações de Proteção Social Básica”. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online).

Gestão Plena:

[...] será aquela onde o município terá gestão total das ações de assistência social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos em razão do certificado de Entidades Beneficentes de assistência Social – CEAS, [...]. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, online).

Sobre as mudanças de gestão pelos municípios Carvalho (2006, p. 130) realiza vários questionamentos de “Como viabilizar o SUAS nas condições postas pelas diferenças e desigualdades regionais e pelas novas consignas colocadas a governança social pública”? Como alçar realmente os municípios à gestão plena? Certamente, as respostas inúmeros municípios gostariam de obter!

Outro fator relevante foi à definição de critérios de partilha e a transferência de recursos financeiros para a assistência social. Os critérios de partilha são aprovados pelo CNAS, conforme definido no artigo 18 da LOAS, mas cabe a CIT realizar a pactuação no âmbito federal. O artigo supra citado define que a partilha

¹⁰Dispõe sobre a condição de repasses financeiros às esferas de governos para o financiamento da política de assistência sócia com exigência da implantação dos Conselhos, fundos e planos de assistência social.

deve priorizar; população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda.

A Política de Assistência Social possui um amplo arcabouço legal, que vem proporcionando grandes avanços em seu desenvolvimento em todo país. Entretanto, permanecem alguns entraves que implicam diretamente em sua operacionalização.

O IBGE no ano de 2006 demonstrou que no país 99,7% dos municípios possuíam estrutura organizacional para desenvolver a política de assistência social. Mas, comprova também que nos municípios com mais de 100 mil habitantes apenas 69,0% deles declararam possuírem característica de órgão gestor da assistência social. Um outro dado alarmante é o fato de 469 municípios brasileiros, equivalente a 8,4% no ano de 2005 não dispunham em seus órgãos gestores, ramal interno e nem linha telefônica, as regiões do Norte e Nordeste são as que apresentam as maiores proporções de municípios nesta situação. Há também ausência de equipamentos como computadores 93 município da região nordeste, não possuíam e internet. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

A articulação da rede de serviço socioassistencial formada pela sociedade civil organizada e poder público é complexa.

A participação dos usuários nos Conselhos de assistência social ainda é um grande desafio: registrou-se no ano de 2005 que apenas em 65,8% dos municípios brasileiros, constituíram seus conselhos com usuários desta política; esta tendência é mais freqüente nos municípios menores (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online). Esta questão tem sido objeto de grandes discussões, tanto no meio acadêmico, quanto no cotidiano dos órgãos gestores.

É flagrante o desrespeito à autonomia dos conselhos municipais, em todas, as esferas de governos. Haja vista os repasses “engessados” ou “carimbados” que descaracteriza “[...] o compromisso com o princípio da autonomia dos municípios e legitimidade dos planos estaduais e municipais.” (LOPES, 2006, p.87). Atualmente o governo federal ainda repassa recursos pré-destinados sem que o Conselho Municipal de assistência aprove o destino do recurso.

Outro ponto limitante é a visão que os representantes da sociedade civil possuem de sua representatividade nos conselhos de direito da assistência social. Quando na eleição de conselheiro para a representatividade de um determinado

ciclo de vida no município, este consulente, ainda faz um entendimento que sua representação no conselho se limita ao segmento que sua entidade atende. Tendo uma visão micro da questão que representa. Nos municípios é nítido o desconhecimento sobre o papel dos conselhos de direito pelos poderes legislativos e executivos e, esse desconhecimento estende-se à Política de Assistência Social.

Em relação ao desenvolvimento da Assistência Social articulada com as outras políticas setoriais, ainda é uma questão difícil de ser até mesmo discutida no âmbito do município, pois, há um grande desconhecimento por parte dos trabalhadores das várias políticas sociais, sobre o processo da intersetorialidade.

A relação dos municípios com o Estado, ainda se manifesta de forma subalternizada, e não de co-responsáveis na execução da política pública. O Estado desenvolve nos municípios uma ingerência que subestima questões locais, técnica e subestimando inclusive o processo de descentralização político-administrativo.

Ferreira (1999, p. 144) faz a seguinte colocação no tocante às competências de cada esfera de governo, “[...] a loas estabelece uma hierarquia de competências entre os três níveis de governo [...]” Completando o raciocínio esta mesma reforça os aspectos positivos desta distribuição de competências e a autonomia dos municípios descrevendo, “[...] o mais importante, é o de reconhecer as esferas locais como instâncias autônomas de poder [...]”

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) co-financiado pelo governo Federal e responsável pelo desenvolvimento das ações do Centro de Referência de Assistência Social é outra questão que tem sido discutida nas esferas locais, pois, se o município implantar mais de um Centro de Referência, não significa que este Centro de Referência será co-financiado pela união com outro PAIF.

Mas, sobre a questão acima Lopes (2006, p. 93)

No que tange a capacitação dos recursos humanos atuantes na Política de Assistência Social, o processo tem se arrastado, com poucas ou quase nada de iniciativas municipais, outras pequenas vindas do Estado e, uma ou outra da União, mas com limite mínimo de vagas.

Sobre os recursos humanos da assistência social, perfil dos trabalhadores da política de assistência foi delineado pelo IBGE no ano de 2005, onde constatou-se que 46,7% destes possuíam o ensino médio, 26,3% cursaram o ensino fundamental completo ou incompleto e apenas 27,0% possuíam ensino superior, deste percentual 3,5% concluíram pós-graduação. As regiões Sul e Sudeste foram

as que apresentaram um maior número de trabalhadores que havia concluído o ensino superior com uma média aproximada de 33,%. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

Nos 5.563 municípios, o grau de escolaridade dos titulares do órgão gestor da política de assistência social era de, 37,8% curso superior, pós-graduação 14,1%, com ensino médio 37,1% e, ensino fundamental 11,0% no ano de 2005. Desses trabalhadores com curso superior, 51,2% são assistentes sociais, 18,6% pedagogos e 18,3% psicólogos, o restante se divide entre médicos, sociólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e outros. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO,online).

E, destacamos a permanência das emendas parlamentares – são recursos públicos previstos no artigo 166 parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, utilizados por deputados, que repassam aos municípios por meio de entidades sociais ou outros - que poderiam ser designadas aos fundos municipais e os conselhos destinariam à comunidade local, sem o estigma do “apadrinhamento” político e de “moeda de troca” (SANTOS, 2007, p. 47).

A implantação da Política Nacional de Assistência Social e o SUAS tem sido realizada em meio ao que Harvey (2004 apud MARANHÃO, 2006, p. 27) identifica como “[...] a nova fase predatória de ‘acumulação por espoliação’ em que para superar sua crise o capital deve construir continuamente mecanismos de espoliação do trabalho e dos bens públicos.” Produzindo cada vez mais, a mais-valia absoluta e a relativa, aumentando a acumulação do capital, além, de produzir um excedente muito maior de mão-de-obra, que tem como consequência o descrito por Mota, em Sitcovsky, (2006 apud Mota, 2006, p. 95) “[...] o crescimento do desemprego e com situações de miséria e indigência, reeditando – apesar das novas configurações – crescimento de uma população supérflua, de inúteis e desfiliaados [...].”

A Política de Assistência Social e SUAS estão sendo implantados no país como um processo inovador e que impõem como ponto forte deste novo Sistema, os programas de transferências de renda. Estes se envolvem sob o manto de direitos, mas, seu papel é de produção e reprodução da força de trabalho e, favorecer a acumulação capitalista, pois, supri as necessidades do trabalhador explorado pelo capital. Sobre este assunto Montaño (1997, p. 104) afirma que;

Nesse processo, o que seria de responsabilidade única do capitalista na reprodução do da força de trabalho é transferida para o Estado e

socializada com por este, na medida em que obtém os recursos para as políticas sociais e através dos impostos que recai entre a população.. Com isso a acumulação de capital se consolida e aumenta, de modo que os custos do capital variável (força de trabalho) são reduzidos para o capitalista.

A nova PNAS/SUAS reforça no país inteiro seu papel de legitimadora da ideologia Estatal, o autor acima citado descreve essa questão como “pacto social”, onde, o cidadão usuário desta política aceita os serviços socioassistenciais, como forma de amenizar conflitos sociais.

Sobre a política de assistência Marilda lamamoto (2001c, p. 26) afirma que esta, vem sofrendo uma “Progressiva Mercantilização do atendimento das necessidades sociais vem ocorrendo com a privatização das políticas sociais.”

Todas estas questões provocam novas demandas às políticas sociais, provocando uma expansão de serviços socioassistenciais, criados pelo Estado, que, que Mota (2006, p. 8) afirma que “Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho [...] amplia o campo de ação da assistência social.”

Mas, Esta expansão tem ocorrido por meio de Programas de Transferências de Renda (PTRs). Os PTRs já tomam grande parte do orçamento da assistência social, conforme o PPA 2004/2007 registra-se o percentual 22,37% do orçamento total desta política. E, o Governo Federal não se intimida em afirmar;

Durante os oito anos, os valores reais da execução de todos os programas tiveram um acréscimo de mais de 280%. Cabe reiterar o papel dos aumentos crescentes do salário mínimo que durante a vigência dos dois planos foi de cerca de 151%“. Desse modo, é possível constatar a nítida priorização desses programas na agenda governamental federal. (BRASIL, 2008, p.19).

Concorda-se com Sitcovsky, (2006, p. 94) na afirmação de que “a assistência social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais, assumindo uma centralidade na política social.” A assistência social está sendo imposta como alternativa de sobrevivência.

Mota (2006, p. 10) descreve como “FETICHE” o papel da política de assistência social no cenário brasileiro e sustenta que:

[...] as políticas de seguridade social passam a ser um elo entre a produção e reprodução, principalmente quando consideradas instrumento de cobertura de riscos de vulnerabilidade do trabalho. Mas, é pela via da cidadania que elas ganham destaque, adquirindo no plano jurídico-político a aparência de uma esfera autônoma em relação à produção. Por isso mesmo se constituem num mecanismo ideológico por excelência.

Todas estas questões apontam para o grande desafio que é a execução da Política de Assistência Social, em um país que apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo e, esta se expressa de forma contundente no cotidiano da população no âmbito municipal, que é o local onde tudo acontece de fato.

2.2 Questão agrária como interface da questão social: um estudo sobre os trabalhadores rurais de Guaíra/SP, usuários da política de assistência social

2.2.1 História da Política de Assistência Social em Guaíra/SP

2.2.2 O Surgimento da Política de Assistência Social no Município de Guaíra¹¹

O município de Guaíra/SP, está localizado ao norte do Estado de São Paulo, com Extensão territorial de 1.241Km², ocupando 15% do total de 8.298 Km² de sua região Administrativa de Governo com sede em Barretos. Esta região é composta pelos municípios de Altair, Barretos, bebedouro, Cajobi, Colômbia, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severínea, Taiapu, Taiúva, Embaúba, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do alto, Taquaral e Guaíra.

As suas divisas geopolíticas situam-se ao norte com o Estado de Minas Gerais e, as demais divisas são do Estado de São Paulo, onde ao sul delimita-se com Morro Agudo e Ipuã, a leste com Miguelópolis e a oeste com Barretos e Colômbia. O Município distancia-se por via rodoviária com aproximadamente 460Km da capital do Estado.

Guaíra possui atualmente 36.544 mil habitantes de acordo com IBGE/2006 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online) e historicamente teve sua principal atividade econômica voltada para o campo, como nos descreve Freitas: “Pelos dados do censo de 1950, pode-se afirmar que cerca de 70%

¹¹A Caracterização da Assistência Social no Município de Guaíra será realizada por meio de depoimentos orais, fornecidos a partir de entrevista com profissionais que atuaram neste período, Por uma questão de ética, faremos uso de nomes fictícios e serão utilizadas também, bibliografias e documentos que possam elucidar o surgimento desta Política municipal.

da população ativa do município encontrava-se vinculada ao trabalho no setor primário, isto é, na agricultura e pecuária [...]” (FREITAS, 2004, p. 79).

O historiador Marcelo Borba de Freitas (2004) afirma que nas décadas de 1950 e 1960 o número de contratação de trabalhador fixo do campo foi superado pela contratação temporária, devido ao avanço da tecnologia no processo de produção agrícola.

O desenvolvimento da cotonicultura no município provocou mudança na forma de produção tradicional, para a produção empresarial estabelecendo, novas formas de relações entre capital e trabalho na agricultura.

Nesse período, segundo Freitas (2004) é relevante o trabalho assalariado, e o uso de novas tecnologias (tratores, adubação, rotação de cultura, assistência técnica) pelos fazendeiros do município. Assim em todo o país acompanhava-se:

[...] o processo de modernização técnica – da agricultura e Integração com a indústria, é caracterizada por “um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizante, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos, etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação, etc.). (DELGADO, 2005, p. 33-34, destaques do autor).

Para Maria A. Moraes Silva (1999), outro fato importante para o êxodo rural foi o Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963 no país. Este contribuiu para a expulsão do trabalhador do campo, no sentido que responsabiliza o fazendeiro a assumir gastos 27,1% das horas do trabalhador, como a regulamentação do trabalho feminino e de criança, encarecendo a permanência deste trabalhador em suas terras.

Entretanto, o êxodo rural já vinha sendo sentido em Guaíra nas décadas de 1950 para 1960. E de acordo com IBGE, 14.074 habitantes correspondendo a 65,27% da população estavam na zona rural. O ápice da saída do campo ocorreu na década de 1970 onde a população urbana passou de 7.487 para 16.922 habitantes, totalizando 62,95% da população do município. A zona rural do Estado de São Paulo perdeu de 1960 a 1980, 2,5 milhões de trabalhadores (SILVA, 1999). Foi um período de perdas de postos de trabalho no campo neste município, mas Guaíra comemorava o fato de ser nesta década, ou mais precisamente no ano de 1974, responsável por mais de 10% da soja produzida no Estado de São Paulo¹².

¹²Os dados de pesquisa de campo, referentes à caracterização do município, serão aqui utilizados, porém a especificação dos procedimentos de pesquisa estão no item 7– (Metodologia)

O desenvolvimento da agricultura no Município beneficiou os proprietários dos meios de produção (fazendeiros) e na visão política/administrativa, favoreceu o crescimento urbano. Já, para os trabalhadores que possuíam apenas a sua força de trabalho como meio de troca e sobrevivência, os resultados foram nefastos.

Com a introdução de modernos maquinários agrícolas, nas fazendas e sítios, muitos trabalhadores rurais agregados, que ali viviam, tiveram de abandonar o campo, transferindo-se para a cidade. Assim são realizados os loteamentos, das vilas [...]. As vilas não contavam com nenhuma infraestrutura urbana de abastecimento público e coleta de esgoto e a coleta de lixo urbano era precária. As habitações dessas áreas de expansão urbana, em sua maioria, eram de “pau-a-pique” e suas vias públicas não contaram com energia elétrica e iluminação pública durante um longo período de anos. (FREITAS, 2004, p. 82, destaque do autor).

Os fatos citados acima nos remetem ao pensamento de Marx (1974, p. 17) sobre as conseqüências sociais da maquinaria, afirmando que, “Ela não surge para suprir uma falta de mão-de-obra, mas para reduzir a utilização de uma força de trabalho disponível em massa à parte de que o capital necessita.” Embora esta reflexão do autor tenha sido efetuada em época remota e com uma realidade diferente, é oportuna e contemporânea sua citação.

A instalação de três Usinas de açúcar e álcool na década de 1980, neste município, foi resultante do incentivo Federal na produção de álcool, com o Programa Nacional de Álcool (Proálcool)¹³. Esse período coincide com a queda de 11% da população rural, passando de 9.961 pessoas, para 6.687. O contínuo crescimento da cidade resultou em grandes questões sociais como: moradias insuficientes e precárias, habitação coletiva, empobrecimento da população devido à renda ínfima e a necessidade de assumir outros gastos para o seu sustento.

E foi por meio de uma norma Federal que se possibilitou a exploração do trabalhador fora das fazendas. A aprovação da Lei Federal nº 6.019 que excluía o trabalhador rural que desenvolvesse serviços com prazo inferior a 90 dias e os contratados por terceiros, de qualquer direito trabalhista, previsto na Lei 5.889, que substituiu o Estatuto do Trabalhador Rural.

A assistente social Solange¹⁴ descreve o cenário social e econômico do município e as ofertas de trabalho para o trabalhador rural em Guaira no período de

¹³ Programa Nacional do Álcool (Proálcool) – Política de incentivo a produção de álcool combustível, criada pelo Governo Federal no ano de 1974, após ocorrer a primeira crise mundial de Petróleo.

¹⁴Solange foi a primeira assistente social contratada pela Prefeitura para acompanhar o programa habitacional Mutirão.

1985/1988, “A situação econômica estava voltada para a cultura de grãos [feijão, milho e soja], tomates e a pecuária”, Solange foi contratada pela Prefeitura do município para acompanhar a construção do primeiro conjunto habitacional em sistema de mutirão⁹ em 1985/1988.

A profissional relata com detalhe que de 1985 a 1988,

[...] foi o início de uma era de mecanização por irrigação. Mesmo assim, a agricultura absorvia, mas era relevante o trabalho crianças e adolescentes na cultura de tomate e feijão. As leis trabalhistas eram tímidas e, o movimento desenvolvido pelos trabalhadores rurais, neste período veio fortalecê-los. A igreja e o poder público ofereciam sopão à população pobre. A população tinha dificuldades para ter acesso a serviços sociais, não havia neste tempo um departamento de assistência social, só havia um profissional no departamento de habitação [...]

O trabalhador rural uma vez na cidade tornou-se assalariado diarista e tinha como única opção a venda de sua força de trabalho em troca do “talão”¹⁰ sem nenhuma proteção social ou trabalhista. O valor da diária recebida pela venda de sua força de trabalho neste período era de Cr\$ 9, 00 (nove cruzeiros) (Sindicato Trabalhadores Rurais de Guaíra) insuficiente para que se realizasse sua reprodução social.

O Brasil assistia o esgotamento de período de crescimento econômico e caminhava para o final do regime militar. Nos anos 1980 a abertura política, as alianças, os pactos, as articulações entre os movimentos sociais e a aprovação da Constituição de 1988 delineavam novos horizontes para o povo brasileiro.

No município a população que vivia do trabalho rural assalariado, dividia-se entre as culturas de feijão, tomate, milho e hortaliças das quais, as três primeiras lideravam em produção como também, em absorção de mão-de-obra. De acordo com Solange a produção de cana-de-açúcar neste período era incipiente.

A oferta de mão-de-obra que mesmo, na cidade sobrevivia do trabalho no campo, era grande, conforme consta no jornal FEAG (2004), que nas décadas de 1970 a 1980 havia no município uma média de seis mil trabalhadores rurais temporários chegando a ter de 40 a 60 caminhões para transportá-los.

A situação de vida de muitas famílias na cidade fica clara com o depoimento de Solange (2007):

A situação das famílias na seleção para ocuparem o mutirão habitacional era de: 90% trabalhadores rurais, famílias numerosas entre 5 a 9 pessoas residindo em péssimas condições de habitabilidade, onde o metro

quadrado por pessoa era mínimo, banheiros coletivos, grande índice de analfabetismo, alcoolismo, ausência de mão-de-obra qualificada para os serviços urbanos.

Diante do agravamento das questões sociais no município, no ano de 1989 se implanta em primeiro de março de 1989 o Serviço de Promoção Humana, órgão público responsável por gerir a política municipal de Assistência social.

Segundo Helena (2007), a primeira Assistente social contratada pelo poder público para desempenhar função nesta área e neste setor “O prefeito havia prometido em campanha à população que contrataria uma assistente social”, explicando de acordo com a sua visão os motivos da implantação desse setor.

É importante ressaltar que o Estado necessita de meios e instrumentos para exercer sua atuação e, é através da Política que isso se efetiva. Sobre a implantação de Política Social Maria Luiza de Souza esclarece que: “[...] o Estado utiliza a política social não só em função do disciplinamento e criação de espaços políticos para pleno desenvolvimento do capital, mas também de um mercado de consumo necessário a este.” (MARTINS, 1988, p. 109 -110).

O Estado não pode deixar as Políticas Sociais serem reconhecidas, somente como instrumento de legitimação e acumulação do capital, mas, sim como uma forma de proteção à população.

A respeito desse assunto recorreremos também a Pastorini (1997, p. 100) que apresenta e analisa a perspectiva marxista e a tradicional de políticas sociais concluindo que “[...] para analisar todas e cada uma das políticas sociais devemos levar em consideração o processo de demanda, luta, negociação e outorgamento, seja ele implícito ou explícito, [...]”

Cabe aqui ressaltar, que o cenário do país em 1989 era a discussão do texto Constitucional aprovado em 1988, que trazia em seu 194 e 195 a Assistência Social, como política de Seguridade Social e a responsabilização do Estado e de toda a sociedade sobre sua manutenção.

Em final de mandato o prefeito comunica-se com a população por meio do Jornal Guairense, realizando o que foi chamado por Geraldo Napolitano de prestação de contas:

[...] criamos o departamento de assistência social [...] mantendo total atendimento aos carentes, algumas famílias durante toda nossa administração, cestas básicas, pois necessitavam de nosso apoio para a sua subsistência [...] (NAPOLITANO, 1996, p. 273).

A Política de Assistência Social inicia-se em Guaíra no ano de 1989 sob a responsabilidade do poder público e com a orientação de “[...] prática de ajuda e dever moral” (FERREIRA, 1999, p. 140).

O Serviço de Promoção Humana principiou suas atividades, com dois profissionais de serviço social, uma recepcionista, um guarda mirim, um fonoaudiólogo e um psicólogo. No período de 1989 a 1992, entre as estações de safra e entressafra da produção agrícola, havia uma mudança no número de procura pela população usuária.

Considerando as informações acima, vale destacar a intrínseca ligação entre a ausência do trabalho e a frequência na busca pela assistência social, pelo trabalhador.

Helena (2007) assegura que a Questão Social se expressava no município a partir de:

[...] As demandas sociais atendidas pelo setor, dividiam-se em inscrições para acesso a casa própria, solicitações de necessidades emergenciais [cestas básica, passes remédios, pagamento de energia, água, gás, aluguel,] aquisição de camas, colchões, cadeiras de rodas, etc. A busca por medicamentos liderava, nas solicitações, pois nesse tempo, a Assistência Social, desenvolvia ações de outras políticas públicas.

A Marilda Vilela Iamamoto assevera que a demanda apresentada pela população, constitui “matéria prima” do profissional de Serviço Social, e que “Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar o ‘campo’ ou objeto do trabalho profissional no âmbito da ‘questão social [...]’”. (IAMAMOTO, 2001a, p. 100, destaque do autor).

Os cidadãos que mais recorriam ao setor de Promoção Humana tinham como profissão, em sua maioria, o trabalho rural e o doméstico, embora o órgão atendesse também, aposentados, idosos, pessoas com deficiências, desempregados e do lar.

Fato notório da realidade de famílias inteiras daquela época era que, mesmo trabalhando, não conseguiam sustentarem-se, conseqüências das grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas no município, no país e no mundo. Mudanças que resultaram em privações e pobreza.

Das famílias que procuravam os serviços deste setor, a maior parte era do município. Helena confirma que nessa época a migração não era tão intensa como

nos dias atuais. É importante frisar, no entanto, que o Serviço de Promoção Humana não possuía instrumento para registro e acompanhamento dessa questão.

A entrada da população migrante no município se deu e, inclusive, até os dias atuais se dá, por referência de amigos, parentes ou empreiteiros e não pelo albergue municipal.

Os migrantes realizam o que Maria A. Moraes Silva (2003, p. 49), classifica como “A Mobilidade Espacial precária”. Estes se deslocam com frequência, estão sempre temporariamente em algum lugar, na maioria das vezes longe da família, habitam em cortiços, barracos, sempre precariamente. Os migrantes sobrevivem com pouco ou nada de lazer, alimentam-se mal, economizam o que ganham, pensando em voltar para “casa”.

Sobre este assunto, José de Souza Martins (1988, p. 61) pesquisou o fenômeno da migração na década de 1980 e trouxe as seguintes reflexões, “[...] a migração temporária cíclica separou o lugar da reprodução da força de trabalho do lugar da produção e reprodução do capital [...]”

Os programas e projetos desenvolvidos pela Assistência Social de 1989 a 1992 eram:

- 1- Acompanhamento às famílias na construção do conjunto habitacional, mutirão três; projeto que envolvia acompanhamento diário e sistemático a todas as famílias incluídas no projeto e em todo o processo de construção.
- 2- Projeto de orientação e organização da 3ª idade, para a implantação e construção de 45 unidades de casas lares.
- 3- Programa estadual de transferência de renda Instituto para Assuntos da Família (IAFAM).
- 4- Programa plantão social.

A dotação orçamentária prevista neste período ao Serviço de Promoção Humana, de acordo com Helena (2007), não tinha um valor definido. Este fato favorecia no sentido de não haver limite de gasto, mas, os serviços eram interrompidos nos finais de ano por falta de recursos.

Helena (2007) considera que a função da assistência social era de “[...] atender as necessidades emergenciais, mas sentia falta de um acompanhamento sistemático, não era dar por dar.” A profissional enfatiza a importância da realização de visitas domiciliares aos usuários do setor para este acompanhamento.

Em relação às dificuldades dos assistentes sociais, na relação com usuário, no uso da coisa pública e também a escassez de material legal sobre assistência social talvez tenha contribuído para tal. Cabe destacar que, neste período os profissionais de serviço social possuíam como suporte teórico a Constituição Federal promulgada em 1988 que, transformou a assistência social em Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, porém ainda faltavam as leis de regulamentação. Ademais, das bibliografias de diversos autores que, objetivavam respaldar a ação profissional.

Neste momento percebe-se a forte influência das primeiras damas por meio da atuação do fundo social de solidariedade municipal, o qual recebia apoio, orientação do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP). A Lei Municipal de Criação é de setembro 1983 e de acordo com a lei, em seu artigo 1º define que foi “[...] criado junto ao Gabinete do Prefeito [...] com objetivo de mobilização da comunidade para atender às necessidades e problemas sociais locais.”

O Fundo Social do Município tinha como presidente a esposa do prefeito. O profissional de Serviço Social, além de compor o quadro de membro deste Fundo, realizava serviços para este órgão, de acordo com determinação de sua presidente. Diante da sociedade em geral todas as atividades realizadas pelo Setor de Assistência Social eram apregoadas como realizações do Fundo Social. O escritor Geraldo Napolitano (1996, p. 77) descreve as atividades do Fundo: “Durante os 4 anos de sua administração frente ao fundo [...] procurou mobilizar e integrar as diversas entidades da cidade que trabalham com assistência social [...] integração de idosos, casas para idosos, [...], apoio ao plantão social [...].”

Sobre a influência das primeiras-damas no desenvolvimento da política de assistência social embasamos-nos em Sposati (1997, p. 11, destaque do autor), quando assevera que,

[...] política social e pobreza são tomadas como irmãs siamesas. Consequentemente, as políticas sociais são transformadas em ações com caráter circunstancial e precárias, pois são dirigidas aos que menos têm.[...] A estes couberam apenas ações pontuais, fundadas no assistencialismo e no populismo, marcadas principalmente pela presença das “primeiras-damas”.

Nos anos que se seguiram, ocorreram mudanças na composição da equipe técnica e no desenvolvimento das ações de assistência social no município, com a

contratação de três profissionais de serviço social. O quadro de recursos humanos deste setor estava composto da seguinte forma: três assistentes sociais, uma recepcionista, treze monitores, um motorista, um pedagogo, uma fonoaudióloga, uma psicóloga, uma funcionária para serviços gerais, dois guarda - mirins duas estagiárias de serviço social e uma auxiliar administrativa. (Solange, 2007)

Questionada sobre a função desse setor, a assistente social da época Solange (2007) desabafa:

[...] não era dentro de um pensamento de uma visão de política de direito, mas sim um compromisso com a população, em ter que fazer algo. Oferecer serviços sociais, por exemplo: executar desenvolvimento de comunidade, desenvolvimento de grupo com crianças e idosos. Nessa época pensava em realizar a transferência dos serviços de saúde para que ela assumisse o que era seu. A ação era mais intuitiva, mas sem essa visão de direito.

Nessa ocasião ocorre no país a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, pela Lei Federal nº 8.742 em dezembro de 1993. A partir de então novos programas foram sendo implantados e os já existentes ampliados.

Conforme citação a seguir:

- 1- Ação comunitária, que mobilizava e articulava a formação de grupos de associação de moradores.
- 2- Recriação; desenvolvimento de sócio-educativos com crianças de 7 a 14 nos bairros do município.
- 3- Programa itinerante de capacitação de cursos semi-profissionalizante (Proac).
- 4- Articulação da sociedade para a criação de organismos de controle e fiscalização; CMAS, CMDCA, Conselho Tutelar, conferências e fóruns.
- 5- Frente de trabalho temporário.
- 6- Programa Migrante, Itinerante e Morador de rua.
- 7- Ampliação programa 3º idade com a formação de grupos em vários bairros e implementação de diversas atividades.
- 8- Programa da pessoa com deficiência.
- 9- Programa de gestantes.
- 10- Projeto de articulação e capacitação e monitoramento das Entidades sociais e programas municipais, no processo de implantação da Lei Orgânica da Assistência social.

- 11- Programa geração de renda com grupos de auto-gestão.
- 12- Programa plantão social.
- 13- Geração de renda individual, capacitação individual (projetos implementados ao plantão social).
- 14- Programa de transferência de renda - Instituto de Assuntos da Família(IAFAM), substituído anos depois pelo Programa Complementando a Renda.
- 15- Programa para combater o uso indevido de drogas para família e dependentes.
- 16- Projeto horta domiciliares.

Alterou-se nessa ocasião o número de atendidos¹⁵ que majorou, em relação aos trabalhadores rurais, empregados domésticos, aposentados, desempregados urbanos, idosos com e sem aposentadoria, pessoa com deficiência com renda insuficiente e fora do mercado de trabalho.

Às manifestações da questão social resultado da contradição entre capital e trabalho apresentava-se através da dependência química do álcool, população de rua, aumento da intinerância, aumento da violência urbana com adolescentes que se manifestam por meio do tráfico de drogas, homicídio, uso destes pelo tráfico, aumento da dependência de substancias psicoativas e exploração sexual, a violência contra a mulher/criança, jovens em conflito com a lei, trabalho infantil e a gravidez precoce.

O setor de Assistência Social paulatinamente deixou de executar tarefas de outras políticas como, por exemplo: o fornecimento de medicação; agendamentos de ambulância e médico; pagamento de consultas e exames e outras.

Concomitantemente a todas estas questões, ocorriam mudanças no processo de produção urbana em todo país. Nos anos de 1990, de acordo com Antunes (2002-2003, p. 17), “[...] a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, [...]”, quando empresas brasileiras seguindo o modelo de produção japonesa iniciaram mudanças na forma de produção.

Iniciava-se um período de grandes mudanças no mundo do trabalho, seja no campo ou na cidade um processo sem volta, que envolveu a terceirização da mão-

¹⁵ A Coordenadoria A. e Desenvolvimento Social atendia diariamente nesse período uma média de 200 a 250 na entre safra e safra uma média de 100 a 150. (Helena, 2007).

de-obra, subcontratação, desemprego estrutural, aliado ao desemprego resultante do processo de liofilização organizacional, o aumento da exploração do trabalhador (várias funções pelo mesmo salário), contratações temporárias ou por tarefas e a desregulamentação de direitos sociais.

Na área de Assistência Social em Guaíra, este período marca o início de uma nova relação entre sociedade civil e poder público com a celebração de convênios entre a Prefeitura municipal e as 12 Entidades sociais do município. Os convênios alteravam a forma de repasse do dinheiro público para o financiamento e execução de serviços de assistência social.

Em 1993 foi aprovada no município a Política de atendimento à criança e adolescente por meio da Lei Municipal nº 1.631. Nela se previa a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar. O Conselho de defesa da criança e do adolescente em Guaíra trazia a composição paritária de dez representantes da sociedade civil e dez do poder público, indicados pelo prefeito e representantes das secretarias de governo (assistência social, educação, saúde, esporte e lazer, finanças e planejamento). (GUAIRA, 1993).

A primeira eleição para o Conselho Tutelar foi realizada no ano de 1995, com voto direto por meio de formação de um colégio eleitoral. Os cinco conselheiros eleitos inicialmente desenvolviam trabalhos voluntários, que após diversas reivindicações passaram a ser remunerados.

Segundo Solange (2007), a dotação orçamentária do setor foi definida e propalada a partir do ano de 1996 com a aprovação da Lei nº 1.707, que criou o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social. O CMAS tem composição paritária, sendo 14 representantes da sociedade civil e 14 representantes do poder público, com estrutura de funcionamento assim definida:

I - Representantes do governo municipal: 1 do fundo social de solidariedade, 2 do serviço de promoção humana, 1 da secretaria de educação, 1 secretaria de saúde, 1 do setor de finanças, 1 da secretaria estadual de assistência social.

II - Representantes dos prestadores de serviço da área: das creches, criança e adolescente, pessoa com deficiência, albergue ou asilo.

III – Dos profissionais da área: dos assistentes sociais, dos psicólogos.

IV – Dos usuários: das entidades ou associações comunitárias, dos sindicatos e entidades patronais, sindicatos e entidades dos trabalhadores, da associação de pessoas com deficiência, da associação da criança e de adolescente, da associação dos idosos. (GUAIRA, 1996).

Solange (2007) faz ressalvas, quanto à apreensão do suporte teórico dos executores da Política de assistência social,

[...] embora, o setor tenha investido muito na capacitação de seus profissionais e entidades, sobre o processo Loas, Eca, participando de encontros, Conferências, Fóruns e tudo que envolvia a Política de assistência social nesta época, leva-se tempo para a apropriação dos novos conhecimentos.

Com relação à autonomia de trabalho da equipe técnica, Solange (2007) coloca que, havia forte influência do “primeiro damismo” na assistência social, mas, sem interferência nas decisões técnicas.

Com a lei municipal de nº. 1.880 o Serviço de Promoção Humana, passa a ter autorização para o fornecimento de auxílio financeiro a pessoas do município que buscassem atendimento por meio do Plantão Social.

Nesse ínterim a produção das usinas de açúcar e álcool se fortalecera no município tendo sua produção de açúcar consumido no mercado interno e exportado para vários países, mas, o álcool ainda era consumido no mercado interno. (NAPOLITANO, 1996).

Na década de 1990 as três usinas ofereciam juntas duas mil vagas para trabalhadores fixos e uma média de seis mil trabalhadores rurais safristas. (NAPOLITANO, 1996).

O setor primário no município absorvia 25% da População Economicamente Ativa (PEA), o secundário englobava 16%, terciário 46% e, 13% o serviço público (IBGE, 1991 apud GUAIRA, 2001).

O volume da mão-de-obra migrante continua sendo fator desconhecido pelo setor de assistência social, as famílias que passavam pelo albergue com intenção de fixar moradia, eram mínimas e não havia o cuidado técnico de se registrar tal fato, justifica Solange (2007).

Solange (2007) coloca que mesmo não possuindo dados estatísticos,

[...] percebíamos através dos atendimentos diários, que a maioria dos trabalhadores rurais que desenvolvia serviços na cana-de-açúcar eram

migrantes e, vinham do Ceará, Alagoas, Piauí, Maranhão, Sergipe e os que estavam nas outras culturas eram de origem guairense [...].

O trabalhador guairense, culturalmente sempre desenvolveu o trabalho rural nas lavouras de algodão, feijão, tomate, milho e hortaliças, tendo dificuldade de adaptação no trabalho da cana-de-açúcar. Este fator pode estar relacionado à:

[...] intensificação da exploração [...] a intensificação do ritmo do trabalho traduzida em termos de média de cana cortada, em torno de 10 toneladas diárias [...], à capacidade física, à idade, na medida em que acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados (SILVA, 2003, p. 31).

O fator idade aliado as condições físicas, também conta muito nesse processo, pois, o homem ou mulher que sempre trabalhou na área rural e já chegou aos trinta anos, não possui condições físicas para executar o grande esforço físico que é exigido pelo corte de cana. Sobre esta questão Silva (2003, p.40) argumenta que são necessários “9.700 golpes de facão para cortar dez toneladas de cana”, e que este fato tem sido motivo de morte vários trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto/SP.

De acordo com Santos (2007, p. 73),

O trabalho no corte da cana é inegavelmente um dos piores e mais penosos tipos de trabalho existentes. O cortador de cana está à mercê das intempéries, como chuvas, ao excessivo calor do sol, suscetíveis a animais peçonhentos e a contaminação com agrotóxicos.

Entre os trabalhadores rurais assalariados do município e, mesmo entre outros municípios, havia o pensamento de que “o povo que vem de fora” é que tirava o trabalho dos moradores de Guaíra. E, que também concorriam na disputa pela habitação, nos números de atendidos pela assistência social e por consultas na saúde, etc.

Este tipo de pensamento não se restringe a região de Guaíra, Maria A. Moraes Silva (2003, p. 36) nos confirma com pesquisa em relação à migração na região de Ribeirão Preto-SP e que nesta, “[...] imprime-se aos trabalhadores a culpa do não emprego.”

Entretanto, no município em geral há uma falácia de que a Assistência Social contribui para o “sujeito não trabalhar”, ou “enquanto a assistência ficar dando cesta básica e bolsa família o povo não vai querer trabalhar”. O cidadão usuário da assistência social é culpabilizado duas vezes; primeiro por ter sido excluído pelo

sistema e ter na assistência social a única saída para a sua sobrevivência. E segundo, ser rotulado de “vagabundo”. Quando na veracidade dos fatos, este discurso expressa a ideologia da elite, como também uma visão funcionalista da sociedade, isentando de responsabilidade o Estado e o Capital.

No período de 1990 até 2000 a população rural já tinha se transferido quase que totalmente para a zona urbana, onde 26.932- 86,67% do total das pessoas, sendo que apenas 4.139 – 13,33% permaneciam no campo (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, censo de 1990, online).

As planilhas da Casa de Agricultura de Guaíra (1998) demonstram que ocorreu nova mudança na opção de plantio no município. Até 1997, o cultivo do feijão liderava em produção entre as culturas de grãos, com 7mil hectares de área plantada (irrigada) e o plantio de tomate estava em 776.83 hectares, estas duas culturas contribuía positivamente para a oferta de trabalho no município, enquanto que a produção da cana- de- açúcar estava estacionada nos 3 anos anteriores em 279,63 hectares.

Conforme esclarece técnico da casa da agricultura, em entrevista realizada no ano de 2005, esta mudança se deu pela oscilação do preço da saca do feijão no mercado. A partir do ano de 1998 a área plantada de milho irrigado passa a liderar com mais de 4 mil hectares. Estas duas culturas passaram a oscilar entre si, em quantidade de áreas irrigadas plantadas até ano de 2001. (CASA DA AGRICULTURA GUAÍRA, 2005)

No ano de 1998 é aprovada no município a Lei de nº. 1.816 autorizando a implantação do Programa emergencial de frente produtiva ou de trabalho. Este programa foi desenvolvido em parceria com o órgão gestor da assistência social e o setor de Manutenção e serviços. Este programa foi criado para atender prioritariamente as famílias atendidas pela assistência social. O Serviço de Promoção Humana era responsável pela inscrição, orientação, o pagamento, chamamento e encaminhamento e destas ao setor de serviços gerais da Prefeitura. Era desenvolvido no período de entressafra e possuía duração de 3 a 4 meses, atendendo em média 500 a 600 famílias.

A cultura do feijão absorvia a mão-de-obra em quase todo o processo de produção, já o milho utiliza maquinários em algumas fases do processo de produção. Outra cultura que absorvia muita mão-de-obra no processo de produção era o tomate, que mantinha área irrigada nesse tempo, numa média de mil hectares.

O ponto de referência dos trabalhadores rurais de Guaíra é o Centro Social Urbano-CSU¹⁶. Onde os caminhões e ônibus de empreiteiros estacionam a espera de trabalhadores para as mais diversas culturas. Já os trabalhadores da cana possuem pontos de espera, demarcados pelas Usinas, espalhados pela cidade. O sindicato dos trabalhadores rurais [2005] informa que o número de caminhões que ofertavam serviços rurais no ano de 1996 era de 20 a 25 por dia.

No ano de 2002 a soja ganha espaço na atenção dos agricultores de Guaíra, alcançando 43 mil hectares de área plantada e automaticamente a oferta de caminhões para serviços rurais caiu para 13 a 05 caminhões por dia informou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, [2005], pois o trabalho nesta cultura é quase que totalmente mecanizado.

Guaíra entra no século XXI com 32.274 habitantes, deste total apenas 2.336 6,75% estavam na zona rural de acordo com IBGE/2000 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online). E de acordo com o Plano Plurianual da Assistência Social–2001, as Usinas de Guaíra ofereciam num “[..] período de seis meses em torno de 4.500¹⁷ empregos fixos ao município e região com vínculo empregatício na safra de cana-de-açúcar.” (GUAÍRA, 2001).

O Plano Municipal (2001) demonstra dados da oferta de empregos referentes a dezembro, janeiro e fevereiro, que são meses em que havia a entressafra da cultura da cana no município “[...] são empregados num período de 3 (três) meses, 500 trabalhadores sem vínculo empregatício nas fazendas do município”. (GUAÍRA, 2001).

O Plano Municipal de Assistência Social (GUAÍRA, 2001) aponta em sua introdução a seguinte concepção “A assistência social é aqui concebida como um direito do cidadão e responsabilidade do Estado [...]” (GUAÍRA, 2001, p. 1).

A dotação orçamentária prevista para o co-financiamento da assistência social pública e privada no município foi de R\$ 3.299.424,00 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos e vinte quatro reais) incluindo repasses federal, estadual e municipal para o ano de 2001.

Destes caberia 30% - R\$ 1.303.854,00 (um milhão, trezentos e três mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais) Federal incluindo Benefício de Prestação

¹⁶ Os Centros Sociais Urbano foram prédios pelo governo do Estado na época da ditadura e, depois foi transferido em comodato aos municípios. Sua estrutura é arredondada.

Continuada (BPC). O Estado com 35% R\$ 997.582,00 [novecentos e noventa e sete mil quinhentos e oitenta e dois reais]. Para o município 30%, correspondendo a R\$ 855.034,00 [oitocentos e cinqüenta e cinco mil e trinta e quatro reais] e 5% da sociedade civil no valor de R\$ 142.954,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinqüenta e quatro reais).

A partir deste novo século a Política de Assistência Social municipal experimenta novas relações com o serviço social, que se dá no nível da consciência da equipe de profissionais; um amadurecimento teórico e metodológico.

Solange (2007) afirma que, “[...] é como se todas as informações obtidas no século passado estivessem tomando seus espaços [...].”

Segundo o Plurianual de 2002/2005 o município possuía “uma excelente arrecadação, proveniente do ICMS, IPTU e participação dos municípios, com previsão para 2002 de R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais). Deste recurso 45% seria para a folha de pagamento de pessoal, 20 % na área de Saúde, 15% na Educação e 4% na Assistência Social”

No ano de 2002 é realizado o Primeiro Plano Plurianual da Assistência Social, para os anos 2002/2005, utilizando os mesmos resultados de 2001, mas com proposta orçamentária até o ano de 2005.

Na previsão da dotação orçamentária co-financiada para os quatro anos, estavam previstos os valores abaixo, já acrescidos de 3% de aumento conforme decisão do CMAS.

Recursos Co-financiados Município, Estado e Federal:

*2002 – R\$ 2.209.400,00 (dois milhões duzentos e nove mil e quatrocentos reais)

*2003 – R\$ 2.275,682, 00 (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e dois reais)

*2004 – R\$ 2.343.952,30 (dois milhões trezentos e quarenta e três mil e novecentos e cinqüenta e dois reais, trinta centavos)

*2005 - R\$ 2.314.271,52 (dois milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e setenta e um reais, cinqüenta e dois centavos)

¹⁷Não há registros e nem dados precisos sobre o trabalho rural assalariado no município, desta forma utilizamos depoimentos de instituições e pessoas da época.

Ainda seguindo o Plurianual (GUAÍRA, 2002/2005, p. 20) para o ano de 2002 incluindo o recurso Federal, Estadual e o Municipal seriam necessários para atender a totalidade de sua demanda, seria necessário “um investimento financeiro de R\$ 5.415.400,00 (cinco milhões quatrocentos e quinze mil e quatrocentos reais)”.

O Plurianual 2006/2009 traz a síntese do co-financiamento realizado pelas três esferas de governos. No ano de 2004 o valor real aplicado foi de R\$ 2.048.690,01 (dois milhões quarenta e oito reais e seiscentos e noventa reais). Ocorrendo uma diferença de R\$ 295.262,00 (duzentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta e dois reais) entre a previsão e a aplicação real dos recursos na assistência social.

De acordo com a Síntese do Co-financiamento- 2004 os valores reais repassados pelo estado foram de R\$ 317.340,00 (trezentos e dezessete mil e trezentos e quarenta reais), do Federal R\$ 263.365,72 (duzentos e sessenta e três mil e trezentos e sessenta e cinco reais) e o Municipal R\$ 1.467.984,29 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil e novecentos e oitenta e quatro reais). Estes dados demonstram o investimento municipal que é maior que das outras esferas¹⁸.

A atual política de assistência social em Guaíra realiza-se em parceria com o poder público e a rede prestadora de serviços socioassistencial, constituída de seis entidades sociais. A assistência articula com as demais políticas setoriais (saúde, educação, emprego, cultura, esporte etc.).

No ano de 2009 o órgão gestor da política de assistência teve seu nome alterado de Serviço de Promoção Humana para Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social (CADS).

O município encontra-se em período de implantação do Sistema Único de Assistência Social, com modelo de gestão descentralizado e participativo, está habilitado em Gestão Básica, em consonância com a NOB/2005 e com a Política Nacional de Assistência Social -2004.

A Política de assistência em Guaíra desenvolve ações de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Faremos uma análise dos programas sociais que possuem execução direta do poder público. As questões consideradas abaixo se apresentam sob a ótica da

¹⁸ A imprecisão dos dados se deve ao fato de que os valores citados são resultados de previsão orçamentária.

pesquisadora que, é funcionária do setor pesquisado e estará realizando uma análise crítica dos programas e projetos executados por esse setor. Esta análise torna-se de extrema importância na medida em que poderá contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela política municipal de assistência social.

Apresentaremos, a seguir, a rede de serviços socioassistenciais de Proteção Básica existente no município com execução direta do poder público.

O **Plantão social** é um programa municipal que atende famílias em situação de desemprego, baixa renda, doenças e etc. É operacionalizado diariamente por dois assistentes sociais e dois estagiários de Serviço Social. Este programa realiza o papel de “termômetro social”, ou seja, por meio dele se observa a dinâmica do município, isto é, quando há uma maior oferta de empregos, diminui a procura dos serviços oferecidos por este serviço. Ademais, as falas dos atendidos revelam as ocorrências que afetam a população empobrecida da região. O Plantão também encaminha os seus usuários para projetos, programas e serviços oferecidos pelas políticas sociais. É por meio dele que se entra em contato de forma direta com as expressões da “questão social” (IAMAMOTO, 2001c).

O programa tem como objetivo desenvolver atendimento às necessidades emergenciais da população, realizar a escuta, a orientação, o encaminhamento a outros projetos, programas e recursos existentes na comunidade. É desenvolvido de forma centralizada no órgão gestor da política de assistência social; Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social (CADS). O Plantão alcança o parágrafo 2º do artigo 22 da Lei Orgânica 8.742/93 que define “que poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade, temporária, com prioridade para a criança, a família, idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a gestante, nutriz e nos casos de calamidade pública” (CRESS, 2006, p. 95)

Atende anualmente, em média, duas mil famílias com recursos do município. O Plantão não tem caráter universalizante e sim seletivo, pois em determinados períodos do ano não se é possível atender totalmente a demanda. A execução deste programa causa controvérsias dentro da sociedade guairense, alguns acreditam que ele é necessário, mas, é pontual. Já, outros visualizam o pobre de acordo com a reflexão de lamamoto (2001a, p. 42) “[...]; nos anos 1960, a imagem

da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto de desprezo e da indiferença.”

O Plantão Social alcança o parágrafo 2º do artigo 22 da Lei Orgânica 8.742/93 que define “[...] que poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade, temporária, com prioridade para a criança, a família, idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a gestante, nutriz e nos casos de calamidade pública” (CRESS, 2006, p. 95).

A Lei Municipal 1999 do ano de 2002, autoriza a Prefeitura de Guaíra a efetuar os fornecimentos dos itens relacionados: cesta de alimentos, fraldas descartáveis (idosos e pessoas com deficiência) pagamentos de energia, água ou aluguel, mas não permite ao cidadão usuário o direito a escolha. Porém, o Plantão Social está longe de garantir direito verdadeiramente, pois, nada substitui o direito ao trabalho, mas, não podemos negar que o plantão social ainda é um mal necessário à população e,

[...] a Assistência adquire status de cidadania e desmascara o assistencialismo paternalista e clientelista. Mesmo quando a assistência signifique “o leite”, “a cesta básica”, “o vale transporte”, ou outros tipos de programas e projetos, ela representa a efetivação de mais um pouco da dignidade do cidadão sendo reconhecida. (GOUVEIA, 2003, p. 88, destaque do autor).

No ano de 2009, o órgão gestor da assistência tem refletido sobre a forma de descentralizar o atendimento do programa em três territórios, transformando-os em PAS, Programa de Pronto Atendimento, e depois transformá-lo em programa de transferência de renda municipal, que possibilitará condições de desenvolver ações mais efetivas (trabalhos ócio educativos) com as famílias atendidas por este programa.

A **Frente de trabalho** é um Projeto desenvolvido anualmente, por tempo determinado, no período de fevereiro a junho, que utiliza apenas recursos do município. No ano de 2008, este projeto atendeu 659 famílias, que receberam R\$ 30,00 por dia trabalhado, sendo o pagamento efetuado às sextas-feiras. Os participantes executam serviços de capina nos espaços públicos do município (limpeza de praças, terrenos e córregos) por 15 dias.

Este projeto objetiva atender pessoas em situação de desemprego, oferecendo trabalho temporário no período de entressafra e, é direcionado às famílias que buscam serviços de assistência social no órgão gestor de assistência

social. A frente de trabalho não oferece registro em carteira, impossibilitando o trabalhador de contribuir com a Política de Previdência, e caso ocorra acidente com o trabalhador, no período de trabalho, este poderá se valer do atestado médico para receber os dias que não prestou serviço, dentro dos 15 dias. Este serviço se caracteriza como subemprego, na medida em que não garante direitos trabalhistas.

O acesso a esse projeto é segmentado e seletivo, este fator precariza, ainda mais, a vida do trabalhador. Para participar do programa a Coordenadoria de Assistência seleciona apenas um membro da família para ser incluso no programa e, o regulamento interno não permite o retorno de outro membro da família e nem mesmo o próprio usuário, devido à grande demanda.

Embasando-nos em Marilda Iamamoto (2001c, p.15) podemos afirmar que o trabalhador que busca este projeto faz parte de “[...] uma superpopulação relativa, [...] a superpopulação latente na agricultura fruto da redução de demanda de força de decorrente do processo de industrialização [...]”, estão sujeitos à oferta de trabalho intermitente e a dupla exclusão, primeiro pelo capital, depois pela assistência.

Mas, neste processo de precarização da vida da população participante deste programa está o que Iamamoto (2001b, p. 33) caracteriza como “[...] sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho [...]”. De acordo com informação do Coordenador municipal da assistência social no ano de 2009, 550 pessoas fizeram inscrições no programa, e apenas 466 compareceram. As profissões dos participantes foram bastante diversificadas: (59) trabalhadores domésticos, (225) trabalhadores rurais, (103) foram trabalhadores de firmas na função de serviços gerais, (79) dividiam em catadores de materiais reciclados, serventes de pedreiro e outros.

O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** é um Programa de transferência de Renda realizado e co-financiado pelo município e o governo federal, em que o primeiro garante a estrutura física, os recursos humanos, o atendimento e a revisão bienal; o segundo realiza a avaliação, deferimento e o pagamento mensal por meio da transferência de recurso diretamente ao beneficiário e garante o custeio da revisão bienal.

Previsto no artigo 20 da LOAS, tem como objetivo atender idosos com 65 anos e pessoas com deficiência que não possuam condições de prover o seu sustento e nem tê-lo provido por terceiros.

O município possui 3 pontos de atendimento, distribuídos nos 3 territórios: CRAS I, CRAS II e Coordenadoria de assistência social. A população é atendida diariamente das 8: 00 às 17:00hs por profissionais do serviço social, que informam, preenchem formulários, orientam e encaminham o usuário ao posto do INSS do município. No município, no ano de IBGE/2006, havia 2.166 pessoas acima de 65 anos, referente a 5.9% de toda a população do município. O total de pessoas que recebem BPC em Guaíra era de 583 pessoas, incluídas as pessoas com deficiências (GUAÍRA, 2006/2009, p. 6).

O BPC oportuniza ao profissional de serviço social uma grande reflexão, pois traz em seu desenvolvimento dupla função: de reparação e de inclusão, simultaneamente. É reparador de injustiça social, na medida em que a Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 201 que a “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, [...]” (CRESS, 2006, p.187).

Diante do exposto acima, entendemos que, dessa forma, o poder público federal deve garantir a este cidadão políticas públicas para um envelhecimento mais digno, na medida em que o trabalhador com 65 anos não teve uma legislação que garantisse em carteira profissional o seguro social para a velhice. No período da revisão do BPC, realizado de dois em dois anos, o assistente social vive um grande questionamento ético, legal e moral, pois tem nesse momento o poder decisivo para a exclusão ou não do cidadão no BPC e, através deste ato, expô-lo ou não, ainda mais à situação de pobreza.

O **Programa Bolsa Família** é um Programa de transferência de renda que se realiza por meio de atendimento à família e co-financiado do município e da União. No município se realiza o cadastramento e recadastramento, o atendimento diário individualizado (esclarecimento de dúvidas, orientações e encaminhamento às outras políticas), desenvolvimento de atividades sócio educativas (reuniões para informação, reflexão, socialização, produção e ações junto a comunidade). Em contra partida, o Governo Federal repassa, por meio de conta bancária, o recurso financeiro a cada família, além de incluir e excluir os participantes do programa e disponibiliza sistema informatizado online para cadastro (CadÚnico) das famílias.

O Bolsa Família possui como critério a inclusão de famílias que tenham renda per capita de até R\$ 137,00 e pode receber o benefício por meio das seguintes ocorrências: possuir filhos com idade entre 0 a 15 anos, gravidez e nutriz no meio familiar, e para cada ocorrência o governo paga até R\$ 20,00. O programa atende até três ocorrências por família. No entanto, se a família possuir além dos requisitos acima citados, uma renda per capita abaixo de R\$ 69, 00, terá este valor acrescido ao valor total das ocorrências.

O objetivo é atender família em situação de extrema pobreza e de pobreza. No município o atendimento ocorre diariamente em três pontos: Coordenadoria de assistência, CRAS I e no CRAS II, das 8: 00 às 17: 00 horas.

Em dezembro de 2008, o município possuía 1.300 famílias que recebiam o benefício da Bolsa Família, e se compararmos os dados divulgados pelo IBGE/2006 o município possuía 11.078 famílias e de acordo com os dados da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento (SEADE) 42% - 4.652 famílias possuíam renda familiar inferior a dois salários mínimos (GUAÍRA, 2006/2009, p.11). Neste caso o programa atende da população que possui renda inferior a dois salários mínimos.

As famílias que realizam o Cadastro Único devem procurar os pontos de atendimentos que estão nos territórios de referência, para realizar o recadastramento, sempre que ocorrer alguma alteração na dinâmica familiar como, por exemplo: mudança de endereço e de cidade, nascimento de filho, gravidez, amamentação e perda de emprego ou redução de renda para que a família possa manter seus dados atualizados.

O programa é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Saúde, que é responsável pelo acompanhamento das famílias no cumprimento das condicionalidades (condições exigidas pelo Governo Federal para que a família permaneça no programa) de acompanhamento do peso, pré-natal e atualização das vacinas de criança até sete anos. A parceria com a secretaria de Educação ocorre através do acompanhamento da frequência escolar da criança a partir dos sete anos e do adolescente de até quinze anos. Este acompanhamento é realizado trimestralmente.

O Bolsa Família, no formato que se encontra, caminha na contramão da proposta do SUAS no tocante a descentralização, pois, um dos grandes entraves em sua execução, é o fato do município não possuir autonomia de inclusão e

exclusão das famílias. As normas de inclusão das famílias ao programa são extremamente rígidas e desconsideram a realidade dos municípios, além de descartar o parecer de profissionais de Serviço Social.

Programa Renda Cidadã, programa de estadual transferência de renda temporária, que atende famílias com renda per capita de até R\$ 100, 00, com repasse mensal no valor de R\$ 60, 00. Tem como objetivo Garantir apoio financeiro temporário às famílias em situação de vulnerabilidade, visando à melhoria da qualidade de vida das mesmas.

O atendimento às famílias é oferecido em três territórios: Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social, CRAS I e o CRAS II, nos horários das 8: 00 às 17;00 de segunda a sexta-feira. No município os parceiros são as Secretarias de Educação e Saúde.

O limite de vagas é uma barreira do programa, haja vista que, o Estado oferece ao município apenas 490. Atualmente Guaíra possui uma lista de espera de 700 famílias e segundo dados obtidos no órgão gestor de assistência social em março de 2009. Outra questão é o valor do benefício, que não é alterado há mais de seis anos e, independente do número de pessoas na família, o valor é o mesmo.

Este programa possui normas de operacionalização mais flexíveis, oportunizando aos municípios maior autonomia. Neste, o diagnóstico do profissional de Serviço Social tem prevalência no momento da inclusão, embora após dois anos a família seja, automaticamente, excluída.

Programa Ação Jovem é um programa estadual temporário de transferência de renda voltado a jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com renda per capita de até R\$ 100, 00 e possui como objetivo estimular a permanência, regresso e ingresso do jovem à escola. O município oferece 70 vagas e desenvolve atendimento diário, nos três territórios através dos CRAS I, CRAS II e Coordenadoria de Assistência, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 horas. Tem como parceiro a secretaria de educação, que permite a intersectorialidade e uma reflexão maior sobre as questões que ocorrem com os adolescentes do município e é co-financiado pelos governos municipais e estaduais. O primeiro é responsável pelo seguinte trabalho: selecionar os jovens e incluí-los no programa online, desenvolver o trabalho socioeducativo e por disponibilizar a equipe técnica. O segundo disponibiliza o programa informatizado Pró-Social online e efetua o repasse de recursos diretamente na conta dos adolescentes participantes.

As vagas disponibilizadas ao município estimulam uma grande demanda reprimida de 500 jovens. Um fator que obstrui a execução do programa são os critérios que exclui o adolescente que interromper os estudos, ignorando o fato de que o mesmo visa, principalmente, atender jovens que estão na proteção especial de média complexidade social. Este fato faz com que os jovens que já foram vitimizados e excluídos, não consigam participar do programa. Sendo assim, a política de assistência deveria promover a inclusão contrária a sua própria essência.

Sobre o assunto, Carvalho (2006, p.128) afirma: “Democracia, participação, descentralização das ações públicas produziram mudanças substantivas na gestão social. Há uma nova arquitetura de gestão pública colocada em movimento”. Entretanto, os municípios perdem a autonomia sobre a definição, os critérios e, conseqüentemente, não consegue manter o adolescente nas atividades socioeducativas.

Centro de Apoio e Capacitação a Família (CAAF), trata-se de um programa estadual de capacitação voltado à família em situação de vulnerabilidade social. Este, é operacionalizado de 6 em 6 meses, por meio de cursos de capacitação com duração de 6 meses. Com o objetivo de promover a auto-estima, a socialização, e estimular a participação grupal e oportunizar conhecimento de alguma atividade que possibilite a melhoria nas relações familiares e nas relações com a comunidade em geral.

Os cursos são desenvolvidos de forma descentralizada nos três territórios e no Centro Social Urbano (CSU). O programa atende anualmente, em média, 150 famílias, através da parceria entre estado e município. Ao município cabe disponibilizar monitores, espaço físico, e profissional de serviço social para o desenvolvimento de ações socioeducativas com as famílias. O estado financia as atividades por meio dos repasses mensais de recurso, via fundo municipal de assistência social. E o município através dos programas municipais – plantão, bolsa família e renda cidadão - mobiliza as famílias interessadas e efetua as inscrições, organiza espaços públicos, contrata monitores e realiza o pagamento dos mesmos com recurso municipal. Neste programa, o município possui uma autonomia maior, podendo definir qual será a demanda a ser atendida e o que oferecerá, além de definir critérios.

Programa de Geração de Renda, programa com recursos municipal e estadual e que atende famílias usuárias da política de assistência social, por meio

de capacitação, orientação e estímulo à geração de renda individual e em grupos de auto-gestão. Tem como objetivo promover a inclusão no processo produtivo da população empobrecida e desempregada, visando à auto-sustentação por meio de geração de trabalho e renda.

O programa é desenvolvido em dois territórios, onde estão localizados os CRAS e na Oficina criada para manter grupos de geração de renda. Os parceiros neste programa são: Secretaria de Indústria e Comércio, Fundo Social de Solidariedade Municipal e SEBRAE. De acordo com a coordenadoria de assistência atualmente o programa atende dez famílias com recursos oriundos do estadual e municipal.

Os programas de geração de renda têm sido estimulados pelos poderes públicos, que tentam expandir a função da assistência, pois não conseguem criar empregos (MOTA, 2006) e transferem à assistência a responsabilidade de preparar a população em situação de pobreza, para entrar no mercado, competir com o grande capital e promover “[...] seu processo emancipatório, criar condições para seu protagonismo [...]” (YAZBEK, 2001). Desta feita, os grupos e indivíduos iniciam o processo de produção de roupas, doces, rodos, pizzas etc., com a responsabilidade de produzir com qualidade, vender e gerar renda, além de ser necessária a eficiência, pois devem competir com grandes grupos com diferenciado poder de produção e de crédito. Além de que, os programas de geração de renda governamentais, através da política de assistência, possuem características de precariedade, ou seja, política pobre para a população empobrecida, acompanhada de recursos ínfimos com metas e prazos mínimos.

Recorremos a Yazbek (2001, p. 37) para uma reflexão sobre os programas de geração de renda onde,

O Estado brasileiro, hoje, é um Estado que anuncia em seu Plano Diretor que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado no qual as questões relativas à pobreza e a exclusão social são alvo de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente (ou nem isso?) [...].

Desta forma, os prazos em que cada participante deve permanecer em programa, que têm como objetivo a geração de renda, são questionados. Acreditamos que um programa destinado ao público usuário da política de assistência, deve ser refletido e operacionalizado sob a ótica da garantia de direitos e não sob a ótica do capital.

O **Programa da Terceira Idade** atende diariamente pessoas acima de 50 anos, oferecendo atividades esportivas, culturais, lazer, artesanais e de assistência social. O programa tem efetivado a intersectorialidade no desenvolvimento de ações que envolvem as outras políticas sociais.

O programa objetiva beneficiar a população idosa com ações que estimulem a sua organização enquanto cidadão e oportunize a sua socialização e a participação.

Os participantes do programa possuem uma representatividade através de uma associação da terceira idade de Guaíra, que recebe assessoria técnica do órgão gestor da assistência social. Os locais de atendimento são: Centro de Lazer de Guaíra, Centro Comunitário da Igreja Nossa Senhora Aparecida, Casa dos Aposentados – Casa Lar -, CRASI e CRAS II, Centro Comunitário do bairro Aniceto Carlos Nogueira e Bairro São José do Albertópolis. Destaca-se a participação do grupo representativo da terceira idade - “Associação da Terceira Idade” - que possibilita a participação efetiva dos integrantes do programa no planejamento, na avaliação e na execução das ações do mesmo.

Os grupos são compostos em média por 60 pessoas, com faixa etária entre 50 a 82 anos, os encontros ocorrem uma vez na semana em cada grupo. Os recursos financeiros são de origem Estadual, Federal e Municipal. Com os recursos do Estado e do Município o CMAS aprova o seu direcionamento, já o recurso Federal caracteriza-se como recurso “engessado”, embora seja depositado no fundo municipal de assistência, não possibilita a intervenção do conselho em seu direcionamento.

O co-financiamento das três esferas de governos é incipiente para o desenvolvimento de uma política que garanta verdadeiramente os direitos à população idosa, pois:

[...] não podemos desconsiderar que o aumento da população idosa está acontecendo de uma maneira rápida e desordenada e que o país ainda não está capacitado para lidar de modo adequado com esta população. São previsíveis as situações relacionadas a preconceito, a marginalização social, pobreza, abandono, doenças, incapacidades e qualidade de vida. (RESENDE; JOSÉ FILHO, 2007, p. 74).

O órgão gestor de assistência social deverá fomentar a criação do Conselho da Pessoa idosa no ano de 2009, pois entende que a população idosa vem crescendo e, com isso, necessita de ações que tragam novas perspectivas a essa faixa etária.

O **Programa de Atenção Integral à família (PAIF)** é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um território de grande vulnerabilidade, atende a dez bairros, com um total de 3.700 famílias referenciadas. O programa visa o desenvolvimento de ações e serviços de proteção básica para famílias em situação de vulnerabilidade objetivando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006)

O programa tem como objetivo financiar serviços de proteção social básica e de ação continuada (atender famílias do Bolsa Família, Renda Cidadã e Inclusão Produtiva) nos espaços físicos dos Centros de Referências.

No ano de 2008 o programa atendeu a 800 famílias, por meio de trabalho socioeducativo (reuniões, cursos, ações junto à comunidade, grupos de socialização/reflexão e socialização). O recurso do PAIF é oriundo do governo federal, as ações e os recursos humanos são co-financiados por recurso municipal.

Os parceiros no desenvolvimento das ações são as entidades sociais, todas as secretarias municipais, Delegacia da mulher, Conselhos de direitos, Polícia militar etc.

O **Programa de ação comunitária** desenvolve atividades com as associações de moradores de 80% - 22 bairros- da cidade. O programa tem como objetivo a orientação e articulação de grupos de representantes de bairros, visando à organização da população, a representatividade e a reivindicação de direitos. Através do estímulo da convivência grupal, da participação, da criação de espaços para discussões e reflexões sobre a realidade vivida pela população e seus direitos, procura-se despertar a consciência crítica dos participantes.

No ano de 2009 a coordenadoria de Assistência criou a Casa da Cidadania, espaço que será sede de todos os grupos que representam os bairros, para o conselho da Assistência e do Conselho de defesa da criança e adolescente. A Casa da Cidadania terá a presença de um profissional de serviço social e também será a Secretaria Executiva, prestará assessoria técnica aos conselhos CMAS/CMDCA e outros, que está prevista na NOB/SUAS -2005.

O **Pro-jovem** é um Programa federal temporário de transferência de renda destinado à jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com renda per capita de até R\$ 137, 00. O programa oferecerá ao adolescente – em conflito com a lei, com deficiência ou que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e às adolescentes participantes Bolsa Família – a Bolsa Valor Jovem de R\$

30, 00 que serão acrescidos no valor total do benefício que a família receberá do Bolsa família.

O programa é realizado em parceria entre o Município e Governo Federal, o primeiro realiza o cadastramento, a inclusão, disponibiliza os profissionais de serviço social, educação física, pedagogia, monitores e oferece o espaço físico. O Governo federal realiza o repasse mensal dos valores a serem gastos nas atividades – R\$ 1.200,00 por coletivo - e a transferência de renda diretamente na conta da família.

As atividades socioeducativas são executadas pelos profissionais do município em dois locais de atendimento CRAS I e CRAS II. Os jovens participam de atividades culturais, esportivas, grupos de reflexão, socialização, e informação.

O Programa mantém dois coletivos, composto por vinte e cinco adolescentes de 15 a 18 anos, por um período de dois anos. Todos estes jovens devem estar freqüentando assiduamente a escola, e este controle será feito pela Secretaria de Educação.

É um programa com regras pouco flexíveis, onde o município não possui autonomia para alterá-las. O programa é uma política especial de média complexidade e que demonstra não respeitar às peculiaridades de cada ciclo de vida atendido.

Este programa é outro que consideramos “engessados”, com critérios pré-fixados por pessoas que estão distantes da realidade destes jovens. Nesta sociedade dominada pelo consumo e que atribui mais valor ao ter, do que o ser, como manter na escola, jovens, cuja escola não está preparada para recebê-lo?

O **Organismos de Controle Social** é composto pelos Conselhos Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho da Igualdade Racial (CMIR) que têm como sede a Casa da Cidadania, onde são assessorados pela Secretaria Executiva. Outras formas de controle social no município são os Fóruns de discussões e as Conferências municipais que avaliam a política de assistência a cada dois anos.

2.2.3 A rede de serviço socioassistencial de Proteção Especial existente.

Média Complexidade Execução Direta:

O **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)** atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, com renda per capita inferior a R\$ 137,00 e tem como objetivo erradicar o trabalho infantil no município. É desenvolvido no Centro Social Urbano (CSU) em parceria com a secretaria de educação. O Peti atendia até o final do ano de 2008, 480 crianças e adolescentes.

Este programa, no município, possuía dificuldades em desenvolver trabalho com as famílias, diante do grande número de atendidos e oferta incipiente de recursos humanos, mas, as ações com a comunidade resultaram em ganhos para as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Padilha (2006, p. 167) confirma que mesmo sendo o Peti um programa focalizado, de caráter compensatório e seletivo introduziu “[...] uma nova cultura e sociabilidade das famílias que passam a identificar o trabalho infantil como instrumento negativo para a formação das crianças e dos adolescentes.”

O **Programa da pessoa com deficiência** atende pessoa com deficiência de todas as idades com várias ações sócioeducativas. O programa tem como objetivo promover a participação da pessoa com deficiência na sociedade, através da busca de garantia de direitos e o desenvolvimento da consciência crítica. São atendidas diretamente 120 pessoas com deficiência. A parceria conjunta com a Associação da Pessoa com Deficiência – Novos Tempos - Secretarias de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer vêm possibilitando aproximação e desenvolvendo responsabilidades a cada secretaria. As atividades são desenvolvidas na coordenadoria de assistência social, CRAS I e CRAS II, Centro de Lazer e Academia de atividades esportivas.

O programa é mantido por recursos financeiros do Município e do Governo Federal, porém necessita de investimentos financeiros e de ações inovadoras que vise o indivíduo em sua totalidade, além de possibilitar espaços de reflexão sobre as questões vivida pelo deficiente juntamente com toda a comunidade.

O **Albergue municipal** desenvolve atendimento ao migrante, itinerante e morador de rua, atendendo cerca de 1.500 pessoas anualmente, oferecendo serviços de transporte, alimentação e pernoite. Os recursos são do estado e município, mas, entendemos que o programa é paliativo, e que não há no Município, no Estado e na União ações efetivas que possam diminuir a itinerância, a migração e a população de rua. Este programa atende algumas das necessidades imediatas desta população que já perdeu a identidade de cidadão, conforme afirmam (SILVA;

SANT'ANA, 2007, p. 42) “[...] parcela da população vivencia um percurso de violentas rupturas, decepções, perdas e fracassos em suas vidas. Expulsas do mundo do trabalho e sem acesso à políticas públicas, não restam muitas alternativas a uma parcela empobrecida da população que passa a viver na rua.” e na itinerância.

Os recursos previstos no Plurianual 2006/2009 para execução das ações municipais elencadas acima foram:

*2006 – 2.283.622,00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais), mas, o valor efetivamente gasto foi de 2.504.659,53 (Dois milhões quinhentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e três centavos)

*2007 – 2.421.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil reais) sendo que orçamento investido foi de 2.696.594,40 (Dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)

*2008 – 2.565.877,00 (Dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais) o valor investido foi de 2.774.069,52 (Dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, sessenta e nove reais e cinquenta e dois reais)

*2009 – 2.719.828,00 (Dois milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e oito reais). (Demonstrativos Financeiro, 2006, 2007, 2008)

Acredita-se que o valor previsto para o ano de 2009 certamente será acima do valor previsto acima.

Em todos os anos foram acrescidos 6% no valor estimado (GUAÍRA, 2006/2009, p. 25).

A previsão orçamentária do município para o ano de 2006, foi de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões), desse montante a política de assistência social usufruiu 4% (GUAÍRA, 2006/2009).

O quadro de recursos humanos deste setor atualmente é composto de 4 assistentes sociais concursadas e 6 contratadas de forma terceirizada um gestor, 8 estagiárias de serviço social, 5 guarda - mirins, 1 motorista, 3 atendentes, 5 monitores, 2 auxiliares administrativas e 3 funcionárias para serviços gerais. (GUAÍRA, 2006/2009, p. 21). Com a implantação do Centro de Referência, incluiu-se 2 profissionais de psicologia.

Dentro do quadro das prioridades – que foram baseados na reincidência de casos que chegam para atendimento - a serem enfrentadas pela política de assistência social municipal e elencadas por meio da equipe técnica do órgão gestor estão:

1 - Serviços de assistência social fragmentados, 2 - Necessidade de Diagnóstico da realidade do município, 3 - Índice elevado de famílias com renda familiar inferior a dois salários mínimos, 4 - Índice elevado de desemprego entre jovens e adultos, 5 - Índice elevado de violência doméstica, 6 - Índice elevado de adolescentes e jovens em conflito com a lei, 7 - Exploração infanto/juvenil e abuso e sexual de criança, 8 - Trabalho infantil, 9 - Baixo nível de escolaridade da população adulta, 10 - Índice elevado de evasão escolar de adolescentes, 11 - Elevação do fluxo migratório/intinerância e população de rua, 12 - Escassez de recursos humanos no desenvolvimento da política de assistência social, 13 - Insuficiência de recursos financeiros das três esferas. (GUAÍRA, 2006/2009).

A agricultura continua sendo a principal atividade econômica no município, mas agora com grande intensificação tecnológica. O parecer de técnicos da Casa de Agricultura de Guaíra (2007) revela:

O produtor de grãos vem utilizando tecnologia no plantio de suas lavouras como, conservação do solo com construção de terraços, curva de nível e plantio em nível; e em 1997 iniciaram com o plantio direto onde o sistema não utiliza o preparo do solo com implementos, como arado, grade, etc.; e com as plantadeiras especializadas para o plantio direto fazem o plantio em cima do solo sem preparo e utilizam a dissecação da área, com esse sistema proporciona uma preservação do solo e da água melhorando a micro fauna e flora do solo.

É flagrante no município o uso de tecnologia poupadora de mão de obra pelos agricultores na produção de hortaliças e grãos, desencadeando o desemprego para a população que sobrevive do trabalho rural. Acompanha-se também na lavoura de cana-de-açúcar a eliminação de postos de trabalhos. A professora Maria A. Moraes Silva (2003, p. 26) aponta em sua recente pesquisa que conforme “IEA, a mecanização do corte de cana já atinge em todo o estado de São Paulo.”

Esta mesma autora relatando sobre o processo de mecanização e intensificação da tecnologia do trabalho na cana de açúcar classifica as perdas de postos como os “excluídos pelas máquinas“. Segue denunciando todo o aparato da ciência disponibilizado pelo Estado e também a superexploração da força de

trabalho (SILVA, 2003), tudo isso para garantir o aumento da produção de álcool, o crescimento do agronegócio, abastecimento o mercado externo e o lucro do capital.

Este quadro delinea sérios problemas para a população que sobrevive do trabalho rural, seja na cana-de-açúcar ou em outro tipo de lavoura, seja em Guaíra ou em qualquer parte do país.

Os dados da Casa de Agricultura de Guaíra constam as principais culturas no município safra de 2006-2007¹⁹:

A plantação de cana-de-açúcar em área nova estava com 11 mil hectares,

A cana-de-açúcar - área produção - estava com 27.500 mil hectares,

Totalizando 38.500 hectares.

O cultivo da soja estava distribuído em 33 mil hectares,

O cultivo do milho em grão - safrinha ocupava apenas 14 mil hectares,

A área de milho em grão estava em 3.500 mil hectares,

O Sorgo granífero da safrinha ocupou 7 mil hectares,

Entre as principais culturas irrigadas dos mesmos anos apareceram o feijão de inverno com apenas 6.18 acres, o tomate Rasteiro com 100 hectares.

O avanço da cana-de-açúcar é confirmado pela declaração do técnico da casa de Agricultura, “[...], o qual está levando os produtores de grãos a migrarem para o plantio de cana-de-açúcar que, nessa safra, aumentou 11 mil hectares no município [...]” (CASA DE AGRICULTURA DE GUAÍRA., 2007).

A população da cidade está em 34.583 o equivalente a 94,53% da população, já a zona rural encontra-se com 2.004 pessoas, sendo 5,47% dos munícipes (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

Atualmente agricultura tradicional no município, absorve 500 trabalhadores rurais sem vínculo empregatício e já as três usinas de cana-de-açúcar oferecem no período de seis meses (safra) em torno de quatro mil empregos com vínculo empregatício (GUAÍRA, 2006/2009).

A cana é atualmente a principal atividade econômica neste município, e absorve pouca mão-de-obra local no corte da cana. A população migrante ainda é a que mais procura este tipo de cultura. A produção de cana continua tendo um grande investimento na mecanização, ademais, a cultura de soja que também desenvolve o processo de produção mecanizado.

¹⁹Ofício recebido dia 27 maio 2007.

No ano de 2008 de acordo com a estimativa da Fundação SEADES/2008 a população do município estava em 37.130 mil habitantes. E, a agricultura continua sendo à base da economia. No primeiro trimestre de 2009 de acordo com a Casa de Agricultura a mecanização da cultura do milho (18.500 ha) e sorgo (4.500 ha) já chegam a 100%,

Quanto o cultivo da cana-de-açúcar (57.000 ha) o processo de mecanização está em 80%, outras culturas como o tomate e feijão que oferecem oportunidades de trabalho, está mecanizada em 70% e 60% respectivamente.

O avanço da tecnologia poupadora de mão-de-obra no município, aumenta o desemprego dos trabalhadores rurais assalariado e consecutivamente as condições de pobreza e de desigualdade social.

A questão agrária neste município se mostra de forma proeminente em sua formação histórica, demográfica, econômica e social, como também está diretamente ligada, a implantação e implementação das políticas sociais no mesmo.

Entretanto, a questão agrária não tem sido foco de atenção pelo órgão gestor da Assistência Social e passa despercebida pelos profissionais de Serviço Social até pela dificuldade de relacionar trabalho com a assistência social.

CAPÍTULO 3

AS CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR RURAL DE GUAÍRA, USUÁRIO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 Descrição do universo de pesquisa

A pesquisa foi realizada no Órgão Gestor da Política de Assistência Social de Guaíra-SP. , denominado Serviço de Promoção Humana. De acordo com o PPA (GUAÍRA, 2006/2009) o município possui 42% de sua população sobrevivendo com renda familiar de dois salários mínimos.

A Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social está na fase de implantação do Sistema Único de Assistência Social, conjuntamente com a Sociedade Civil organizada.

A pesquisa em questão é a primeira a ser realizada neste órgão público desde sua criação. Os documentos a serem analisados serão “de primeira mão” (GIL, 2007, p. 46), pois até o momento presente, não houve investigação neste sentido, no setor e, também no município.

Neste setor encontram-se os cadastros de todas as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais oferecidos no município. Para efetuar o registro dessa população, o setor conta com três formas de cadastro: o primeiro; é o cadastro do programa Plantão Social, que em dezembro do ano de 2008 mantinha em seus arquivos cerca de 3.650 famílias cadastradas. Estes registros foram atualizados no ano de 2004, permanecendo apenas as fichas das famílias que procuravam assiduamente o setor e as que viessem procurar a partir dessa data.

O segundo sistema de cadastro é o Pro Social; sistema on-line utilizado pelo Governo do Estado de São Paulo, como meio de registro de famílias participantes dos programas estaduais. O fato de o sistema ser disponibilizado aos municípios através de computadores na forma on-line, realiza automaticamente uma interseção dos dados dos programas do Governo federal com o pró-social. Desta forma

possibilita aos municípios conhecer as famílias cadastradas em programas das duas esferas de governos, como também manter dados atualizados sobre tais programas.

O terceiro sistema de cadastro é o Cadastro Único (CadÚnico) que se trata de um formulário disponibilizado de forma on-line pelo Governo Federal, no qual constam todos os dados referentes à renda, composição familiar, situação da moradia, despesas, receitas, profissão, enfim todos os dados que indiquem a situação social dos participantes de programas sociais de cada município. Com estes formulários a disposição dos municípios, os monitores realizam as entrevistas com as famílias interessadas e simultaneamente efetua o preenchimento do formulário.

No município de Guaíra o CadÚnico começou a ser utilizado pelo setor de assistência social a partir do ano de 2003; quando ocorreram as transferências e unificação dos Programas: Bolsa Escola, até então, executado pelo Ministério de Educação e o Vale-gás, realizado pelo Ministério da Saúde. Desta forma todas as famílias interessadas em participar dos programas de âmbito federal deveriam primeiro inscrever-se no cadastro único.

No ano de 2007 o Governo federal realizou outra unificação; transferindo as famílias participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para o Programa Bolsa Família que, atualmente é o Carro Chefe dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal. É importante esclarecer que nem todas as famílias que constam no CadÚnico são incluídas no Programa Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Todas as fases da investigação ocorreram a partir dos dados fornecidos pelo referido setor. O objetivo geral da pesquisadora era de analisar a relação entre o trabalho rural e a política de assistência social municipal e desta forma analisar as condições de vida do trabalhador rural usuário da política de assistência.

3.2 Metodologia

A investigação teve início no ano de 2008, através dos documentos pertencentes ao Plantão social, CadÚnico e Pro-Social .

Os registros do plantão social forneceram dados referentes às famílias que necessitaram de serviços socioassistenciais amiúde, no setor, nos últimos cinco anos.

O pró-social permitiu conhecer as famílias participantes dos programas de transferências de renda do Governo do Estado como: o Renda cidadã e o Ação Jovem.

O CadÚnico possibilitou o conhecimento das famílias que participavam dos programas oriundos do governo federal; por exemplo: Bolsa Família e Benefício Prestação Continuada. De acordo com a Coordenadoria de Assistência é exigência do Governo Federal que as famílias efetuem anualmente o recadastramento e, este se resume na atualização de todos os dados desta família no formulário do CadÚnico.

O órgão gestor informou que o número de cadastros válidos no município estava na casa de 1.939 famílias, mas, os números de cadastros que tiveram seus dados atualizados até dezembro de 2008 eram 1.171.

O Setor disponibilizou à pesquisa todos os 1.939 cadastros, pois, todos os formulários possuem uma numeração em ordem crescente, para facilitar o manuseio. Desta forma os formulários atualizados e os não atualizados permanecem arquivados conjuntamente.

Os cadastros foram manuseados um a um, para que fosse selecionado o universo de pesquisa. No momento que foram atingidos os 102 cadastros em que o chefe de família era um trabalhador rural, a pesquisadora interrompeu a atividade e, até neste momento havia sido manuseado até o cadastro de numeração 1220.

Portanto ao completar esta etapa tínhamos como universo de pesquisa 1.171 CadÚnico atualizados e, destes, foram selecionados uma amostra de 102 famílias que possuíam como chefe de família um trabalhador rural. O percentual da amostra tomada equivale a 8.71% do universo pesquisado.

Para selecionar a amostra a pesquisadora considerou como elemento primordial a ocupação atual do chefe de família, que para a pesquisa interessava o trabalho rural.

Os dados coletados primeiramente foram sobre o responsável pelo grupo familiar que incluíram a ocupação atual, a escolaridade, a origem, a raça, o ano de nascimento e o salário. As outras informações coletadas continham renda dos outros membros da família, despesas fixas (alimentação, aluguel ou prestação, gás, medicamentos, energia, água) situação da moradia (própria, alugada, cedida ou financiada), os programas sociais que participam o número de pessoas que compunham o grupo familiar e, a quantidade de cômodos da moradia.

Estas informações possibilitariam à pesquisadora a atingir um dos objetivos específicos que era identificação da condição de vida dos trabalhadores rurais assalariados do município usuários da política de assistência.

Após a coleta dos dados realizamos em seguida um cruzamento entre os 102 formulários do CadÚnico e os registros do plantão social, para certificarmos se o responsável pela família ou um outro membro desta, utilizara o atendimento do programa plantão social nos últimos 5 anos.

A os profissionais da Coordenadoria de Assistência Social utilizam como forma de registros para o programa plantão social um sistema informatizado, que facilitou a realização da intersecção dos cadastros e a constatação da participação de todos os integrantes da amostra no programa plantão social.

Desta forma a amostra da pesquisa caracterizou-se por trabalhadores rurais, que necessitaram recorrer á política de assistência social nos últimos cinco anos. Pois, o objetivo geral da investigação é analisar a relação entre o trabalho rural e a política de assistência social.

Posteriormente a realização da pesquisa documental foi iniciada a pesquisa de campo e, para tal foram selecionados 10 cadastros de famílias que estavam cadastradas em mais de 3 programas sociais. Embora não tivesse a certeza de que estavam sendo beneficiadas pelos mesmos. Neste caso levamos em consideração apenas as inscrições. Do universo de 102 optamos em escolher 10 cadastros que equivaliam a 9,80% do total.

Em seguida realizamos o pré-teste com dois usuários trabalhadores rurais selecionados aleatoriamente. A entrevista foi realizada logo após os usuários terem sido atendidos no setor.

Optamos por utilizar como instrumental o formulário que foi aplicado e redigido pela pesquisadora. O formulário continha questões abertas, mas, focadas nos seguintes temas: trabalho rural, condições de vida e assistência social.

Com a aplicação do pré-teste, observou-se que a aplicação do formulário teve duração de 1 hora, as perguntas foram desenvolvidas e respondidas com tranqüilidade pelos entrevistados e, não houve a necessidade de alteração, pois, as questões respondidas trazia as informações necessárias para o diálogo com os objetivos propostos na pesquisa.

As entrevistas foram agendadas com dia, horário e local através do contado realizado com os sujeitos a serem pesquisados. O agendamento com 6 famílias foi

feito através de encontro casualmente na rua. Os outros 4 foram procurados pela pesquisadora e aceitaram realizar a pesquisa no mesmo dia da visita. A pesquisadora efetuou a leitura do termo de consentimento de entrevista (apêndice) explicando ao entrevistado a importância do documento.

As entrevistas foram desenvolvidas in loco, sendo quatro trabalhadores residentes no Conjunto habitacional Etelvina Santana da Silva (Mutirão 3) um morador do bairro Joaquim Pereira Lelis (Mutirão 5) e, os outros cinco pertencentes ao bairro Nossa Sra. Aparecida, Vila Fabiano, Jardim Nadia 4, Jardim Paulista e, Jardim Eldorado. A localização dos entrevistados abrangeu vários pontos do município.

Dos 10 sujeitos pesquisados, quatro eram trabalhadores do sexo masculino e seis do sexo feminino, cujos dados estavam na amostra de 102 famílias.

De posse dos cadastros transferimos os nomes e endereços para os formulários da pesquisa e, posteriormente os contatos com os sujeitos pesquisados.

A seguir será realizada a caracterização dos sujeitos pesquisados, que são 6 pessoas do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Com o objetivo de resguardar o sigilo da identidade dos pesquisados, fizemos uso de nomes fictícios.

3.3 Caracterização das famílias de trabalhadores rurais do município de Guará cadastradas na Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social e usuárias da Política Municipal de Assistência Social

Da amostra pesquisada os chefes de família que pertenciam ao sexo masculino totalizavam 52 sujeitos e correspondiam a 50,98%. E, outros 50 chefes de família pertenciam ao sexo feminino totalizando 49,02%.

No cruzamento entre o valor da renda em relação ao sexo do chefe da família, aponta para resultados praticamente semelhantes, a igualdade de gênero se realiza em plena situação de grande desigualdade social.

As famílias chefiadas por homens possuíam a seguinte renda: 30 – 29,41% das famílias chefiadas por homens sobrevivendo com renda de $1/2$ salário a 1 salário mínimo, já, 17,65% - 18 famílias possuíam de 1 a 2 salários mínimos e apenas 3,92% – 4 famílias vivem com 2 salários mínimos.

Tabela 3: Situação da Renda Familiar por sexo

SEXO X RENDA			
Sexo	MASC.	FEM.	TOTAL
Renda			
RENDA <=1/2 SALÁRIO MIN	4,90%	7,84%	12,75%
1/2 SALÁRIO MIN<RENDA<=1 SALÁRIO MIN	24,51%	15,69%	40,20%
1 SALÁRIO MIN< RENDA <= 1 1/2 SALÁRIO MIN	12,75%	13,73%	26,47%
1 1/2 SALÁRIO MIN < RENDA <= 2 SALÁRIOS MIN	4,90%	3,92%	8,82%
RENDA > 2 SALÁRIOS MIN	3,92%	3,92%	7,84%
Ñ DECLAROU	0,00%	3,92%	3,92%
TOTAL	50,98%	49,02%	100,00%

Fonte: GUAÍRA, 2008.

Os resultados da renda de famílias chefiadas por mulheres apontaram para 24 famílias equivalendo a 23,53% sobrevivem com renda de 1/2 salário a 1 salário mínimo, já, 18 – 17,65% possuíam renda de 1 a 2 salários mínimos. Apenas 4 – 3,92% vivem com 2 salários mínimos e 4 – 3,92% não declararam.

Quanto às faixas etárias dos sujeitos, 34 pessoas -33,33% estavam na faixa etária de 31 a 40 anos e 22 – 21,57% possuíam de 20 a 30 anos. Na faixa etária de 41 a 50 anos 26 pessoas, equivalendo a 25,49% do total. Com idade entre 51 a 60 foram encontradas 13 - 12,75%, enquanto que acima de 60 anos, 4 – 3,92%. E, 3 – 2,92% não declararam.

Observou-se que 56 – 54,90% das famílias pesquisadas se encontravam em idade reprodutiva

No item da composição familiar foi constatado que 62 famílias, equivalendo a 60,78%, eram compostas por 3 a 4 pessoas. Já as famílias que continham de 1 a 2 membros representavam 19 - 18,63%, as 5 a 6 elementos correspondiam a 16 pessoas, equivalendo a 15,68%. As famílias compostas de 7 a 8 membros equivaliam a 5 e correspondiam a 4,91%.

Quanto ao tamanho da moradia constatou-se que 53 famílias, equivalendo a 51,96% das pesquisadas moravam em casas com 3 a 4 cômodos e outras 34 - 33,33% residiam em 5 a 6 cômodos.

Com 10,78% equivalendo a 11 famílias, estavam em casas com 1 a 2 cômodos. As residências com 7 a 8 cômodos pertenciam a 3 – 2,94% das famílias. Apenas 1 – 0,98% não declarou.

Os dados abaixo confirmam os dados do Ibge/2006 que mostram que 14,8 milhões de brasileiros sobreviviam com a superlotação de moradia.

Citaremos alguns dados relevantes que foram levantados na pesquisa sobre esta questão. Nos dados abaixo se nota que 6 - 5,88% das famílias pesquisadas compostas por 1 a 2 membros residiam em casas de 1 a 2 cômodos. Se pensarmos que os 2 moradores são pai e filho, ou irmãos, terão que dividir e dormir em um mesmo quarto, ou utilizar a cozinha.

Já, 19 - 18,63% das famílias formadas de 4 membros habitavam em casas de 3 a 4 cômodos e, 5 - 4,90% - das famílias constituídas de 6 pessoas coabitavam em apenas 3 cômodos. Os números acima demonstram o adensamento populacional por moradia, pois consideramos que a casa deve ser constituída de quarto, sala, cozinha e banheiro, sendo assim, podemos comprovar nesta pesquisa que 30 - 29,41% famílias pesquisadas vivem em casas cujo espaços estão saturados pelo número de moradores.

As referências acima ratificam o que o Ibge/2006 define como “adensamento excessivo, provocado pela superlotação, com a densidade superior de mais de 3 moradores por cômodos”

Diante da situação da moradia muitas vezes, a privacidade é um luxo para poucos.

Para muitas famílias o direito a casa própria ainda é uma utopia, como podemos observar no Gráfico 6 abaixo:

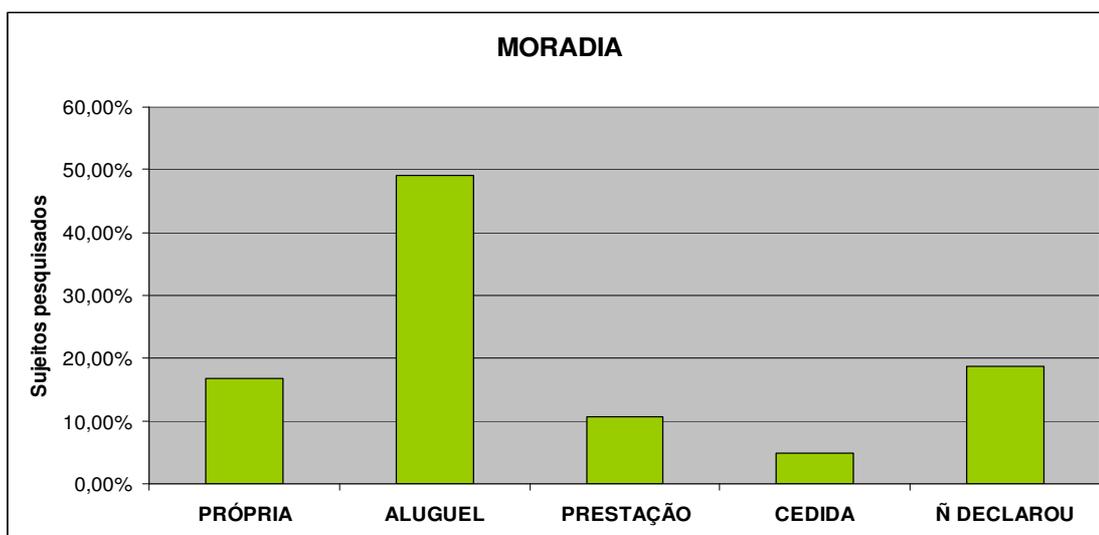


Gráfico 1: Situação de moradia das famílias atendidas pela Política de Assistência Social

Fonte: (GUAÍRA, 2008).

As referências abaixo reafirmam os dados do Ibge/2004 que no Brasil 5,3 milhões de pessoas dependiam do aluguel nesse período. A pesquisa comprova que o déficit habitacional está presente na vida dos usuários da política de assistência.

O resultado apontou para 50 famílias, equivalente a 49,02% pagavam aluguel, outras 12 famílias, totalizando 11,76% pagavam prestação e 17,65% das famílias, referentes a 18 declararam possuir casa própria. Outras 4 (3,92%) famílias residiam em casa cedida e 18 (17,65%) não declararam.

Verificamos os percentuais que as famílias pesquisadas utilizavam de suas rendas com moradia. Constatou-se que 36 – 35,30% das famílias utilizavam de 20% a 80% de suas rendas com pagamento de aluguel e 1 – 0,98% investe de 80% a 100% da renda em moradia ou seja, trabalha para pagar o aluguel.

Quanto à renda familiar ficou evidente a situação de pobreza da maioria das famílias que recorreram à assistência social de Guaira. Conforme demonstra o Gráfico 2 a seguir:

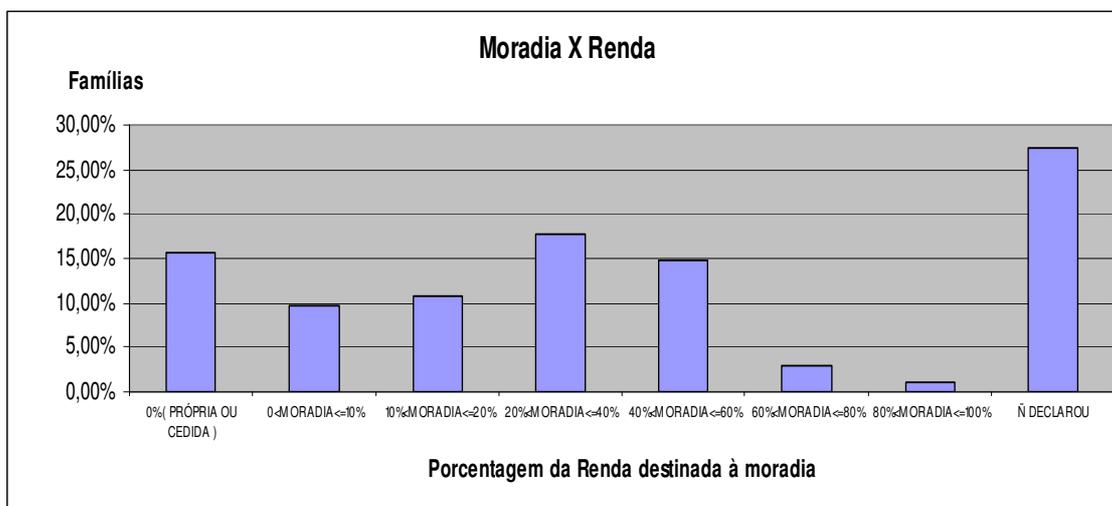


Gráfico 2: Percentual de renda familiar investido em moradia das famílias atendidas pela Política de Assistência Social
 Fonte: (GUAÍRA, 2008).

No tocante a renda familiar constatou-se que 13 famílias equivalente a 12,75% sobrevivem com $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A grande maioria dos pesquisados 41 famílias – 40,20% sobreviviam com uma renda de $\frac{1}{2}$ salário até 1 salário mínimo. Outros 27 - 26,47% vivem com 1 salário a 1 salário e meio. Outras 9 – 8,82% possuem de 1 salário e meio a 2 salários e, 8 famílias referente a 7,84% possuem uma renda de 2 salários por mês. Finalizando 4 – 3,92% não declararam.

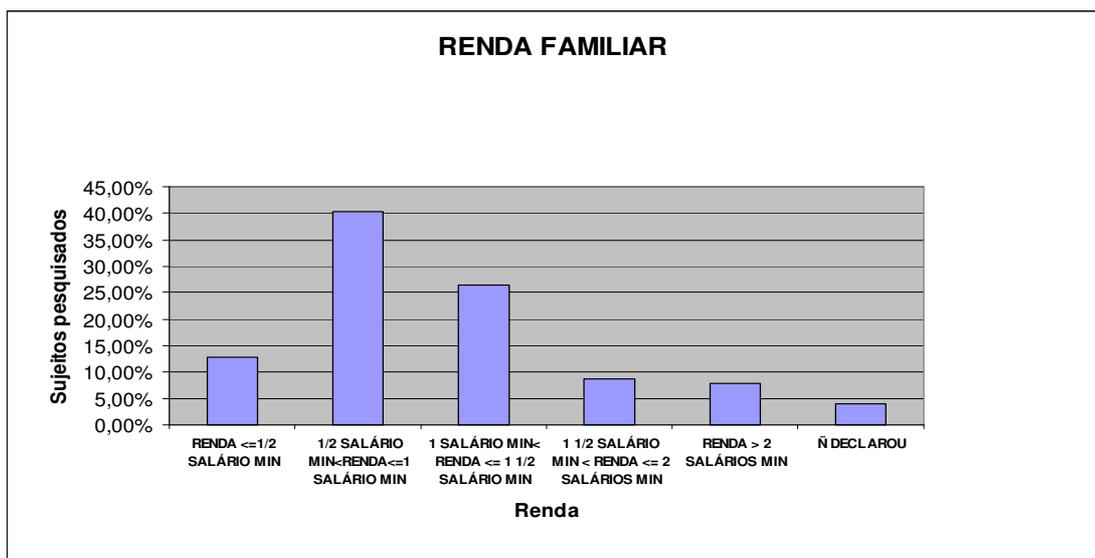


Gráfico 3: Renda familiar das famílias atendidas pela Política de Assistência Social
 Fonte: (GUAÍRA, 2008).

Outro fator de grande relevância foi à constatação de que 37,26% - 38 das famílias que tinham como chefe de família uma mulher, possuíam renda familiar entre $\frac{1}{2}$ salário a 1 salário e $\frac{1}{2}$ e, as chefiadas por pessoa do sexo masculino 42,16%. – 43. Mas, o que ficou evidente foi a renda acima de 2 salários em que 7,84% - 8, eram do sexo feminino e 8,82% - 9 sexo masculino.

Destaca-se que 43,14% dos sujeitos pesquisados referente a 44 famílias possuíam per capita menor que R\$ 100,00. Com per capita de R\$ 100, 00 e menor que R\$ 200,00 somaram-se 39 famílias equivalendo a 38,24% dos sujeitos pesquisados. Apenas 7,84% dos pesquisados 8 famílias estavam com per capita de R\$ 200,00 a R\$ 300,00. E, apenas 6 – 5,88% famílias possuem per capita de R\$ 300,00 até R\$ 415,00 e 4,98% – 5 não declaram.

Outro fator de grande importância foi à constatação de que 54,90%, um total de 56 famílias investe de 40% a 80% de suas rendas com alimentação. Um total de 15,67% igual a 16 utilizava de 80% e acima de 100%. Apenas 24 51% que equivale a 25 famílias faziam uso de 10% a 40% da renda com a nutrição, e 4,90% - 5 não declararam.

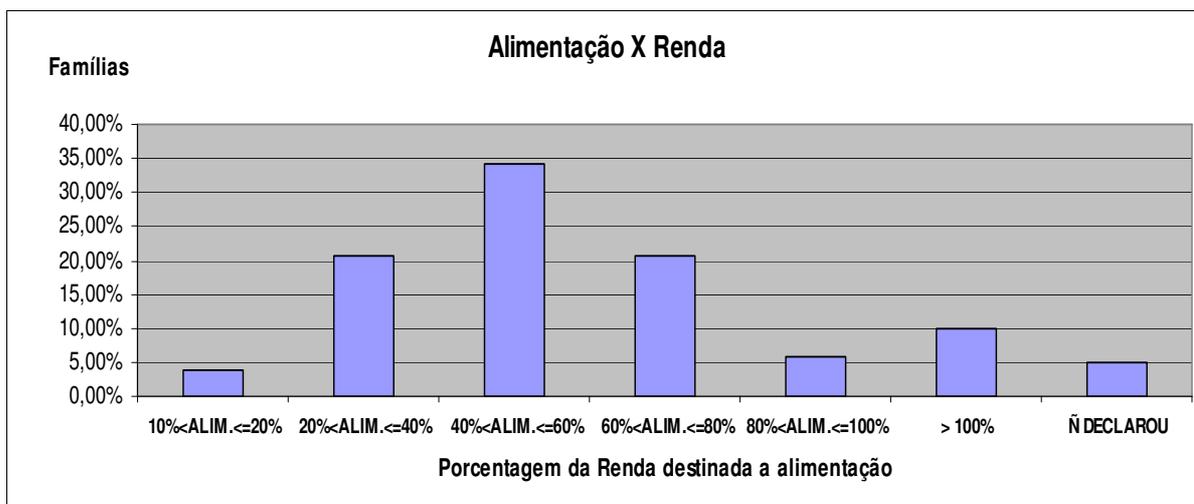


Gráfico 4: Porcentagem da renda familiar destinada à alimentação

Fonte: (GUAÍRA, 2008).

A escolaridade foi outro resultado de grande relevância na pesquisa, e se constatou que 8 – 7,84% destes trabalhadores eram analfabetos, 81- 79,41% possuíam o ensino fundamental incompleto. Quanto ao ensino médio 7 - 6,86% não concluíram e, 1 – 0,98% tinha o ensino médio completo. Apenas 0,98% - 1 possuía o ensino superior incompleto, sendo que 4 – 3,92% não declaram.

Na inter-relação entre a escolaridade e a renda destacamos 2,94% -3 dos chefes de famílias que são analfabetos possuíam renda menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo, outros 5 – 4,95% analfabetos percebem renda de $\frac{1}{2}$ a um salário mínimo.

Destacamos os pesquisados que possuía o ensino fundamental incompleto a maioria 53 – 51,96% tinham renda de $\frac{1}{2}$ salário a 1 salário e meio.

Em relação à raça dos trabalhadores pesquisados, concluiu-se que a grande maioria composta por 57 - 55,88% declararam pertencer à raça/Etnia branca, 42 - 41,18% das pessoas se autodeclararam negras e pardas. E, apenas 3 - 2,94 não declararam.

Quanto à origem dos sujeitos pesquisados verificou-se que 70,59% eram guairenses, 20,59% - 21 eram migrantes de outras regiões do estado de São Paulo, Piauí e Paraná. Outras 9 – 8,82% não declaram.

No que se referem à participação destas famílias, nos programas, projetos e serviços socioassistenciais oferecidos pela política municipal de assistência social, foi constatado que 76 -74,51% participavam de apenas um programa social e neste

caso, refere-se ao programa plantão social, onde recorriam para solicitar cestas de alimentos, fraldas, pagamento de energia etc.

Outras 24 - 23,53% das famílias estavam inseridas em dois programas ou seja recebiam do bolsa família e recorriam ao plantão social. Já, a porcentagem de 1,96% - 2 estão em três programas sociais ou seja, recorrem ao plantão social plantão, recebem benefício do bolsa família e auferem recursos do renda cidadã.

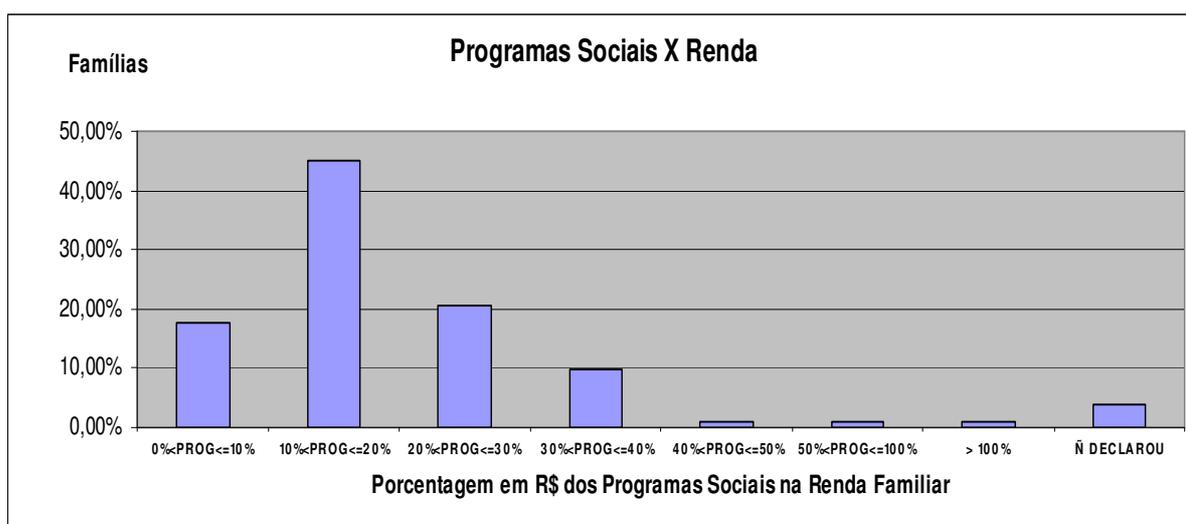


Gráfico 5: Percentual dos Programas Sociais na renda das famílias atendidas pela Política de Assistência Social

Fonte: (GUAÍRA, 2008).

Pesquisamos a importância dos programas sociais na renda dos pesquisados e concluímos que 67 – 65,69% têm suas renda elevadas em um percentual de 10% a 30% com os programas sociais. Com 18 – 17,65% famílias os programas sociais compõem 10% da renda. Outras 11 -10,78% os programas sociais majora de 30% a 50% e, com 2 – 1,96% das famílias os programas faz parte de 50% a 100% da renda, ou seja, os programas sociais são as únicas formas de renda e sobrevivência dessas famílias. Apenas 4 – 3,98% pesquisados não declararam.

A dependência financeira das famílias provoca nas mesmas a sensação de impotência e de ausência de expectativa. Concordamos com Yazbek (2001, p. 35) quando afirma que:

A violência da pobreza é parte da nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de

modo precário e intermitente, [...], o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluído e subalternizados na sociedade.

3.4 Os dados das entrevistas realizadas junto aos trabalhadores rurais assalariados de Guaira/SP

A seguir será realizada a caracterização dos sujeitos entrevistados, que foram 10 pessoas, sendo, 6 pessoas mulheres e 4 homens. Por uma questão ética, faremos uso de nomes fictícios para resguardar o sigilo da identidade dos sujeitos pesquisados.

A Carla, 49 anos, branca, natural de Sales de Oliveira, vive em união estável, reside apenas com o esposo, possui filhos, mas, já são casados.

Senhora Sebastiana, 53 anos, negra, nascida em Ipuã, vive em união estável, reside com esposo, 1 filha e 3 netos.

Dona Luiza, 48 anos, negra, guairense, amasiada, reside com o companheiro, um filho e cuida de uma tia que é portadora de deficiência.

Senhor João, 22 anos, negro, piauiense da cidade de Amarante, solteiro, reside com 2 companheiros.

Senhor Conrado, 58 anos, branco, nasceu no município de Picus no estado do Piauí, declara ser casado três vezes, mas, no momento está separado, reside com 3 companheiros.

Senhora Suzete, 48 anos, branca, guairense, não conseguiu identificar seu estado civil, devido o esposo ter saído em busca de um botijão de gás e desapareceu, há 14 anos atrás. Alega não saber se é viúva ou se ainda permanece casada. Reside com 1 filho adolescente.

Senhor Carlos, 30 anos, negro, vive em união estável, nasceu na cidade de Angical no estado do Piauí, reside com 2 companheiros.

Senhora Catarina, 42 anos, parda, casada, guairense, reside com esposo, 2 filhos e 1 neto.

Senhora Clotilde, 47 anos, negra, solteira, guairense, reside com 2 filhos e um neto.

Senhor Sílvio, 43 anos, negro, vive em união estável, reside com companheira e, 2 filhos.

Iniciamos as análises pela ocupação desenvolvida pelos sujeitos pesquisados.

No momento da entrevista afirmaram estar desenvolvendo atividades no corte de cana 6, na cultura de milho²⁰ 3, na capina de seringueira 1.

Dos 10 trabalhadores, 9 estavam com registro em carteira. Dos 6 trabalhadores da cana 1 pessoa estava afastada e recebendo auxílio doença.

Sobre a ocupação atual foi relevante o depoimento a seguir, pois ela está afastada recebendo auxílio doença.

No momento nenhuma! Mas, a última era catadora de bituca de cana, até eu entrevar [...]! (Clotilde)

O grande conhecimento de técnicas desenvolvidas nas lavouras é comum em todas as falas dos sujeitos. A este conhecimento adquirido na lavoura, não é agregado valor, pois, nas relações capitalistas de produção, o conhecimento do homem embutido na produção é mera mercadoria, que é a materialização do trabalho humano abstrato. (IAMAMOTO, 2001c).

As inúmeras atividades desenvolvidas no campo aparecem constantemente na história de vida de cada trabalhador, que revelam seu vínculo com a terra, sua intimidade com a lavoura ao longo do tempo, mas, sem o direito à propriedade desta

²⁰ Nas lavouras de milho 2 pessoas estavam fazendo o despendoamento dos pés de milho e 1 pessoa descascava.

terra. Dos 10 sujeitos pesquisados, apenas 1 afirma ter trabalhado em lavoura própria, mas, em terras arrendada, juntamente com a família.

Panhei café, ranquei amendoim, panhei feijão, cortei cana, capinei, ranquei colônã, panhei pendão, prantei e panhei pimentão, panhei tomate, repassei pendão, quebrei milho, casquei mii, e esqueci carpi seringueira (Sebastiana).

Nós arrendava um pedaço de terra, coisa pouca, 2 a 3 alqueire, derrubava mata, juntava e punhava fogo - roça no toco – platava arroz, milho e feijão (Carlos).

3.4.1 Trabalho rural como sofrimento

A necessidade do trabalho para a sobrevivência do pesquisado e de sua família, que, sem alternativa, expõem-se diariamente em situações dolorosas e de grande desgaste físico.

Scopinho (2004) afirma que são reveladores de grande precariedade o trabalho nas usinas de cana-de-açúcar. A existência da insalubridade, da periculosidade e da penosidade são características marcantes desse trabalho.

Trabalho como sofrimento, aparece na fala dos 3 pesquisados migrantes, cortadores de cana. O depoimento abaixo demonstra a exposição do trabalhador ao trabalho penoso, que exige um grande esforço físico para realizá-lo, ademais, as numerosas repetições do mesmo movimento ao decorrer do dia em um período entre, 7 a 8 horas ao dia.

Muito sofrimento [...] trabalha muito e ganha pouco, muito ruim, a rotina é cansativa (Carlos).

[...] aqui é mais pesado, trabalhar na cana é feio! (João).

Iamamoto ao tratar do trabalho no corte de cana afirma que “O trabalho vivido como sacrifício da vida - mero meio de sobrevivência – como desgaste máximo de tempo e forças vitais, condicionado pelas perversas condições materiais e sociais nas quais se realizam neste setor produtivo”. (IAMAMOTO, 2001b, p. 196).

O trabalho infantil na infância e depois na adolescência perdidas, através do trabalho infantil são evidenciadas em todos os pesquisados, quando se referem à idade em que iniciaram o trabalho na lavoura, 5 iniciaram quando criança e 5 na adolescência. Épocas furtadas em que nenhum destes sujeitos, mesmo, na tenra idade, teve o direito da escolha entre o estudo e o trabalho ou entre, o brincar e o trabalhar e, que mesmo na atualidade, não possui o direito a uma vida digna.

Este fato é ainda comum nos dias atuais, de acordo com o IBGE/2006 1.961 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos estão desenvolvendo atividades na área agrícola no país.

Em princípio, o trabalho precoce compromete as possibilidades de uma criança ser criança e de o adolescente ser adolescente - fases da vida preciosas e insubstituíveis no desenvolvimento das potencialidades. [...] o trabalho condenável que castra precoce e quase irreversivelmente as potencialidades de desenvolvimento humano [...]. (CARVALHO, 1997, p.108).

Todos os 10 entrevistados revelaram que acordam muito cedo para se organizarem para ir ao trabalho, e com retorno no final da tarde ou ao anoitecer. Desta forma dedicam-se de 13 a 14 horas por dia com as atividades de trabalho e, no trajeto de ida e vinda do mesmo.

Quanto as atividades realizadas dentro do lar dos 10 sujeitos pesquisados, 2 mulheres declaram receber ajuda nas atividades do lar e as outras 4 declararam realizar as atividades sozinhas. Quanto aos homens 3 afirmaram realizar as atividades domésticas sem ajuda e apenas 1 recebe apoio.

O restante do dia o trabalhador fica envolvido com os cuidados com as roupas, alimentação e os cuidados com a casa. A realidade do processo de trabalho no meio rural permeada pelas relações capitalistas de produção, é desenvolvida de forma padronizada, de modo que, submete todos os trabalhadores, à situação em questão, ao mesmo tipo de espoliação independentemente do local que estejam.

Acordo as 4 hora , levanto, faço comê, as veis requento e vou pro ponto as 5, o ônibus passa as 5:10, chego no serviço até 6:40. Já como um poço, as 7 hora começo [...]. De tarde chego 5:30, tiro a ropa, lavo na mão, não deixo a cumpanheira lavá, pego tomo banho, descanso e janto e 8:30 vo dormir. (Carlos).

A assertiva de Alessi e Navarro (1997, p.128), confirma o depoimento acima:

Podemos dizer que o processo de trabalho ao qual está submetido o cortador de cana-de-açúcar inicia-se a partir do momento em que ele acorda e começa a se preparar para embarcar no caminho que o levará até a lavoura. Inicialmente deve preparar as refeições que fará durante o dia, vestir-se e providenciar seus instrumentos de trabalho. O final do processo vai se dar com o seu retorno ao lar (casa, alojamento ou pensão) depois de cumprir outras tarefas necessárias à sua reprodução, tais como: alimentação, limpeza da casa, cuidados com vestuário pessoal e da família, higiene pessoal e cuidados com os instrumentos de trabalho. Só então estará livre para o descanso mínimo necessário para, no dia seguinte, reiniciar a mesma jornada.

[...] descanso, janto e 8:30 vo dormir (Carlos).

As relações capitalistas de produção inferem ao trabalhador não só a transformação de sua força de trabalho em mercadoria, a exploração da mais-valia e uma condição de vida excludente, mas, domina todo o modo de vida do trabalhador, se apropriando não só do tempo de trabalho do trabalhador, mas, também de seu tempo livre. Com apenas uma folga semanal, os trabalhadores rurais entrevistados demonstram viver apenas para o trabalho fato confirmado pelos trabalhadores que descrevem mecanicamente suas poucas horas de descanso, mas totalmente voltadas ao trabalho.

3.4.2 O trabalho única forma de reprodução social e única forma de sobrevivência da população que vive do trabalho

Dos 10 entrevistados, 8 pessoas que se igualam nas desigualdades, que coletivamente produzem a riqueza, que em seguida é privatizada. Mas, não perde o sentimento de solidariedade e a riqueza do cuidado com o outro.

[...] na roça a gente é livre, no arara é uma família bonita e unida. (Luiza)

[...] já tive chance de saí dessa vida [...] mas na roça a gente tem mais liberdade, eu gosto, eu preciso ta no meio de gente. Na roça sempre tem alguém para dividir com a gente a marmita. (Catarina)

Dos pesquisados, 3 trabalhadores pertenciam ao estado do Piauí e dos 3 apenas 1 trabalhava para junto com os familiares em terra arrendada no estado Piauí, mas cultivavam para o consumo próprio.

Nestes 3 casos a busca por melhores rendas e trabalho para a sobrevivência foi o motivo que causou o distanciamento físico dos familiares. Conforme os depoimentos dos trabalhadores migrantes, quando questionados sobre o motivo da vinda para Guáira.

Salário melhor, por que lá trabalhava para comer. (Carlos)

Tava trabalhando na construção em São Paulo, mas, o negócio da gente é na lavoura, depois vim pra Guáira e também por causa do seguro que paga no final de ano. (Conrado)

Dentre os 10 entrevistados as atividades de lazer que disseram ter acesso: 3 disseram que iam ao forró, 1, ao bar e 6 não saiam de casa. As atividades de lazer desenvolvidas pelos trabalhadores, são praticamente inexistentes, a grande maioria vive apenas para o trabalho. O trabalho como forma de produção e reprodução social, torna-se para alguns trabalhadores a única forma de divertimento e lazer.

[...] na roça é bom a gente se diverti [...] (Luiza)

Não tem lazer não, o lazer é chegar da roça toma um banho e lavar a roupa suja - é migrante e divide a moradia com outros 3 companheiros - (Conrado)

3.4.3 As conseqüências do trabalho refletido na saúde do trabalhador Rural e nas suas condições de vida

Dos pesquisados, 10 entrevistados todos declararam ter adoecido, 3 disseram já ter adoecido, mas, as doenças não eram referentes ao trabalho que desenvolviam

Scopinho (2000, p. 109) discorre que:

[...] a política de gestão de recursos humanos do setor sucroalcooleiro em muito contribui para que os trabalhadores não reconheçam a saúde como processo social, mediado também por questões de ordem econômica e política, e um direito básico de cidadania. Eles tratam a saúde como questão estritamente biológica, individual e curativa, isenta de relações com seus modos específicos de trabalhar e viver, apesar de ser o próprio corpo o único bem que possuem.

Outros 4 trabalhadores afirmaram já terem se ferido na execução do trabalho ou seja, já tiveram acidentes de trabalho.

Já, os outros 3 entrevistados que eram trabalhadores do corte de cana, reconhecem que adoeceram devido as atividades laborais que desenvolviam.

[...] um dia senti tanta cãibra, depois de cortar 6 tonelada de corte cruzado (Silvio)

O resultado do trabalho reflete nas condições de moradia, na qualidade da alimentação, de vestuário e calçados do trabalhador rural.

A questão da habitação é outra dificuldade encontrada pelos trabalhadores rurais que nasceram em Guaíra ou no Estado de São Paulo, em que apenas 1 dos pesquisados disse possuir casa própria, 1 reside em casa cedida, 4 pessoas afirmaram pagar financiamento e 1 paga aluguel.

Entre os trabalhadores migrantes os 3 declararam residir em casa de aluguel.

O direito a moradia para o trabalhador rural, diante da escassez de recursos adquiridos, através do trabalho, passa ser visto como sinônimo de sorte ou de presente. Esta ideologia forjada e reforçada pelo discurso político eleitoral é nítida na fala que revela dor e lágrimas na trabalhadora que sonha com o “presente” da casa própria.

Eu sempre morei na Guaíra desde que nasci, e nunca “ganhei” uma casa, esses políticos só promete que vai dá e chega na hora nem lembra da gente. Eu peço a Deus, quem sabe, de um dia ter sorte [enche os olhos de lágrimas, em seguida, os limpa com as mãos rachadas, onde se pode notar a pele grossa, os calos que surgiram devido o uso constante dos instrumentos de trabalho, resultado da rudeza do trabalho (Catarina)

O desrespeito aos direitos do ser humano é tão freqüente nesta categoria de trabalhadores, que a trabalhadora não vê no poder público a responsabilidade por garantir o direito à moradia, acaba por apelar à divindade o poder de presenteá-la com o sonho da casa própria. Recorremos a importante reflexão efetuada por

Marx (2003, p. 458) de que “Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo.”

3.5 Trabalho rural e condições de alimentação

Conforme os depoimentos de 7 pessoas revelaram ingerir uma alimentação baseada em arroz, feijão e carne.

Outras 2 entrevistados disseram preferi levar pães ou roscas, no lugar de arroz e feijão, pois, não gostam de “comida fria”. Apenas 1 pesquisado revelou que ingeria uma alimentação diferenciada.

[...] as vezes o arroz, feijão, peixe, às vezes só levava arroz e ovo.
(Silvio)

“Para a economista Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRJ, os 72 milhões de pessoas em insegurança alimentar mostram que o contingente de pessoas abaixo da linha de indigência sem dinheiro para consumir uma dieta de 2.200 calorias diárias é superior ao estimado pelo governo.” (SOARES; GOMIDE, 2006) .

Sobre a aquisição de vestuário apenas 2 pesquisados disseram realizar compras de roupas 2 vezes ao ano, já, 8 sujeitos disseram que faz uso de roupas doadas.

Consideramos como despesas fixas os gastos que envolviam a habitação, alimentação, energia, água, medicamentos, vestimentas e gás de cozinha.

A grande maioria dos sujeitos pesquisados 8 se via obrigada a dispor de 60 a 100% de sua renda com as despesas fixas e mesmo assim não era suficiente para sobrevivência de toda a família. Sant’Ana, (2006, p. 171-190) ratifica a questão acima e demonstra que esta situação, não é uma exceção imposta a determinadas regiões e sim, uma regra “[...] desrespeito aos direitos trabalhistas e às normas de segurança no trabalho. A isto combina-se a pobreza, a miséria e a falta de condições mínimas para exercício da cidadania deste segmento social.”

Em relação ao Trabalho, Condições de vida e Política de Assistência Social, as precárias condições de vida do trabalhador revelada acima, resultado da exploração do capital sobre o trabalhador o “empurra” literalmente para a assistência social que será buscada sempre com o objetivo de sanar as necessidades básicas que o seu trabalho não possibilita o acesso.

Os Tipos de serviços que o usuário recorre à assistência social, relataram que os depoimentos revelam quais os serviços que os pesquisados procuram na assistência social do município de Guaíra/SP.

Dos pesquisados 9 pessoas revelaram que procuraram a política de assistência.

[...] fui pedir a cesta básica, tava faltando alimento” (Conrado)

Apenas 1, revelou ter ido em busca de cesta de alimentos e outros serviços.

A cesta básica, viagem para fazer exame de paternidade o bolsa família, pagamento de força, de água, ah! A renda cidadã (Clotilde)

A ênfase da Qualidade do atendimento na assistência social assevera que:

Sobre a qualidade do atendimento recebido no Órgão Gestor de assistência, 6 pessoas disseram que foi “bom”.

Outros 2 entrevistados declararam que

[...] foi ótimo (Luiza)

O atendimento oferecido pelo Órgão Gestor aparenta ser bom sob a ótica dos usuários, pois a maioria dos entrevistados declarou em seus depoimentos.

Ainda, sobre a qualidade do atendimento na Coordenadoria de Assistência, 1 dos entrevistados disse ter sido “normal” e, o outro afirmou que foi “humilhante”

Normal, tirando o dia do stress das assistentes, no geral sempre fui bem atendido. (Clotilde)

De vez enquanto algumas gostam de humilhar a gente, lá não devia chamar promoção tinha que chamar humilhação. Às vezes eles deixa de

dar para alguém que precisa de verdade e, dão para quem não precisa, gente até que vende a cesta básica (Suzeti)

Sobre o relacionamento do assistente social e o trabalhador rural assalariado usuário da assistência, Santana e Sant'Ana (2005, p. 117-132) afirmam que “A grande dificuldade do serviço social é a percepção da particularidade da questão agrária como parte da questão social que envolve campo e cidade. O imbricamento das questões não é facilmente perceptível.”

Continuando a reflexão sobre a relação do profissional de serviço social e o usuário, ainda, apreende a política de assistência como um direito social apenas para os “desamparados”, fato conseqüente do surgimento e da história da assistência social neste país.

E, infelizmente preconizado na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º. “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (CRESS, 2006, p.178)

Desta forma, este profissional entende que o trabalhador rural por possuir uma renda e vínculo intermitente de trabalho não está na condição de “desamparado” – embora existam pesquisas que comprovam como também se constata nos limites deste trabalho – embora, esteja presente a insegurança da renda e do trabalho que aumentam a condição de pobreza deste cidadão.

É importante sublinhar que, o Significado para o usuário, do benefício oferecido na assistência social, expõe que:

Quando questionados sobre o significado do benefício da assistência em seu orçamento os 10 entrevistados foram unânimes em responder que era “uma boa ajuda”. E, destes, 2 sujeitos disseram que eram “gratos” pelo benefício recebido.

[...] me ajudou bastante, eu estava precisando e foi uma ajuda boa (Luiza)

Ajudou bastante, porque a gente quando recebe uma ajuda tem que agradecer. (Conrado)

Os 10 entrevistados demonstram em seus depoimentos a imagem que a política pública de assistência social, ou seja, do programa Plantão social é refletida no município. A imagem desta, não se reflete como um local que garante um **direito ou seguro social**, mas, como um **favor, ajuda um espaço onde ficam as mocinhas boazinhas – às vezes – ou as mocinhas ruins**.

A relação de ajuda existente entre o profissional de serviço social e o trabalhador deve passar por uma “[...] releitura da prática profissional ao nível da assistência social, não mais entendida como assistencialista, paternalista ou tuteladora, mas uma prática que imponha a condição de cidadão atendido pelas políticas sociais brasileiras.” (MARTINS, 1993, p. 40-50)

A cesta de alimentos oferecida através da política de assistência social demonstra ser insuficiente para assegurar o “básico” ao usuário que dela necessita. Diante disso, questiona-se que a cesta de alimentos oferecida pela política de assistência é um “direito”, mas, que direito é esse, que não é suficiente para garantir a segurança alimentar do trabalhador e nem tão pouco de sua família?

Sabemos que esta questão está imbricada ao modelo de política de assistência idealizada pela elite brasileira e por um estado neoliberal, que propõe políticas sociais pontuais.

Estas reflexões parecem nos depoimentos abaixo.

A cesta básica é uma ajuda, pois quando eu pego, fico pelejando, tentando segurar pra vê se dá até no fim do mês. Mas, tem que comprar mais alguma coisa, pasta, papel higiênico, uma mistura às vezes. (Catarina)

Sobre a participação dos pesquisados nas atividades desenvolvidas pela assistência social

Dos 10 entrevistados, 6 disseram não participar e 4 disseram ter participado de algumas atividades.

A fala dos entrevistados sobre o que acontece nas reuniões, encontros e outras atividades desenvolvidas por esta política 2 pessoas revelaram que era “divertido” e “descontraído”, outras 2 além de acharem divertido, sentiam-se bem com as atividades.

[...] os curso foi bom era divertido, [...] não dava nem vontade de vim embora as hora passava rápido. (Suzeti)

Gostava das reuniões e curso, era bom, lembrava o tempo de infância, orientava, sobre filho sobre informação de droga, bebida eu gostava. (Catarina)

Nos depoimentos acima os entrevistados estão fazendo referência às atividades realizadas com as famílias participantes do Bolsa Família e do Renda cidadã.

Acerca do que acontecia nas atividades realizadas pela assistência

Dos 10 entrevistados, 4 quatro haviam participado de cursos, 2 revelaram ter realizado cursos, outros 2 participaram de reuniões.

Avaliando o depoimento efetuado pelos trabalhadores rurais que participaram de cursos oferecidos pela política de assistência, reportamo-nos as reflexões efetuadas pela equipe do órgão gestor da assistência, que acredita nos cursos oferecidos como forma de socialização, informação e oportunizar espaços de reflexão sobre a realidade vivida por esta população.

Particpei de 2 curso a gente batia papo, aprendia a fazer torta, os bolo e sempre que tinha o curso tinha o certificado na mão. (Clotilde)

Acontecia que era bem proveitoso, sempre que tem eu vou (Luiza)

Das 4 pessoas que revelaram participar das atividades apenas 3 disseram o que achavam destas atividades.

Serviu porque eu percebi que eu estava certa do jeito que eu ensinava pros meus filhos, que é importante levar informação certa pras criança, que não pode menti para os filho da gente, se não eles perdi a confiança nos pai. (Catarina)

Eu achava ótimo porque tinha um lugar para a gente fazer as atividade e estar descontraindo a mente (Clotilde)

Em relação ao Trabalho e perspectiva de vida

Os pesquisados disseram sobre o que esperavam para o futuro

Dos 10 sujeitos entrevistados, 3 deles disseram que esperavam que continuasse tendo trabalho. Um dos pesquisado afirmou sua esperança nos estudos, já, os outros 4, demonstraram total ausência de expectativa no futuro, e 2 pessoas esperam pela conquista da casa própria.

[...] quero chegar aos 40 e ter recurso para comprar uma casa [...] (Carlos)

Ter uma casa boa (Carla)

Para os outros 3 o futuro está no trabalho como direito e como alternativa de sobrevivência, pois o trabalho mesmo em condições tão adversas, ainda é a única forma de reprodução social.

Que não falte trabalho, não faltando trabalho a gente se vira, aqui em casa agora também tem desempregado. (Luiza)

Eu penso que todo mundo tem que trabalhar, para que um dia ter alguma coisa pra deixar pra família. (Conrado).

Apenas 1 deles acredita que o futuro está no estudo.

Penso em ser um bom professor de educação física, para dar exemplo para os meus filhos, quero que eles vejam o exemplo do pai e busquem o melhor (Silvio)

De todos os entrevistados Sílvio, foi o único que havia recorrido aos estudos.

Com um esforço descomunal, ele trabalhou o ano de 2007 inteiro no corte de cana e cursou o primeiro ano da faculdade de educação física. Sílvio é professor de Kung Fú, no município e oferece aulas gratuitamente à população.

Durante um determinado período Silvio desenvolveu ginástica laboral aos companheiros de trabalho gratuitamente, afirmou em seu depoimento que quando solicitou junto à usina o pagamento pelas atividades, esta lhe foi negada.

Sílvio teve que interromper a faculdade de educação física devido ao cansaço e também aos poucos recursos financeiros. Ele confessa recolher material nos lixos, para vender à usina de reciclagem e assim, obter mais recursos financeiros para auxiliar nas despesas com a família.

O depoimento de Sílvio otimista e carregado de resiliência nos leva a refletir sobre quanto um ser humano é capaz de suportar e continuar acreditando.

Mesmo com todas as condições objetivas que contrariam as expectativas de Sílvio, as condições subjetivas parecem resistir.

As 4 pessoas que revelaram nas falas ou até mesmo, no silêncio, a ausência de expectativa para o futuro.

Nestas situações as condições objetivas parecem determinar a ausência de expectativa

Não sei... [silencia-se, abaixa o olhar para o chão e permanece alguns segundos em total silêncio, em seguida volta o olhar para a pesquisadora sem responde mais nada.] (João)

Sair andando pro mundo..., sem fazer nada... [(Sebastiana)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procura contribuir para a compreensão da questão agrária no Brasil, que se agrava a cada dia e perpassa principalmente por três motes: as políticas econômicas, a fundiária e a agrícola que representam respectivamente a opção econômica do Estado pelo agronegócio, à proteção e garantia do mesmo à contínua concentração de terras nas mãos do grande capital e a ineficiência e descaso do poder público para inibir a sucessiva exclusão do trabalhador rural de seu meio de trabalho. Aponta por fim, a questão agrária como parte preponderante da questão social.

A busca histórica fundamentada nas legislações brasileiras se deu como forma de apreensão da questão agrária contemporânea que embora, tenham-se passados séculos do início da colonização portuguesa sobre este país, ainda é perceptível a influência desta, na questão agrária. Aponta que a construção de um modelo econômico baseado na agricultura, na exportação e na monocultura possibilitou a dependência econômica do país do mercado externo, aliados a escravização e o descarte do povo negro da terra expondo-os a miséria e a exclusão social.

A história mais uma vez se repete, aparentada com nomes modernos de desenvolvimento, agronegócio aliados à tecnologia poupadora de mão-de-obra exploram, expulsam e expõem a miséria e a exclusão social os trabalhadores da terra em favor do acúmulo do capital.

Sob a égide do poder do Estado foi perpetuado por meio das 6 Constituições brasileiras a garantia de direitos da elite brasileira e nessas, também, se percebe que as acanhadas alterações realizadas foram formas de amenizar as pressões da população e acalmar os movimentos de luta pela terra que sempre se fizeram presentes no meio rural brasileiro. Do Estatuto da Terra em 1964 até a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária/2004 percebe-se o agravamento da questão agrária no país com

[...] a nova fase da expansão do agronegócio gera a ampliação do “setor de subsistência” – uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. Isto repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária, [...]. (DELGADO, 20054, p. 68).

A estrutura fundiária apresentada no Plano revelou os dados da concentração de terra no país que era de 0,8 e se apresentou maior que a concentração de renda na época (0,6). Os dados desta concentração no país é um verdadeiro acinte ao povo brasileiro, nela se aponta o poder da grande propriedade que detém mais de 132 milhões de ha abrigando a média de 32 mil imóveis. Em contrapartida a pequena propriedade usufrui de somente 12% de área que corresponde a um pouco mais de 50 milhões de hectares, no entanto, compreende mais de 3 milhões de imóveis no país.

Outro fato indigno é que em 2003 apenas 30% das grandes propriedades foram classificadas como produtivas. (INCRA, 2003 Apud OLIVEIRA; STÉDILE 2004, p. 13) e o restante (70%) deve servir para a especulação financeira, pois não geram empregos e nem produzem alimentos, mas, a Lei da proteção a propriedade sobrepõe sobre a Lei da função social da terra.

As disparidades ficam mais acentuadas quando analisamos as peculiaridades de cada grande região do país, onde podemos destacar que na região Norte, Centro-Oeste e Sudeste de 1996 a 2006 teve um relevante aumento nas áreas da fronteira agrícola seguida por perdas de áreas de pastagens e 493.285 mil trabalhadores da área rural destas regiões perderam postos de trabalho. Sem contar que nas duas primeiras regiões citadas a fronteira agrícola avançou sobre áreas de preservação ambiental.

No Norte nos deparamos com o grande índice de trabalhadores rurais subjugados pelo trabalho análogo ao de escravo, de onde foi libertado 36,5%, o maior índice do país no ano de 2005 e 2007.

O Centro-Oeste se desponta como a região onde se concentram o maior índice de grande propriedade, pois 73% das propriedades na região possuem acima de 15 módulos fiscais. No nordeste é relevante o grande índice de conflitos pelo acesso a terra, pelo uso de recursos hídricos e também, 59,9% das roças destruídas no país estava nesta região. O grande índice de conflitos pode ser justificado, talvez, por ser esta região detentora do maior número de trabalhadores na área agrícola com 7.686.806 milhões de acordo com IBGE/2006 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online)

O sudeste apresenta-se como a região em que 54,1% das pessoas que desenvolvem atividade na área agrícola estavam sem registro em carteira no ano de 2004. (DIEESE, 2004). No Sul ressalta-se a prevalência da pequena propriedade,

onde 40,5% dos imóveis estavam abaixo de 4 módulos fiscais (INCRA, 2006 apud DIEESE, 2006).

A questão que iguala todas as regiões é a freqüente expulsão da mão-de-obra do campo: somente em uma década foram expulsos 1.516.162 milhões de trabalhadores e, em contra partida nesta mesma década apareceram 344.265 mil imóveis rurais em todo país, aumentando uma área de 125.429 hectares. O IBGE 2006 afirma que a população residente no campo nesse período era de 31.294.000 milhões, equivalendo a 16,7% da população do país.

Com o lançamento do Plano Nacional da Reforma Agrária no ano de 2004, o Governo “reconhece” oficialmente que o empobrecimento da população rural e de grande parte da residente nas cidades é resultado do não acesso a terra. Perfilha que “a elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem as relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizada em um a modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico.” (BRASIL, 2004, p. 11)

O Plano elegeu metas a serem cumpridas em 4 anos assentar 520 mil famílias e regularizar titulações de 1 milhão posses de boa fé de até 100 hectares em 8 anos. O público a ser atendido pelo Plano eram prioritariamente os trabalhadores rurais sem terras e trabalhadores agrícolas pluriativos e desocupados residentes também em áreas urbanas, os remanescentes de quilombos, a população ribeirinha, os atingidos por barragens e por infra-estrutura e estabeleceu o princípio de igualdade de gênero no momento da titulação da terra.

A questão muito criticada e contestada no Plano por Oliveira (2007) foi a meta de assentamentos lançada pelo Governo que deveria em 4 anos assentar 900 mil famílias e, no entanto, apenas 42% desta meta foi alcançada. Quanto aos assentamentos resultante de desapropriação da grande propriedade improdutiva apenas, 79.298 mil famílias foram atendidas.

A regularização fundiária também foi meta governamental não cumprida Oliveira (2008) afirma que ocorreram apenas 39.221 regularizações, contra a meta de 500 mil em 4 anos.

As críticas aumentam sobre os compromissos assumidos pelo o Governo com os remanescentes quilombolas, a Comissão pró-índio de São Paulo efetua denúncia sobre o aumento da burocratização que poderá possibilitar inviabilizar e provocar a lentidão do processo de titulação das comunidades quilombolas e, de acordo com a

Fundação Palmares foram mapeadas 3.524 comunidades quilombola, mas, acreditam que possa haver até 5 mil comunidades e apenas 6 comunidades foram tituladas no Governo LULA.

O trabalho infantil continua presente na zona rural brasileira o IBGE constatou que em 2004, 20% das crianças que residiam na zona rural trabalhavam e em 2006 este percentual baixou apenas 3,9%. (IBGE, 2006 apud DIEESE, 2008, p.118)

A implantação integral do Plano tem sido suprimida e o que se observa é o crescente poder e controle da economia do Agronegócio no país, que privilegia o grande capital nacional e estrangeiro, ademais, aliado ao controle de todo o processo da produção na agricultura, que se inicia através das montagens de usinas, no controle e armazenamento dos alimentos, na distribuição dos produtos, na produção de sementes e agrotóxicos, na aquisição de grandes parcela de terras nacional e prossegue na apropriação da tecnologia e na produção do conhecimento científico construído e financiado com recursos públicos do e as grandes propriedades e dissemina a internacionalização das terras brasileiras. (SILVA, 2008). O cenário da produção agrícola se deteriora quando se acopla à política dos biocombustíveis que tem na cana-de-açúcar, mais especificamente no etanol o seu “carro chefe”. Dentre os produtos do biocombustíveis a cana-de-açúcar de acordo com Brasil ([2008], online) já é responsável por 18% da matriz energética do país e certamente é o mais questionado, devido o grande impacto ambiental que esta cultura provoca; seu constante avanço sobre matas nativas, áreas de pastagens e cerrados, além de estar pressionando a fronteira agrícola sobre a Amazônia. Cresce diariamente as denúncias do desrespeito na produção da cana; como o seu plantio em nascentes de lagos e rios, como a poluição de cursos de rios e dos lençóis freáticos e a salinização dos solos com o descarte do vinhoto (Silva, 2008). O descaso às pesquisas sobre os impactos ambientais e as queimadas que provocam doenças com as fuligens e cinzas à população rural e urbana. Outro fator polêmico sobre o etanol é o discurso de energia “limpa”, que segundo pesquisas de Allen e Cardoso (2007 apud SILVA, 2008) provam que o uso do etanol não minimiza o efeito estufa, apenas não interfere.

O cultivo da cana-de-açúcar em grande escala tem provocado a substituição de áreas destinadas ao cultivo de alimentos, sendo utilizadas para à produção da cana que tem colocado em risco a soberania alimentar do país. Entretanto, as metas definidas pelo Ministério da Agricultura para o ano de 2023 para o cultivo de

3,5 milhões de hectares de terras de cana plantados. Quanto a produção de arroz nos 17 últimos anos já perdeu 1.236 mil hectares de área e o feijão 1.174 mil hectares de acordo com IBGE/2006 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online), no entanto, o Ministério de Minas e Energia (2007) afirma que o crescimento da agroenergia não afetará a produção de alimentos. Esta afirmação pode ser verídica no tocante aos produtos do biodiesel (mamona, girassol, nabo-forrageiro, dendê, amendoim, algodão etc...), mas, a cana-de-açúcar tem se apresentado diferentemente.

A produção da cana-de-açúcar não poderia provocar situação pior à população que sobrevive do trabalho rural, que não fosse, a excessiva exploração da mão-de-obra, da intensificação e a “articulação da mais-valia absoluta e a relativa” (IAMAMOTO, 2001b, p.138), a precarização ainda maior das relações e contratos de trabalho, aumento do desrespeito aos direitos humanos, a jornada de trabalho desgastante que adocece e chega a levar a morte o trabalhador rural assalariado, além, da expulsão do pequeno produtor de suas terras.

Neste processo constante de exploração capitalista em que o poder e o interesse da grande propriedade privada estão acima das garantias mínimas de sobrevivência do homem que vive do trabalho da terra e acentua diariamente as perdas, a descaracterização e a miséria deste trabalhador.

Este fato não tem absolutamente nada de novo, pois, de acordo com o pensamento de Maranhão (2006, 21) “[...] a dinâmica de empobrecer e alienar os trabalhadores diante da riqueza social que eles produzem é uma das características fundamentais do modo de produção capitalista [...] e que [...] a produção da mais-valia subordina todas as outras necessidades, [...]”

E, neste contexto está a Política de Assistência Social que vem delineando sua marca desde a aprovação da Constituição de 1988 em que obteve status de Política pública de Seguridade Social e com orçamento financiado por toda a população brasileira. A aprovação da LOAS em 1993 regulamentou a execução da assistência de forma descentralizada e participativa entre o poder público - nas três esferas de governos - e sociedade civil. A definição de programas, projetos, serviços e benefícios possibilitaram a organização das atividades desenvolvidas por esta política pública em todo o país, ademais a participação dos organismos de controle social (conselhos, fóruns, conferências e outros).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) proposto a partir de 2005 traz como principais eixos a matricialidade sóciofamiliar a territorialidade, os direitos sóciosassistenciais e a participação popular através do usuário desta política. O Sistema único definiu as funções da política de assistência que é de garantir a proteção social, vigilância e defesa socioassistencial que estão sendo implantados no país.

A política de assistência social do Governo federal nos últimos 8 anos, tem se efetivado por meio de programas de transferências de rendas e de acordo com Maranhão (2006) produz efeitos imediatos de consumo nos lares empobrecidos, possibilitando o acesso a produtos de necessidades básicas, como também, aos produtos que o sistema capitalista impõe como consumo de extrema necessidade. Entretanto, não permite a alteração de sua condição real de vida – a condição habitacional, a qualidade de alimentação e de educação etc... – que poderia vir com o acesso ao trabalho bem remunerado e constante.

Entendemos que a política de assistência social deveria ser uma política que só se realizasse quando propiciasse o acesso de seus usuários a uma outra política, - como à política de emprego - mas, Sitcovsky (2006) afirma que esta política tem assumindo o papel de “centralidade” e não mais de “acesso”, transformando-se assim em um “fetiche social” Mota (2006)

Estas questões perpassam por toda a política de assistência social desenvolvida no território nacional, sendo percebida diretamente nos municípios brasileiro.

A cidade de Guaíra localizada ao norte do Estado de São Paulo, onde se constatam “ elevados índices de riqueza, no entanto, possui 42% da população cuja renda familiar é inferior a 02 salários mínimos” (GUAÍRA, 2006/2009, p. 3)

Segundo dados da Fundação SEADE/2006 o município ocupa o “19º em Baixo Desenvolvimento e classificado no grupo 2, que são os municípios com níveis de riqueza elevados, não exhibe bons indicadores sociais.” (GUAÍRA, 2006/2009, p. 3)

A agricultura sempre foi o seu alicerce econômico, o cultivo de produtos como o feijão, tomate, legumes e outros eram empregos e fontes de rendas para inúmeros trabalhadores rurais assalariados em Guaíra.

A implantação da política pública municipal de assistência a partir de 1989 revela a face da pobreza e exclusão que muitos moradores deste município viviam.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho que atingiram a população guairense tanto no meio urbano como no meio rural, provocados pelo crescimento do agronegócio - da cana-de-açúcar que em 2007 estava com uma área plantada de 38.500 mil hectares e a soja com 33 mil hectares - aliados ao aumento do uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra no município. Diante do histórico de formação do município de Guaíra e o desenvolvimento de sua economia é correto afirmar que o trabalho rural inferiu diretamente na implantação e no desenvolvimento da política municipal de assistência social.

O depoimento de Helena (2007) define que no início da implantação das atividades da assistência os principais usuários tinham como profissão o “trabalho rural”. Este dado não é isolado nesta região, a pesquisa de Sant’Ana (2007) realizada com 11 profissionais de serviço social em 8 regiões administrativas definidas como macro-região de Ribeirão Preto localizadas ao nordeste do Estado de São Paulo assegura que o trabalhador rural é o principal recorrente à política de assistência social.

A pesquisadora ratifica que “A questão agrária é [...] uma particularidade da questão social [...]” (SANT’ANA, [2007], p. 2) nestes municípios, embora isto não seja focalizado nos planos de assistência social.

Em Guaíra a situação não foge a regra depoimento de Helena (2007) define que no início da implantação das atividades da assistência os principais usuários tinham como profissão o “trabalho rural” e, no entanto não se desenvolvem ações que focalizem diretamente o trabalhador rural assalariado, devido à dificuldade em relacionar trabalho rural e assistência social e, muitas vezes, não relacionam mundo do trabalho, pobreza e assistência social. Da mesma maneira não inter-relacionam trabalho e condição de vida, mas de acordo com o resultado da investigação realizada comprova-se que 79,41% dos pesquisados usuários da política de assistência social deste município utilizam de 10% a 60% de suas rendas em despesas fixas. Ademais, o fato de que 66,67% - 68 das famílias percebem renda de ½ salário mínimo a 1 salário e ½. E que não possuem o direito a casa própria e destes, se vêem obrigados a dispor da renda para pagamento de aluguel.

Diante dos dados apresentados se pode observar que a condição de vida dos trabalhadores rurais assalariados usuários da política de assistência social de Guaíra-SP., é de extrema vulnerabilidade social, onde se inclui a pobreza extrema, a

exclusão, a ausência de direitos essenciais como trabalhar, morar e comer com dignidade.

A relevância da política de assistência social na condição de vida dos trabalhadores rurais assalariados fica evidente, através dos percentuais dos programas sociais na renda familiar dos mesmos. Ademais, algumas famílias só podem contar com os mesmos para a sobrevivência diante da falta de trabalho e a baixa remuneração na lavoura.

Estas considerações são de extrema importância ao profissional de Serviço social, mediador do processo entre usuário e assistência, responsável por implantar, e desenvolver política de assistência. Na descrição dos programas sociais ficou evidente que este profissional não possui total autonomia em determinados programas, mas, não se pode dizer também que os mesmos, não possuem autonomia alguma.

Os dados da pesquisa evidenciaram a questão agrária como uma das múltiplas expressões da realidade da questão social em Guaíra/SP. O resultado da pesquisa contribui para a intervenção do profissional de serviço social nesta realidade carregada de desigualdade, sofrimento, perdas e principalmente desafios. Porém, os dados apresentados podem instigar o profissional de serviço social a lutar por direitos, a garantir a participação do usuário nos espaços de decisões desta política pública, por meio de conselhos municipais, fóruns, conferências e outros. Assim, o profissional desta área deve, sobretudo, proporcionar aos trabalhadores acesso aos benefícios oferecidos pelos programas sociais e oportunizar a esta categoria espaços para convivência e socialização, por meio de um processo contínuo de reflexão crítica sobre a realidade em que vivem.

Desta forma, pretende-se, com o trabalho social, estimular o desenvolvimento de uma consciência crítica e fortalecer a organização da população.

REFERÊNCIAS

ABRA. **Qual é a questão agrária atual**: Associação Brasileira de Reforma de Reforma Agrária - 40 anos 1967–2007. São Paulo, 2007.

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lúcia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, suppl. 2, p. 111-121, 1997.

ANDRADE, Juliana. Os agricultores mais pobres são discriminados no acesso ao crédito, mostra IPEA. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/13/materia.2007-0413.7552764321/>>. Acesso em: 27 dez. 2008.

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

_____. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Idéias**, Campinas, ano 9, n. 2/ ano 10, n. 1, p. 13-24, 2002-2003.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. 25 mar. 1824. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 fev. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ministério de Minas e Energia. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Diretrizes da Política de Agroenergia 2006/2011**. 2005. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br>>. Acesso em: dez. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2004a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social**: orientações para Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protECAo-social-basica/paif/arquivo-2guia_1_snas_11_06_06-diagramada-versao-final.pdf/view>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004b. Disponível em: <http://www.renipac.org.br/pnas_2004.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. **Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel**. [2008]. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/>>. Acesso em: 2008.

CADERNO SUAS: Evolução dos Recursos dos Programas de Transferência de Renda. Brasília, DF: MDS, ano 3, n. 3, 2008. 30 p.

CADERNO SUAS: Financiamento da Assistência Social no Brasil. Brasília, DF: MDS, ano 2, n. 2, 2007. 36 p.

CADERNO SUAS: Sumário executivo do financiamento da Assistência Social no Brasil 2002 a 2004. Brasília, DF: MDS, ano 1, n. 1, 2005. 36 p.

CAMPOS, Edval Bernardino; MACIEL, Carlos Alberto. Conselhos Paritários: o enigma da participação e da construção democrática. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 143-155, nov. 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, p. 123-130, dez. 2006. edição especial.

_____. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 105-113, nov. 1997.

CASA DE AGRICULTURA DE GUAÍRA. **Relatórios: 1998-2007.**

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Placar das titulações.** Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/terras/asp/uf>>. Acesso em: 31 out. 2008.

COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 83, p. 63-82, set. 2005. Edição especial.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra.** [2008]. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/>>. Acesso em: 2007/2008.

CRESS-9ª Região. (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) Assistente Social. São Paulo, 2006.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária no Brasil:** perspectiva histórica e configuração atual. Editado por Luiz Octávio Ramos Filho e Osvaldo Aly Júnior, - São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DIEESE. NEAD. **Estatísticas do meio rural:** 2006. São Paulo: DIEESE, 2006. 276p.

_____. **Estatísticas do meio rural:** 2008. 3. ed. Brasília, DF: MDA : DIEESE, 2008. 280 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/estatisticasMeioRural2008.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2008.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. As políticas brasileiras de seguridade social: assistência social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: políticas sociais setoriais e por segmento.** Mod. 3. Brasília, DF: Ed. UNB, 1999.

FREITAS, Marcelo Borba de. **Águas que correm pelos Sertões do Caiapó:** história de Guaíra do século XIX a 1980. Jaboticabal: [s. n.], 2004.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Galeano de Freitas, 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa?** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOUVEIA, Maria das Graças de. (Org.). **Plantão social para a cidadania.** Taubaté: Cabral Editora : Livraria Universitária, 2003.

GUAÍRA. **Demonstrativos Financeiros das Ações de Assistência Social Desenvolvidas nos Exercícios 2006, 2007 e 2008.** Guaira, 2008.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social.** Guáira, 2001.

_____. **Plano Plurianual.** Guáira, 2002/2005.

_____. **Plano Plurianual.** Guáira, 2006/2009.

_____. Câmara Municipal. **Lei Ordinária Municipal nº 1.631:** criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar. Guáira, 1993.

_____. Câmara Municipal. **Lei Ordinária Municipal nº 1.707:** criou o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social. Guáira, 1996.

_____. **Serviço de Promoção Humana:** Cadastro Único. Guáira, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndios.** Apresentação de Antônio Houaiss. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, v. 24).

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano. 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001c.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **Trabalho e indivíduo social:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001a.

LÓPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 76-95, 2006. Edição especial.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado Política e sociedade. Recife: Ed. UFPE, 2006.

MARRECO, Juliana de Moraes. **Planejamento de longo prazo da expansão da oferta de energia elétrica no Brasil sob uma perspectiva da teoria das opções reais**. 2007. 136 f. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Lilia Christina de Oliveira. A relação assistente social-cliente na prática da assistência social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 1, p. 40-50, 1993.

MARX, Karl. **A acumulação primitiva do capital**. 2. ed. Porto: Escorpião, 1974.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 2008/2009.

_____. **Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=54>. Acesso em: 28 abr. 2009.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em: <<http://mme.gov.br>>. Acesso em: 2007/2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 2007/2009.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 102-125, mar. 1997.

MOTA, Ana Elizabete. O fetiche da assistência social: um debate necessário. In: _____. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado Política e sociedade**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

NAPOLITANO, Geraldo. **Conta gotas**. Guaíra, 1996. (produção própria).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; STÉDILE, João Pedro. O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária. In: FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2004, Rio de Janeiro. **Cartilha**. Rio de Janeiro: CONCRAB, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os números da Reforma Agrária do Governo Lula. **Rádioagência NP**, São Paulo, 27 fev. 2007. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/index.php?Itemid=43&id=2020&option=com_content&task=view>. Acesso em: 27 fev. 2007.

PADILHA, Miriam Damasceno. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado Política e sociedade**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

PIEROSSI, Marcelo. **Blog do agronegócio**. Disponível em: <<http://agribizz.blogspot.com/>>. Acesso em 11 nov. 2008.

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 2, p. 3- 16, apr./june 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PROGRAMA Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB. Disponível em: http://www.biodiesel.gov.br/docs/Folder_biodiesel_portugues_paginado.pdf>. Acesso em: 2008.

RESENDE, Cristiane Barbosa ; JOSÉ FILHO, Mário. A velhice, as velhices: um novo olhar para a questão. In: ENGLER, Helen Barbosa Raiz; SILVEIRA, Ubaldo. (Org.). **30 anos de Serviço Social**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2007.

SADER, Emir. Balanço do neoliberalismo. In: _____.; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANT’ANA, Raquel Santos. A neutralidade da ciência a favor do capital. **Serviço Social e Realidade**, Franca, n. 15, p. 175-190, 2006.

_____. **A questão agrária como particularidade da questão social: um debate a partir da problemática do trabalhador rural assalariado**. [2007]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luviguaire@hotmail.com> em 23 dez. 2008.

_____.; SANT’ANA, Antônio Lázaro. Serviço Social e a questão agrária. **Serviço Social e Realidade**, Franca, n. 14, p. 117-131, 2005.

SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar amargo**: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana atendidas pela política Pública de Assistência social no município de Pitangueira. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. Qualidade Total, Saúde e Trabalho: Uma Análise em Empresas Sucroalcooleiras Paulistas. **RAC**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 93-112, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_04/dwn/rac-v4-n1-ras.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do estado e dos movimentos sociais organizados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 7, p. 11-29, dez. 2004.

SILVA, Lucilia Firmino; SANT’ANA, Raquel dos Santos. O morador de rua do município de Guaíra e a Política de Assistência Social. In: ENGLER, Helen Barbosa Raiz; SILVEIRA, Ubaldo. (Org.). **30 anos de Serviço Social**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Agronegócio: a reinvenção da colônia. In: _____.; ALVES, Francisco; PEREIRA, José Carlos Alves. (Org.). **Agrocombustíveis: solução? a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: Edunesp, 2008.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

_____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. **Idéias**, Campinas, ano 9, n. 2/ano 10, n. 1, p. 25-64, 2003.

SITCOVSKY, Marcelo. As particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. MOTA, Ana Elisabete. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. Recife: Ed. UFPE, 2006.

SOARES, Pedro; GOMIDE, Raphael. Fome atinge 14 milhões de pessoas no país, diz IBGE. **Folhaonline**, São Paulo, 18 maio 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78678.shtml>>. Acesso em: 4 mar. 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 9-38, nov. 1997.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 96-112, 2006. edição especial.

STEIN, Rosa Helena. Descentralização e Assistência Social. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 20, out. 1997. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/assis/cnas2.html>>. Acesso em: set. 2008.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Ed. UEC, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, DF, ano. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA

Eu.....

Portadora do RG. nº....., autorizo a utilização do resultado de minha entrevista na Dissertação de Mestrado, cujo o tema é “ A Política de Assistência Social e o Trabalho Rural em Guáira”, realizada pela pesquisadora Lucilia Firmino Silva, aluna do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp Campus de Franca-SP.

Admito estar ciente que:

- a minha participação é voluntária,
- as entrevistas serão escritas e ficarão em posse do pesquisador,
- as informações obtidas serão utilizadas somente para finalidade de estudo para a citada pesquisa.
- autorizo que se publique o conteúdo da pesquisa, sem sofrer qualquer prejuízo.
- a pesquisadora poderá desistir em qualquer momento do uso do conteúdo da pesquisa sem sofrer qualquer prejuízo,

() não autorizo a identificação do meu nome na Dissertação de Mestrado.

() autorizo a identificação do meu nome na Dissertação de Mestrado.

Estou ciente e de acordo, desta forma firmo o presente termo.

Guáira, SP. / /

Nome do entrevistado

ANEXOS

**ANEXO A - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO
MIGRANTE**

NÚMERO FICHA:

1- ENDEREÇO

2- NOME DO ENTREVISTADO:

3-ESTADO CIVIL:

4- DATA NASCIMENTO:

5-ESCOLARIDADE:

6- CIDADE DE ORIGEM:.....ESTADO:

7-PROFISSÃO:.....OCUPAÇÃO ATUAL:

8-RENDA FAMILIAR: .

9- QUANTO TEMPO MORA NO MUNICÍPIO?

10-VOCÊ MORA COM SUA FAMÍLIA? ()sim ()não Em caso negativo: com quem reside?

11- ONDE MORA SUA FAMÍLIA ?

12- VOCÊ TEM FILHOS? ()SIM () NÃO Em caso afirmativo: QUANTOS? Qual a IDADE? Todos residem com o Sr(a)?

QUESTÃO : TRABALHO

13- QUAIS OS TIPOS DE SERVIÇO QUE VOCÊ REALIZOU NA LAVOURA?

14- QUAL A IDADE QUE VOCÊ COMEÇOU A TRABALHAR NA ROÇA?

15-POR QUE VOCÊ VEIO GUAIRA PARA TRABALHAR?

16 – QUAL ATIVIDADE QUE VOCÊ REALIZA ATUALMENTE?

17 – FALE UM POUCO DE SEU TRABALHO NA ROÇA, DA HORA QUE CHEGA ATÉ A HORA QUE VOLTA PARA CASA.

18- O QUE VOCÊ ACHA DO SEU TRABALHO?

19- VOCÊ TEM CARTEIRA ASSINADA? Há QUANTO TEMPO?

20 - VOCÊ JÁ TEVE ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE QUANDO TRABALHAVA?

21- O QUE VOCÊ ESPERA DO FUTURO EM RELAÇÃO A SEU TRABALHO?

QUESTÃO 2 : CONDIÇÕES DE VIDA

22 - COMO É PARA VOCÊ E (OU) SUA FAMÍLIA MORAR EM GUAÍRA?

23 – QUEM CUIDA DE SUA CASA, DE SUAS ROUPAS E DE SUA ALIMENTAÇÃO?

24 – QUANTO VOCÊ PAGA DE ALUGUÉL?

25 – QUANTO VOCÊ GASTA EM COMIDA? ROUPAS? CALÇADOS? ENERGIA? ÁGUA? REMÉDIOS?

26 – O QUE VOCÊ FAZ PARA SE DIVERTIR EM GUAÍRA?

27- ALGUMA VEZ VOCÊ OU SUA FAMÍLIA FICARAM DOENTES, DEPOIS QUE ESTÃO MORANDO EM GUAÍRA?

28 – O QUE VOCÊ PENSA PARA O SEU FUTURO E DE SUA FAMÍLIA?

QUESTÃO : POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

29- COMO VOCÊ CONHECEU O SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA?

30 – QUAL ATENDIMENTO QUE VOCÊ BUSCOU NO SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA?

31- QUANDO VOCÊ PROCUROU A ASSISTÊNCIA SOCIAL VOCÊ FOI ATENDIDO NO QUE SOLICITOU?

32 - QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE VOCÊ RECEBE OU JÁ RECEBEU DA ASSISTÊNCIA SOCIAL? VALORES?

33 - O QUE O SIGNIFICA EM SEU ORÇAMENTO O BENEFÍCIO QUE VOCÊ RECEBE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.?

34 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS PROGRAMAS DA PROMOÇÃO HUMANA? REUNIÕES? ENCONTROS? CURSOS?

35 - SE PARTICIPA. FALE UM POUCO SOBRE O QUE ACONTECE NAS REUNIÕES, ENCONTROS E CURSOS.

36 - QUAL O SIGNIFICADO PARA VOCÊ DOS CURSOS, REUNIÕES E ENCONTROS?

QUESTÃO: ASSISTENTE SOCIAL

37 - QUEM COSTUMA TE ATENDER NO SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA?

38 - COMO FOI O ATENDIMENTO?

39- COMO VOCÊ SE SENTE DEPOIS DO ATENDIMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL?

GUAÍRA-SP. JANEIRO 2008

**ANEXO B - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO
GUAIRENSE**

NÚMERO FICHA:

1- ENDEREÇO

2- NOME DO ENTREVISTADO:

ESTADO CIVIL: DATA NASCIMENTO:.....

3- CIDADE DE ORIGEM:.....ESTADO:

4-PROFISSÃO:.....FUNÇÃO TUAL:.....

5-COMPOSIÇÃO FAMILIAR.....

6-RENDA FAMILIAR:

7-VOCÊ MORA COM SUA FAMÍLIA?

()sim

()não

M CASO NEGATIVO: COM QUEM RESIDE?

8-COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

9- VOCÊ TEM FILHOS? QUANTOS? IDADE?QUANTOS TRABALHAM E EM QUE TRABALHAM?

QUESTÃO SOBRE O: TRABALHO

10- QUAIS OS TIPOS DE SERVIÇO QUE VOCÊ REALIZOU NA LAVOURA?

11- QUAL A IDADE QUE VOCÊ COMEÇOU A TRABALHAR NA ROÇA?

12 – QUAL ATIVIDADE RURAL QUE VOCÊ REALIZA ATUALMENTE?

13 – FALE UM POUCO DE SEU TRABALHO NA ROÇA, DA HORA QUE CHEGA ATÉ A HORA QUE VOLTA PARA CASA.

14- O QUE VOCÊ ACHA DO SEU TRABALHO?

15- VOCÊ TEM CARTEIRA ASSINADA? QUANTO TEMPO?

16 - VOCÊ JÁ FICOU DOENTE NO TRABALHO?

QUESTÃO : CONDIÇÕES DE VIDA

17 – QUEM CUIDA DE SUA CASA, DE SUAS ROUPAS E DE SUA ALIMENTAÇÃO?

18- A CASA EM QUE MORA É:() PRÓPRIA ()CEDIDA ()ALUGADA () FINANCIADA?

19 –QUANTO GASTA COM:

**FINANCIAMENTO
ALUGUEL
COMIDA
VESTIMENTA
ENERGIA
ÁGUA ..
REMÉDIOS**

20 – O QUE VOCÊ FAZ PARA SE DIVERTIR EM GUAÍRA?

21- ALGUMA VEZ VOCÊ OU SUA FAMÍLIA TIVERAM PROBLEMAS DE SAÚDE, DEPOIS QUE ESTÃO MORANDO EM GUAÍRA?

22 – O QUE VOCÊ PENSA PARA O SEU FUTURO E DE SUA FAMÍLIA?

QUESTÃO : POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

23 – QUAL ATENDIMENTO QUE VOCÊ BUSCOU NO SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA?

24 - QUANDO VOCÊ PROCUROU A ASSISTÊNCIA SOCIAL VOCÊ FOI ATENDIDO NO QUE SOLICITOU?

25 - COMO FOI O ATENDIMENTO?

26 - QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE VOCÊ RECEBE OU JÁ RECEBEU DA ASSISTÊNCIA SOCIAL? VALORES?

27 - O QUE O SIGNIFICA EM SEU ORÇAMENTO O BENEFÍCIO QUE VOCÊ RECEBE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.?

28 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS PROGRAMAS DA PROMOÇÃO HUMANA?

()REUNIÕES

()ENCONTROS

() CURSOS

29 - SE PARTICIPA. FALE UM POUCO SOBRE O QUE ACONTECE NAS REUNIÕES, ENCONTROS E CURSOS.

30 – O QUE VOCÊ ACHA DESTAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA ASSISTÊNCIA?

GUAÍRA-SP.JANEIRO 2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)